UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Marcella Marino Medeiros Silva

“Fantasia e Consciência de Imagem”, Lições Apresentadas por
Edmund Husserl no Semestre de Inverno de 1904-1905: Tradução,
Introdução e Notas

São Paulo
2012

Marcella Marino Medeiros Silva

“Fantasia e Consciência de Imagem”, Lições Apresentadas por Edmund Husserl
no Semestre de Inverno de 1904-1905: Tradução, Introdução e Notas

Dissertação apresentada ao programa de
Pós-Graduação em Filosofia do
Departamento de Filosofia da
Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo, para obtenção do título de
Mestre em Filosofia sob a orientação do
Prof. Dr. Márcio Suzuki.

São Paulo
2012

“There’s more to the picture, than meets the eye”.

Neil Young

“The empire of imagination is wider and more prolific than that of experience.”

William Hazlitt

Agradecimentos

Aos meus pais, irmã e avós, pelo apoio, carinho e cuidado de sempre.

Ao Prof. Dr. Márcio Suzuki, por ter aceitado orientar este trabalho, e também pela enorme generosidade e amizade.

Ao Prof. Dr. Marcus Sacrini e à Dra. Mariana Larison, por terem participado da banca de qualificação e contribuído com sugestões importantes. Ao Prof. Dr. Marcus Sacrini, em especial, pelos valiosos conselhos e inúmeras indicações bibliográficas ao longo desses anos.

Ao Prof. Dr. Mario Ariel González Porta, pelos conselhos e críticas.

Aos amigos Stephanie Rosner, Natália Fujita, Vanessa Scampini, Stefanie Böhler, Lucélia Lima, Celia Mariani, Daniel Lago Monteiro, Marcelo Ferreira, Benjamin Stäudle, Valter José Maria Filho e Fernando Rodrigues pela companhia inestimável nas horas difíceis, e também nas horas fáceis.

À Sylvia Ferraz da Cruz Cardim, que me ajudou a enfrentar questões tão difíceis.

Ao pessoal da secretaria do Departamento de Filosofia, especialmente à Maria Helena, pela ajuda e atenção.

Ao meu esposo, José, pelo carinho, dedicação, e, sobretudo, pela paciência.

À FAPESP, que financiou esta pesquisa.

RESUMO

SILVA, M.M.M. “Fantasia e Consciência de Imagem”, Lições Apresentadas por Edmund Husserl no Semestre de Inverno de 1904-1905: Tradução, Introdução e Notas. 146 f. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

O presente trabalho consiste na tradução anotada da Terceira Parte das Lições do Semestre de Inverno de 1904-1905 intitulada *Fantasia e Consciência de Imagem*, acompanhada de uma introdução. Nesta apresentamos inicialmente a teoria da intencionalidade desenvolvida nas *Investigações Lógicas*, cujos elementos são fundamentais para a compreensão da análise da estrutura intencional das imagens físicas e da fantasia empreendida nas Lições. Num segundo momento, buscamos retrazar o percurso analítico feito por Husserl nas *Lições*, o qual conduz ao reconhecimento de que as fantasias, consideradas inicialmente “imagens”, possuem uma estrutura intencional semelhante à das percepções. Esta descoberta o levará ao questionamento e à crítica do esquema “apreensão-conteúdo de apreensão”, até então válido para descrever os diversos modos de consciência intencional, e ao esboço de uma nova teoria para explicitar a diferença entre o caráter “atual” dos atos presentantes e o caráter “inatural” dos atos “presentificantes”, como a memória, a fantasia e a expectativa.

Palavras-chave: Husserl, intencionalidade, consciência de imagem, fantasia, intuição estética.

ABSTRACT

SILVA, M.M.M. “Fantasy and Image Consciousness”, Lectures Presented by Edmund Husserl in the Winter Semester 1904/1905: Translation, Introduction and Notes. Thesis (Master Degree). 146f. – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

This dissertation comprises the annotated translation of the Third Part of the Lectures from the Winter Semester 1904/1905, entitled Fantasy and Image Consciousness, and an introduction. In the introduction, we initially present the theory of intentionality developed in the *Logical Investigations*, whose elements are fundamental to understand the analysis of the intentional structure of physical and fantasy images carried out in the *Lectures*. Secondly, we seek to retrace the analytical path taken by Husserl in the *Lectures*, which leads to the recognition that fantasies, initially considered as “images”, have an intentional structure similar to that of perceptions. This discovery will lead him to criticize the scheme “apprehension-content of apprehension”, hitherto valid for describing the various modes of intentional consciousness, and to outline a new interpretation to explain the difference between the “actual” character of the acts of presentation and the “inactual” character of the acts of representation, such as memory, fantasy and expectation.

Key Words: Husserl, Intentionality, Image Consciousness, Fantasy, Aesthetic Contemplation.

SUMÁRIO

Abreviações Utilizadas.....	8
Introdução	9
 Intencionalidade e Imaginação	
1. A concepção de intencionalidade nas <i>Investigações Lógicas</i>	18
2. Os três momentos do ato: matéria, qualidade e representação.....	21
3. A caracterização da fantasia e da imagem física como representações figurativas.....	24
 A constituição da imagem física	
1. A descrição da imagem física.....	27
2. As mudanças atencionais e a caracterização da intuição estética.....	32
 A constituição da fantasia	
1. A descrição da aparição de fantasia.....	35
2. O caráter fictício da aparição de fantasia.....	38
3. O caráter imediato da aparição de fantasia e sua distinção em relação às aparições perceptivas.....	40
 Tradução de <i>Fantasia e Consciência de Imagem</i>	
Capítulo I.....	48
Capítulo II.....	62
Capítulo III.....	79
Capítulo IV.....	87
Capítulo V.....	96
Capítulo VI.....	104
Capítulo VII.....	111
Capítulo VIII.....	120
Capítulo IX.....	129
 Glossário.....	 143
Bibliografia.....	144

Abreviações Utilizadas

Hua XXIII: HUSSERL, E. *Phantasie, Bildbewusstsein, Erinnerung. Zur Phänomenologie der anschaulichen Vergegenwärtigungen*. Texte aus dem Nachlass. Hrsg. von Eduard Marbach. The Hague: Martinus Nijhoff Publishers, 1980.

Hua X: HUSSERL, E. *Zur Phänomenologie des inneren Zeitbewusstseins* (1893-1917). Hrsg. von Rudolf Boehm. Dordrecht : Martinus Nijhoff, 1966.

Hua XXII: HUSSERL, E. *Aufsätze und Rezensionen* (1890-1910). Hrsg. von Bernhard Rang. The Hague: Martinus Nijhoff Publishers, 1979.

Hua XXXVIII: HUSSERL, E. *Wahrnehmung und Aufmerksamkeit*. Texte aus dem Nachlass (1893-1912). Hrsg. von Thomas Vongehr und Regula Giuliani. Dordrecht: Springer, 2004

Idéias I: HUSSERL, E. *Idéias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica*. Aparecida: Idéias e Letras, 2006.

Investigações Lógicas: HUSSERL, E. *Logische Untersuchungen. Zweiter Theil. Untersuchungen zur Phänomenologie und Theorie der Erkenntnis*. Halle: Max Niemeyer, 1901.

Introdução

No semestre de inverno de 1904-1905, Husserl proferiu em Göttingen uma série de conferências intituladas “Partes Fundamentais de Fenomenologia e Teoria do Conhecimento”. Ao anunciar esse título, Husserl tinha em vista o tratamento dos chamados “atos intelectivos superiores” e a elaboração de uma teoria do juízo; contudo, ao preparar o material para o curso, ele notou que, não apenas por razões didáticas, mas sobretudo por razões objetivas, uma tal teoria não poderia prescindir de uma análise mais aprofundada dos chamados “atos intelectivos inferiores”, ou seja, das diversas espécies de intuição sensível, que consistiriam sua base. A primeira parte destas conferências foi dedicada os fenômenos da percepção, a segunda aos fenômenos da atenção e da visada, a terceira à consciência de imagem e à fantasia e a quarta à consciência interna do tempo.¹ Apresentamos aqui uma tradução da terceira parte, que tem como título *Fantasia e Consciência de Imagem*, e foi publicada em 1980 como o primeiro texto do volume XXIII da Husserliana, o qual compila notas de trabalho concernentes ao tema das presentificações intuitivas do período entre 1898 e 1924. As descrições fenomenológicas da fantasia e da imagem física ocupam um lugar central tanto no desenvolvimento da concepção husserliana de intuição sensível, quanto em sua concepção do fenômeno da ficção, do caráter “irreal” da fantasia, que terão uma grande importância em sua compreensão da arte, bem como do caráter da própria investigação fenomenológica.

Em meados dos anos 1880, Husserl assistiu a várias preleções de Brentano proferidas na Universidade de Viena, que o encorajaram a optar definitivamente pela filosofia (e não continuar na matemática), como afirma em suas “Recordações de Franz Brentano”, e também o fizeram reconhecer a filosofia como “um campo de trabalho sério”, a ser tratada “segundo o espírito da mais rigorosa ciência”². Foi numa dessas séries de preleções, intitulada “Questões escolhidas de psicologia e de estética”³, em que a essência da fantasia foi abordada, que Husserl afirma encontrar o primeiro estímulo para

¹ As duas primeiras partes desta série de preleções, intituladas *Sobre a percepção* e *Sobre a atenção e a visada especial*, foram publicadas no volume XXXVIII da Husserliana, p. 3 a 120. A quarta parte, dedicada à consciência interna do tempo, foi editada por Heidegger e publicada pela primeira vez em 1928, juntamente com outros manuscritos de Husserl, no *Jahrbuch für Philosophie und phänomenologische Forschung*, e posteriormente no volume X da Husserliana.

² HUSSERL, E. *Erinnerungen an Franz Brentano*, in KRAUS, O. *Franz Brentano*. München, Beck, 1919. p.154

³ Cf. BRENTANO, F. *Grundzüge der Ästhetik*. Hamburg, Felix Meiner Verlag, 1988.

o tratamento da questão das diversas formas de representação. Brentano traçou naquelas preleções uma comparação entre as representações de fantasia e as representações de percepção, opondo o caráter “adequado” e “intuitivo” destas ao caráter “impróprio” das primeiras, sem contudo chegar a uma definição precisa da essência da fantasia: elas seriam “representações não intuitivas que se aproximariam das intuitivas”⁴, situadas na fronteira entre “intuição” e “conceito”.

Entre os anos 1893 e 1894, Husserl dedica uma série de escritos à análise descritiva dos diversos tipos de representação, dentre os quais se destaca o texto *Estudos Psicológicos para uma Lógica Elementar*⁵, publicado em 1894, em que apresenta uma discussão circunstanciada do conceito de representação (*Vorstellung*), que abrange tanto as intuições sensíveis⁶, entre as quais se incluem também as fantasias e memórias, quanto as representações signitivas e conceituais, às quais chamará de representações (*Repräsentationen*).⁷ As análises desse texto consistem numa de suas primeiras tentativas de elaboração de uma teoria do que ele designará posteriormente diferentes “modos” segundo os quais os objetos estão dados à consciência, ou modos de intencionalidade, que será apresentada em sua primeira grande obra, as *Investigações Lógicas*, publicada em 1901. Em oposição à teoria de Brentano, que tem como pressuposto o fato de que o “ato de representar” consiste numa função da consciência de caráter único e indiferenciado, Husserl afirma que as intuições apresentam diferenças descritivas em relação às representações não intuitivas, diferenças estas que não podem ser reduzidas a meras diferenças de conteúdos, mas se caracterizam como formas específicas de representação (*Vorstellungen*). Essa diferença nos modos de representar é evidenciada, por exemplo, quando um mesmo conteúdo é ora meramente intuído, ora adquire valor representativo - de signo ou imagem. Ocorre nestes casos uma modificação total da “situação psíquica”, que não está relacionada aos conteúdos em questão, como pretendia Brentano. Embora Husserl afirme ainda não ter chegado a uma resposta precisa acerca do que são estes “diferentes estados da consciência”, intuição e representação, ele assinala que no primeiro caso nos voltamos a conteúdos realmente

⁴ Idem, p. 86

⁵ Este texto encontra-se publicado no volume XXII da Husserliana, pgs. 92 a 123.

⁶ Numa nota ao §124 das *Idéias*, Husserl se refere à sua elaboração de uma teoria das intuições sensíveis, que tem início na década de 1890, como um segundo caminho para adentrar a fenomenologia, diferente daquele apresentado nas *Investigações Lógicas*, voltado antes à questão da expressão e do caráter ideal das significações.

⁷ Cf. Husserliana XXII. *Psychologische Studien zur reinen Logik*, p. 92-120, *Anschauung und Repräsentation, Intention und Erfüllung*, p. 269-299, Beilagen IV, V, VI, VII, VIII, p. 406-418.

dados na consciência, ao passo que no segundo caso, esses conteúdos dados funcionam apenas como um “meio” para visarmos um conteúdo não presente.

É no contexto dessas análises que Husserl se defronta pela primeira vez com o caráter ambíguo das representações de fantasia: se, de um lado, não podemos lhes negar o estatuto de intuições “próprias”, como no caso das memórias claras ou representações artísticas, visto que estamos voltados a conteúdos imanentes à consciência, por outro lado, esses conteúdos também têm uma função de representação; eles remetem, em virtude de certa analogia ou semelhança, a conteúdos ou objetos não presentes, o que as aproxima das representações por meio de signos.

O tema da fantasia, entretanto, só se torna objeto de atenção exclusiva em 1898, época da elaboração das *Investigações Lógicas*. Em *Fantasia e Representação Figurativa*⁸, Husserl retoma a questão da distinção entre percepção e fantasia à luz de sua teoria nascente da intencionalidade, segundo a qual os diversos “modos de consciência”, antes designados “funções psíquicas”, são atribuídos a diferentes “formas de apreensão” de conteúdos sensíveis, que também receberão diferentes nomes: sensações e fantasmas. Nesse texto, a fantasia é contraposta à percepção, na medida em que se caracteriza por representar seus objetos por intermédio de uma “imagem”, de maneira semelhante às imagens físicas, como as pinturas e as esculturas, ao passo que a percepção os representa diretamente, sem qualquer intermediação, colocando-nos diante do próprio objeto. Os termos adotados para designar essas diferentes formas de representação são respectivamente “presentificação” (*Vergegenwärtigung*) e “presentação” (*Gegenwärtigung*), e se referem à presença “mediata” do objeto no caso da fantasia, que aparece intermediado por uma imagem mental, e à presença imediata dos objetos perceptivos, que aparecem como realmente “presentes” diante de nós.

As análises deste primeiro texto acerca das presentificações intuitivas, embora consideradas suficientemente maduras por Husserl na época da publicação das *Investigações Lógicas*, só serão apresentadas muito parcialmente nesta obra, o que se deve a duas razões: por um lado, elas estariam reservadas à publicação numa obra subsequente, numa “segunda série” de investigações, que buscava levar a cabo uma fenomenologia da experiência sensível, num caminho oposto àquele das *Investigações*, cujo principal intento era fundamentar o caráter ideal das significações e explorar os atos expressivos; por outro lado, como confessará Husserl a seus alunos na ocasião de

⁸ Cf. Husserliana XXIII, Beilage I, p.108-136.

sua primeira aula das Lições de 1904-1905, haveria nesta época ainda muitas dificuldades a ser resolvidas, e, “a fim de não se comprometer de antemão”, ele teria pretendido se calar.

Os escritos de 1898 serão, por assim dizer, resgatados em 1904, e as diversas questões ali levantadas serão então retomadas e levadas adiante, o que conduzirá a um avanço considerável na compreensão da fantasia, sobretudo no tocante à sua relação à consciência de imagem e à percepção. Entretanto, Husserl reconhece logo de início nestas *Lições* que as questões a ser abordadas envolveriam enormes dificuldades, “talvez as maiores de toda a fenomenologia” e demandariam uma análise cautelosa e paulatina, sem a garantia de uma apresentação de resultados seguros. Aqui podemos acompanhar o proceder investigativo de Husserl que se desincumbe das exigências a que deve se submeter um “autor”, e, na postura de “professor”, tem a liberdade de perscrutar domínios de problemas ainda indecisos, ou, como ele afirma, “as coisas, cujos limites são fluidos”⁹. Desta forma, a proposta do curso consiste mais em buscar uma “formulação clara das dificuldades” e ponderar quais seriam suas possíveis soluções, do que em encontrar respostas definitivas. Esta maneira de proceder, aliás, consiste manifestamente num dos traços característicos da maior parte dos cursos e manuscritos de trabalho de Husserl, que tinha como convicção que a segurança e a maturidade dos resultados seriam provenientes de uma ponderação séria de todas as possibilidades, que só lograria aquele que ao considerá-las lhes desse o devido crédito, ainda que apenas provisoriamente.

Um dos pontos fundamentais das *Lições* é justamente a descoberta de que a fantasia não se caracteriza como uma forma de consciência de imagem, tal como Husserl havia concebido anteriormente. No decorrer da análise, que tem como fio condutor a comparação entre o modo como se constituem, de um lado, as imagens físicas, como a fotografia, a pintura e a escultura, e de outro, as chamadas “imagens mentais”, que não possuem suporte físico, constata-se que a fantasia não pode ser considerada um modo mediato de referência ao objeto, em que um objeto “presente” representa um objeto “ausente”, como no caso das imagens físicas; a fantasia consiste, ao contrário, numa intuição direta e originária de seus objetos, tal como a percepção. Assim, a fantasia se distingue da percepção, na medida em que na segunda os objetos aparecem diretamente como “presentes”, e na primeira eles aparecem como “ausentes”.

⁹ Hua XXXVIII, p. 5

Entretanto, muitas dificuldades terão de ser enfrentadas, como atestam as inúmeras notas de trabalho dedicadas à questão publicadas nos volumes X e XXIII da Husserliana, a fim de se encontrar no vivido o que responde por estas diferentes caracterizações “presente” e “presentificado”, ou seja, pelas “diferentes formas de consciência do tempo”. Como Husserl afirma no início de suas *Lições para uma Fenomenologia da Consciência Interna do Tempo*, subsequentes às análises da fantasia, a tarefa de definir os diferentes atos intuitivos implica a análise das “diferenças dos atos em que o tempo se constitui”¹⁰. Nesse sentido, “a análise da consciência de percepção, da consciência de fantasia, memória e expectativa não estará completa enquanto a temporalidade não for incluída na análise”¹¹, e, por outro lado, a investigação dos atos intuitivos em suas diferenças se revela como pressuposto fundamental para a análise da consciência do tempo.

Esta, por sua vez, levará a ao reconhecimento dos limites da teoria da intencionalidade apresentada nas *Investigações*, os quais já começam a se manifestar na análise das fantasias. O modelo inicialmente esboçado para explicitar as diferentes modalidades intencionais, denominado “esquema apreensão-conteúdo de apreensão”, se revela insuficiente para dar conta do aspecto temporal envolvido nos atos de presentificação, o que vem à tona na parte final de *Fantasia e Consciência de Imagem*, em que parecem faltar elementos para uma delimitação clara da fantasia, e, conseqüentemente, para sua distinção em relação à percepção. Uma das dificuldades implicadas neste modelo, segundo o qual “o temporal (das Zeitliche) se constitui mediante um conteúdo realmente vivido na consciência do tempo, que é animado por uma representação temporal, pela apreensão do tempo”¹², é justamente precisar o que enseja que a apreensão deste conteúdo “imaneente”, “neutro” por princípio, seja ora “presentante”, “perceptiva”, ora “presentificante”; sem essa resposta, deparamos com a possibilidade de uma “arbitrariedade” na determinação do caráter temporal dos objetos. Neste sentido, ele se pergunta: “pode o mesmo conteúdo, que funciona como presentante numa percepção, funcionar arbitrariamente como representante numa memória?”¹³ Outra dificuldade enfrentada por Husserl refere-se à compreensão de como os conteúdos sensíveis, que nas descrições das *Investigações Lógicas* são concebidos como “realmente presentes na consciência”, podem “fazer parte” de uma apreensão presentificante, em que o objeto

¹⁰ Hua X, p. 394

¹¹ Idem, p.394

¹² Hua X, p.317

¹³ Hua X, p.317

está dado como ausente. No texto número 8 do volume XXIII, Husserl faz uma crítica radical ao esquema “apreensão-conteúdo de apreensão”. Ali ele afirma: “eu não percebi (...) que na fantasia de uma cor, por exemplo, não há algo presente, não está dado um vivido de cor, que representa a cor efetiva. Segundo esta interpretação, sensação de cor e fantasma de cor seriam em si mesmos a mesma coisa, dotados apenas de diferentes funções”¹⁴. Essa nova análise implicará o reconhecimento de que a apreensão perceptiva não se diferencia em sua essência da apreensão de fantasia. Temos, no caso da fantasia, uma modificação “total” da consciência, que é caracterizada agora como “consciência do presente modificada reprodutivamente”.

Além de seu vínculo intrínseco com a compreensão consciência interna do tempo, as análises da fantasia terão um papel crucial também na elucidação de seu caráter “irrealizante” de toda experiência, o que revela seu parentesco com a modificação de neutralidade, entendida como “suspensão do caráter de crença”, ou “epoché fenomenológica”, a qual será responsável por tornar acessível o campo da consciência transcendental¹⁵; nesta medida, elas serão fundamentais para a compreensão do que Husserl designa em *Idéias I* a “atitude fenomenológica”, que põe fora de circuito a “tese geral inerente à atitude natural”¹⁶, em que o mundo natural é dado como efetividade a nosso dispor, abrindo assim um novo terreno de investigação, a saber, o da “consciência pura em seu ser próprio absoluto”.¹⁷ No último texto do volume XXIII da Husserliana, intitulado “Fantasia – Neutralidade”, de 1921/1924, Husserl apresenta uma reflexão mais aprofundada acerca da relação entre a modificação de neutralidade e a “atitude natural”, de um lado, e a “atitude fenomenológica”, de outro: traça-se ali uma distinção entre as “diferentes formas de consciência neutra”, cujos caracteres lhes são impressos pelas motivações que as provocam: a consciência neutra “pode surgir como uma idéia, como “consciência de imagem” numa figura, como jogo livre de reproduções (...), mas também como abstenção voluntária de toda posição”¹⁸. A palavra “fantasia”, contudo, só deve designar aquele “fazer espiritual” que não serve a fins da vida prática, a saber, aquele fazer desinteressado, o qual não visa, por exemplo, “encontrar decisões para o mundo consciente”¹⁹. Neste sentido, Husserl afirma que “as abstenções de posições

¹⁴ Hua XXIII, p. 265

¹⁵ *Idéias I*, §33

¹⁶ Idem, §32

¹⁷ Idem, §50

¹⁸ Hua XXIII, p. 577

¹⁹ Idem, p.577

sempre possuem na vida natural uma importância para o ganho de novas posições”²⁰ – trata-se do “impedimento” da crença que tem como finalidade a reflexão sobre ela, ou de sua suspensão motivada pelo surgimento de uma nova crença: estas “neutralizações” se dão, contudo, ainda na atitude natural, visto que o interesse se volta em geral nesses atos para o ser ou não ser dos objetos, ou, nas palavras de Husserl, “para o próprio objeto”²¹.

Já a fantasia propriamente dita, também descrita por Husserl como “reino da ausência de fins, do jogo”²², remete a um direcionamento do pensamento radicalmente diferente. O autor se pergunta: “quando o interesse não se volta para o ser, como é então?”²³ Vivenciamos um “impedimento do anseio às tomadas de conhecimento e ao conhecimento contínuo”, que funda um novo direcionamento, em que tomamos “uma aparência como aparência, uma imagem estereoscópica, um objeto-imagem enquanto tais”²⁴: o interesse volta-se “ao objeto intencional no seu como”. Consequentemente, a fantasia “pode muito bem ter função temática para fins estéticos e filosóficos”²⁵, já que é apenas ela que pode promover a saída da atitude natural, onde estamos voltados exclusivamente aos objetos do mundo enquanto existentes, para nos levar à atitude fenomenológica, onde o sentido do ser poderá ser explicitado.

Husserl atribuirá à fantasia igualmente uma função importante na própria condução da investigação fenomenológica, em virtude de seu caráter essencialmente “livre”, oposto ao caráter essencialmente “atado” próprio à experiência originária perceptiva. Como é sabido, a fenomenologia distingue-se das ciências empíricas por consistir numa investigação de essências, e não de fatos: as essências, definidas como “aquilo que se encontra no ser próprio de um indivíduo como o que ele é”²⁶, constituem um novo reino de objetos dados mediante uma apreensão intuitiva diferente das intuições sensíveis, em que nos são dados os objetos individuais. A ideação, ou “visão de essência”, só pode se dar, contudo, sobre a base de uma intuição individual, que lhe serve de consciência exemplar, e esta pode ser tanto uma consciência que põe a existência de seu objeto, como a percepção ou a memória, quanto uma mera imaginação, visto que o que está em jogo não é a existência do objeto, mas o seu “como”. Husserl afirma num texto de 1918,

²⁰ Este movimento é descrito como “anseio da razão a um telos infinito”. Idem, p.583.

²¹ Idem, P. 584

²² Idem, p.584

²³ Idem, P.583

²⁴ Idem, P.583

²⁵ Idem, P.577

²⁶ *Idéias I*, §3

em que compara a experiência originária à fantasia, que “aquilo que é denominado objeto parece ser imune a todas as modalidades de efetividade e fantasia, a todos os modos e posições do tempo, a todo o ser e não ser”²⁷, ou seja, em “essência” podemos ter os mesmos objetos dados em quaisquer experiências. Na fantasia, contudo, temos um acesso privilegiado ao objeto - o que decorre de seu maior grau de liberdade em relação à experiência perceptiva. Nesta se constitui “sistema ilimitado de experiências atuais”²⁸, com horizontes abertos de experiência, cuja liberdade é vinculada à esfera da corporeidade e dos atos psíquicos livres: “as percepções apenas desaparecem quando fechamos os olhos, partimos para outro lugar, etc. Se não fizermos isto elas permanecem do jeito que estão e não se alteram por intermédio de nossa vontade.”²⁹ A fantasia, ao contrário, caracteriza-se por sua arbitrariedade incondicionada, já que seu horizonte não é pré-designado como o horizonte da experiência; ela pode, contudo, se submeter à unidade de um sentido ou ao “estilo essencial de um horizonte”³⁰, e produzir variações dentro deste mesmo sentido: “cada novo passo limita e abre novamente ainda no mesmo estilo possibilidades ilimitadas”³¹, o que nos permite entender seu papel nas plasmações estéticas, em que se criam objetos ideais, cujo sentido pode ser compartilhado intersubjetivamente, e no método de clarificação de essências, a partir do qual podemos intuir nos múltiplos exemplares da ficção a extensão e o limite de cada sentido. Nesta medida, afirma-se a primazia da fantasia em relação à percepção no que diz respeito à condução da apreensão eidética. No §70 das *Idéias*, Husserl compara o fazer do fenomenólogo ao fazer do geômetra: embora ambos obtenham no exemplo originário a clareza e a estabilidade, eles não podem extrair da experiência originária “todas as configurações particulares possíveis”, o que torna imprescindível o recurso ao dado imaginário: desta maneira, assim como na arte³², também na fenomenologia “a imaginação deve ser abundantemente exercitada”³³, o que faz dela “o elemento vital da fenomenologia”.

²⁷ Hua XXIII, p.527

²⁸ Idem, p.535

²⁹ *Fantasia e Consciência de Imagem*, §6

³⁰ Hua XXIII, p.535

³¹ Idem, p.536

³² *Fantasia e Consciência de Imagem*, §1

³³ *Idéias I*, §70

Em nossa introdução à tradução de *Fantasia e Consciência de Imagem* apresentamos inicialmente a teoria da intencionalidade desenvolvida nas *Investigações Lógicas*, cujos elementos consideramos fundamentais para a compreensão das análises empreendidas nas *Lições*. Em seguida, buscamos retrazar o percurso feito por Husserl nas *Lições*, destacando as dificuldades deparadas por ele na análise, bem como suas soluções: num primeiro momento nos ocupamos do tratamento das “imagens físicas”, cuja estrutura será distinguida daquela dos signos e dos símbolos; num segundo momento, abordamos a análise das fantasias, ou “imagens mentais”, cuja estrutura se revelará diferente daquela da imagem física, uma vez que nela não há necessariamente “figuração”. Esta nova descrição da fantasia levará Husserl a uma descoberta importante: a estrutura da fantasia se revela muito próxima da estrutura da percepção, uma vez que em ambos os casos o objeto é intuído de maneira “imediata”, ao contrário da imaginação propriamente dita, em que o objeto é intuído mediante uma imagem. Tais conclusões o conduzirão ao reconhecimento de que a diferença entre percepção e fantasia não reside nas diferentes “formas de apreensão” dos conteúdos sensíveis, como ele havia pensado anteriormente, mas numa diferente “caracterização” da consciência, que pode ser ora vivida de maneira “atual”, ora “modificada”, sem que sua “essência” seja alterada, uma vez que “tudo” que podemos “viver na experiência atual” pode ser “reproduzido” na fantasia. Esta, contudo, não compartilha dos “limites” da experiência atual: ela é essencialmente “livre”. Nesta medida, podemos compreender sua importância para o fazer do artista e do fenomenólogo, cujas tarefas consistem justamente em fazer “ver”, segundo Husserl, o fenômeno “mundo”, o que só é possível a partir do “descolamento” da experiência atual operado na fantasia.

Intencionalidade e Imaginação

1. A concepção de intencionalidade nas Investigações Lógicas

A noção husserliana de ato intencional, tal como é apresentada na primeira edição das *Investigações Lógicas*, publicada em 1901, resulta de uma reelaboração do conceito brentiano de fenômeno psíquico, introduzido em sua obra *Psicologia sob um Ponto de Vista Empírico*, de 1874. Tendo em vista a delimitação de um campo de investigação próprio à psicologia e sua caracterização como uma ciência distinta das ciências naturais, Brentano propõe ali uma classificação geral dos fenômenos, enquanto objetos destas diferentes ciências, em físicos e psíquicos. A principal característica destes últimos, que não pode ser encontrada nos fenômenos físicos – dos quais as ciências naturais devem se ocupar – é a circunstância de que eles se referem ou se dirigem a um objeto imanente³⁴: “todos eles se caracterizam por aquilo que os escolásticos da Idade Média chamaram de inexistência intencional (ou mental) de um objeto”³⁵. Esta relação não deve ser compreendida, segundo ele, como uma relação a um objeto real, existente fora da mente, mas como uma relação de inclusão, a qual pode, por sua vez, apresentar diferentes caracterizações: “todos os fenômenos incluem algo como um objeto em si, embora nem todos o façam da mesma maneira. Na representação algo é representado, no juízo algo é afirmado ou negado, no amor, algo é amado, no ódio, algo é odiado, no desejo, algo é desejado, etc.”³⁶ Assim, o fenômeno psíquico é diferente do fenômeno físico, na medida em que o contém como objeto: quando ouvimos um som, por exemplo, este som é parte de meu ouvir, e não pode ser identificado ou confundido com este ouvir. Neste sentido, Brentano afirma: “toda idéia ou representação que eu adquiro tanto pela percepção sensível quanto pela imaginação são exemplos de fenômenos mentais”; no entanto “por representação eu não designo aquilo que é representado, mas

³⁴ BRENTANO, F. *Psychologie vom empirischen Standpunkt*, Livro 2, Capítulo 1, §5.

³⁵ Além da característica da inexistência intencional, que consiste no “único traço característico positivo” destes fenômenos, Brentano ainda aponta outras caracterizações que não são compartilhadas pelos fenômenos físicos, como, por exemplo, o fato de eles poderem ser percebidos somente pela percepção interna, o fato de serem ou representações ou se fundarem sobre representações, e o fato de terem existência real: “o conhecimento, o prazer e o desejo existem realmente. Cor, som e calor possuem apenas existência fenomenal e intencional.” Cf. Idem, ibidem, Livro 2, capítulo 1, §§1-6

³⁶ Idem, ibidem, Livro 2, Capítulo I, §5. Brentano distingue três classes de fenômenos psíquicos: as representações, os juízos e os sentimentos. As representações constituem a classe fundamental, sobre a qual se fundam tanto os juízos quanto os sentimentos: é nelas que se estabelece primariamente a relação ao objeto. Elas se subdividem em três tipos: conceitos, fantasias e sensações. Cf. Idem, ibidem, Livro 2, Capítulo 6, §3

antes, o ato de representar”. Deste modo, “ouvir um som”, “ver uma paisagem”, “sentir frio ou calor” são exemplos de fenômenos psíquicos, ao passo que “som”, “paisagem”, “frio” são exemplos de fenômenos físicos.³⁷

Nas *Investigações Lógicas*, Husserl refere-se a esta delimitação brentaniana do fenômeno psíquico, compreendido essencialmente enquanto ato intencional, como a “mais notável e importante do ponto de vista filosófico” dentre as classificações da psicologia descritiva³⁸. Para ele, tanto a relação intencional ao objeto quanto os diferentes modos desta relação são dados evidentes que podem ser verificados com base em exemplos: se compararmos um ato perceptivo a um ato de fantasia, notaremos que ambos se referem a um objeto, mas o fazem de diferentes formas - ora o objeto é imaginado, ora ele é percebido. No entanto, Husserl faz aqui uma crítica radical à maneira como Brentano descreve esta relação entre “ato” e “objeto”, que irá constituir um dos pilares de sua nova concepção de intencionalidade. Segundo ele, dizer que os objetos “entram na consciência” ou que “a consciência entra em relação com eles de uma ou de outra maneira”, ou ainda que “os vividos intencionais contenham algo como um objeto em si”³⁹, leva a dois mal-entendidos no tocante à compreensão da relação intencional: podemos compreendê-la, de um lado, como uma “ação”⁴⁰ da consciência sobre o objeto da consciência, e, de outro, como uma relação entre duas coisas que se encontram realmente na consciência – ato e conteúdo de ato. A relação intencional não deve ser compreendida, segundo Husserl, como uma relação de inclusão, mas como uma relação de intenção: “se eu represento o deus Júpiter, isto significa que eu tenho um certo vivido de representação, em mim (na minha consciência) se realiza o representar do deus Júpiter. Pode-se desmembrar este vivido intencional como se quisesse em análise descritiva, algo como o deus Júpiter não poderá ser encontrado ali.”⁴¹ Ter o vivido “representação do deus Júpiter” presente na consciência é, assim, o mesmo que visar o deus Júpiter. No entanto, não se pode dizer que esta intenção, que também será denominada “caráter de ato” do vivido, esgota o ser do ato. Além dela, encontram-se presentes no ato os conteúdos imanentes em sentido próprio - os chamados conteúdos

³⁷ BRENTANO, F. *Psychologie vom empirischen Standpunkt*. Livro dois, Capítulo 1, §1.

³⁸ HUSSERL, E. Quinta Investigação Lógica. §9

³⁹ Idem, §11 e *Psychologie vom empirischen Standpunkt*, Livro 2, Capítulo 7, §1 e Livro 2, Capítulo 1, §5.

⁴⁰ Segundo Husserl, o ato não deve ser entendido como uma atividade ou como um fazer do eu ou da consciência (Bethätigung), mas como um vivido intencional. Cf. Quinta Investigação Lógica, §13.

⁴¹ Cf. Idem, §11. Vale lembrar que esta “não inclusão” do objeto no ato vale para todos os tipos de objeto, sejam eles reais, fictícios, ideais ou até mesmo impossíveis. Para o ato de representar é indiferente a natureza do objeto representado.

sensíveis ou sensações - que funcionam como suportes para a intenção: opera-se aqui uma distinção, ausente em Brentano, entre o conteúdo intencional do ato – ou objeto, que é visado, mas não é imanente ao ato em sentido real, e o conteúdo sensível, que é parte integrante do ato, mas não é ele mesmo visado; neste sentido, Husserl afirma: “eu não vejo minhas sensações de cor, mas coisas coloridas, eu não ouço minhas sensações de som, mas a canção da cantora.”⁴²

A razão para esta distinção se evidencia na crítica husserliana à concepção de consciência de Natorp, que é, segundo ele, o maior opositor da teoria brentaniana da intencionalidade⁴³. Para este, não se deve fazer na consciência distinção alguma entre o ato e o conteúdo do ato, visto que nada se pode observar ali além da presença de um conteúdo: quando ouço, por exemplo, noto este som, mas não o ato de ouvir o som. Neste sentido, ele afirma acerca do conteúdo: “a sua presença para mim é a minha consciência dele”⁴⁴. Segundo Husserl, Natorp não atenta para o fato de que a doação deste conteúdo para a consciência pode ocorrer de diferentes maneiras: podemos, por exemplo, voltar nossa atenção para um determinado conteúdo ou desviá-la dele; em ambos os casos, o conteúdo está presente, mas esta presença é sempre nuançada. Há, contudo, uma diferença ainda mais radical no que concerne à doação do conteúdo para mim: a presença do conteúdo na consciência não equivale à presença do objeto. Duas pessoas podem ter as mesmas sensações e perceber objetos diferentes, ou então ter sensações diferentes e perceber o mesmo objeto. Isto fica claro, se tomamos como exemplo a percepção de uma caixa: posso olhá-la por cima, e tenho então um determinado complexo de sensações, posso olhá-la de lado e terei outro complexo de sensações. No entanto, vejo sempre o mesmo objeto: “vivemos uma consciência da identidade”⁴⁵. Husserl questiona qual seria então o possível fundamento deste “descompasso” entre os conteúdos imanentes e o objeto percebido: não seria correto dizer que “em ambos os lados estão dados conteúdos de sensação, mas que eles são interpretados (apreendidos, apercebidos) num “mesmo sentido””⁴⁶? A consciência não pode, portanto, ser reduzida à simples presença de conteúdos, ou então, se se quiser

⁴² Idem, ibidem, §11

⁴³ Para Husserl, o fato de Brentano não reconhecer diferenças específicas na classe das representações faz com que a noção de ato pareça uma forma vazia: fantasias e percepções, por exemplo, só se distinguem por seus conteúdos. Cf. *Fantasia e Consciência de Imagem*, §4.

⁴⁴ Idem, Quinta Investigação Lógica, §14

⁴⁵ Idem, ibidem, §14 É importante notar que embora tenhamos uma consciência de identidade, ao apreendemos os conteúdos segundo um mesmo sentido, os fenômenos não são iguais. Eles diferem justamente segundo os conteúdos sensíveis.

⁴⁶ Idem, ibidem, §14

continuar falando na presença de meros conteúdos, como Natorp, faz-se necessário distinguir entre os conteúdos, compreendidos como apreensões objetivantes, e os conteúdos sensíveis, apreendidos por estes atos: eles são aquilo que excede no vivido “a presença bruta da sensação”, o caráter de ato que anima, por assim dizer, as sensações e faz com que percebamos ou imaginemos “esta ou aquela objetividade, por exemplo, que vejamos esta árvore, que ouçamos aquela campainha”⁴⁷. Ambos os conteúdos estão realmente presentes na consciência, temos consciência deles, mas não no mesmo sentido que temos consciência do objeto: quando percebo um objeto, este ato de perceber e os conteúdos sensíveis são vividos, mas não aparecem⁴⁸, ao passo que o objeto aparece, mas não é vivido: “a presença do conteúdo sentido é algo completamente diferente da presença do objeto percebido, que é apresentado mediante o conteúdo”, mas não está presente realmente na consciência.

2. Os três momentos do ato: matéria, qualidade e representação (Repräsentation)

Depois de traçar essa primeira distinção fundamental entre o conteúdo sensível e o conteúdo intencional do ato e explicitar sua compreensão do caráter de ato enquanto “apreensão objetivante”, Husserl busca especificar a segunda característica principal da consciência apontada por Brentano, a saber, sua referência a um objeto segundo diferentes modos. Como vimos, os atos são definidos essencialmente por sua relação a um objeto intencional, que Husserl denominará “matéria do ato” ou “sentido de apreensão”⁴⁹. Este momento “matéria” é sempre dado numa intenção de caráter específico – que será chamado de “qualidade” do ato: diferentes atos podem se referir ao mesmo conteúdo, à mesma matéria, de diferentes maneiras – “o mesmo conteúdo é

⁴⁷ Nasce aqui o que Husserl denominará posteriormente esquema “apreensão-conteúdo de apreensão”, que servirá de fio condutor na análise comparativa entre atos perceptivos e imaginativos realizada nas Lições de 1904-1905. Nestas Lições, Husserl busca caracterizar as diferentes formas ou espécies de apreensão que constituem a bases desses atos: de um lado, apreensão perceptiva, de outro a apreensão de fantasia. Cf. *Fantasia e Consciência de Imagem*, §2.

⁴⁸ Husserl chama a atenção para o fato de que isso vale para a percepção de objetos externos quanto para a percepção da própria consciência, a chamada percepção interna: aqui há normalmente uma coincidência parcial, mas pode haver também uma coincidência total no caso da percepção adequada, em que o conteúdo imanente é ao mesmo tempo vivido e objeto da percepção. Cf. Quinta Investigação Lógica, §5

⁴⁹ Os atos que possuem a mesma matéria não apenas visam o mesmo objeto, mas o visam como determinado de uma certa maneira: “dois juízos são essencialmente os mesmos onde tudo que vale para um vale para o outro – eles tem o mesmo valor de verdade.” Cf. Sexta Investigação Lógica, §25 e *Idéias I*, §88. Em *Idéias I*, este objeto, que receberá a denominação de noema é entendido como o correlato ou componente não real do ato, na medida em que não é parte real do vivido. O noema de um ato de percepção é o “percebido como tal”, no ato do desejo “o desejado como tal”. Ele também é denominado o sentido do ato.

ora conteúdo de um juízo, em outros casos é conteúdo de uma questão, de uma dúvida, de um desejo, etc.” O momento da qualidade unido ao momento da matéria perfaz o que Husserl chama a “essência conceitual do ato”: embora esses momentos possam ser separados por abstração, é impossível que um ato seja composto somente de matéria ou somente de qualidade.

Entretanto, Husserl constata que a essência intencional não esgota o ato fenomenologicamente, ou seja, os atos que possuem a mesma matéria e a mesma qualidade podem ainda apresentar diferenças descritivas: se comparamos um ato de percepção a um ato de memória, notamos que estes podem compartilhar a matéria e a mesma qualidade, quando, por exemplo, visamos o mesmo objeto na qualidade da “crença”. Contudo, essas representações intuitivas exibem características essencialmente distintas, que serão atribuídas às diferentes “formas de apreensão” dos conteúdos sensíveis, também denominadas momento “representação” (*Repräsentation*) dos atos. Este define a relação que se estabelece entre a matéria do ato e os conteúdos sensíveis, que constituem a sua base de representação, ou seja, a forma como a matéria é representada, e responde pelas diferenças entre os atos intuitivos, como a percepção, a fantasia, a consciência de imagem e a memória, de um lado, e os atos não intuitivos, em que o objeto visado não é intuído propriamente, como ocorre no caso dos signos e dos símbolos.⁵⁰

Embora Husserl reconheça as formas de representação como “uma diferença fenomenológica irreduzível”, ele afirma não ser ainda capaz de mostrar com precisão no que consistem estas diferentes espécies de apreensão. Certas passagens das *Investigações*, contudo, já oferecem algumas pistas para a sua compreensão. Na Sexta Investigação, traça-se uma distinção entre percepção, imaginação e signo, que tem como fio condutor a relação entre o conteúdo sensível e o objeto representado, ou matéria do ato. Nos signos, esta relação caracteriza-se como accidental, isto é, o conteúdo representante não possui nada em comum com a coisa representada, ao passo que nas intuições, sejam elas perceptivas ou imaginativas, há uma relação interna entre os conteúdos e a matéria: “só pode servir como representante intuitivo de um objeto o conteúdo que lhe é semelhante ou idêntico”⁵¹, o que exclui a possibilidade de que apreendamos determinado complexo de conteúdos segundo um sentido arbitrário. Husserl afirma: “enquanto o quê nós apreendemos um conteúdo (segundo qual sentido

⁵⁰ Quinta Investigação Lógica, §44

⁵¹ Sexta Investigação Lógica, § 26.

de apreensão) não depende de nossa vontade.”⁵² Opera-se, portanto, nesta descrição, uma aproximação entre imaginação e percepção, na medida em que ambas se caracterizam como atos em que o objeto aparece, ou seja, em que os conteúdos sensíveis “apresentam” ou “representam” determinidades dos objetos visados. Esses atos se distinguem dos atos signitivos, pois são dotados do que Husserl chamará “caráter de plenitude” (Fülle), ausente nos atos signitivos, também denominados “vazios”.

Entretanto, embora se constate certa semelhança entre os atos intuitivos no tocante à plenitude, pode-se notar uma grande diferença no que concerne às apreensões em jogo no caso das percepções e das imaginações⁵³: ao contrário destas últimas, a percepção caracteriza-se pelo fato de que seus objetos aparecem eles mesmos de maneira presente, e não “em imagem”. A apreensão perceptiva possui caráter “presentante” (präsentierend), enquanto a apreensão imaginativa ou figurativa possui caráter “representante” (re-präsentierend), o que faz com que o objeto que aparece não valha por si, mas remeta a outro objeto que lhe é semelhante. Esta “remissão” da aparição a uma objetividade que não aparece propriamente, mas é apenas “presentificada”, é um traço que aproxima a imaginação do modo intencional próprio aos signos: aqui também temos uma primeira aparição sensível perceptiva, que serve de suporte para a visada do objeto designado. Isto só é possível, segundo Husserl, em virtude de uma nova intenção, que se une à primeira apreensão e faz com que não visemos o objeto que aparece, mas algo outro: há, portanto, aqui uma intencionalidade dupla, em que uma intenção se funda sobre outra, ou, em outras palavras, constitui-se aqui uma relação “mediata” ao objeto.

Contudo, como afirmamos acima, Husserl reconhece em diversas passagens que a teoria concernente às diferentes formas de apreensão ainda carece de aprofundamento. No §26 da Sexta Investigação Lógica, depois de chegar a uma conclusão acerca dos elementos que compõem o vivido objetivante, a saber, “a matéria de apreensão” (ou “sentido de apreensão”), a “forma de apreensão” e o “conteúdo apreendido”, que se diferencia do “objeto da apreensão”, ele afirma: “se indagarmos agora, por fim, o que faz com que o mesmo conteúdo, no sentido da mesma matéria, possa ser apreendido ora à maneira de um conteúdo signitivo, ora à maneira de um conteúdo intuitivo, ou em que consiste a especificidade da forma de apreensão, eu não serei capaz de dar uma resposta que nos

⁵² Sexta Investigação Lógica, §26.

⁵³ Nas *Investigações*, o conceito de imaginação abrange tanto as imagens mentais, como a fantasia e a memória, quanto as imagens físicas.

leve adiante.” Algo semelhante é dito acerca da distinção entre a fantasia e a percepção, no §14 da Quinta Investigação, em que Husserl admite não ter atingido um resultado efetivo, dada a “falta de uma base fenomenológica devidamente preparada e a consequente escassez de conceitos claros e formulações da questão”. A despeito disto, ele afirma estar certo de que em ambos os casos estão em jogo “diferentes formas de intenção”, cuja explicitação, como veremos, consistirá a tarefa principal das Lições de Inverno de 1904-1905.

3. A caracterização da fantasia e da imagem física como representações figurativas

Como vimos, nas descrições das *Investigações Lógicas* a imaginação é caracterizada como um modo de consciência mediato, análogo à consciência signitativa: os objetos que aparecem não valem por si mesmos, mas servem de suporte a uma visada referida a outro objeto, semelhante a ele (no caso da imagem) ou completamente diferente dele (no caso do signo). Este modo de consciência é oposto à percepção, em que os objetos estão dados eles mesmos em carne e osso, no modo da presença: temos aqui, no âmbito do vivido, uma apreensão perceptiva destinada a animar os conteúdos sensíveis designados sensações. Husserl buscará definir agora o que responderia por esse caráter mediato da representação presente tanto na imaginação física quanto na fantasia. Segundo o modelo de intencionalidade, que buscamos apresentar em linhas gerais, em que distinguem sentido, forma, e conteúdo de apreensão, de um lado, e objeto representado, de outro, a diferença entre imaginação e percepção só poderia residir na diferente forma de apreensão – na chamada apreensão figurativa – que teria a função de animar estes conteúdos de maneira diferente, ou numa diferença entre os próprios conteúdos, as sensações e os fantasmas. Esta segunda hipótese, contudo, se revela problemática ao olhar de Husserl, uma vez que se constata entre eles uma correspondência evidente: “ao vermelho sentido corresponde um fantasma sensível: o vermelho que paira atualmente diante de mim na presentificação de um vermelho”⁵⁴. Poderia haver aqui diferenças essenciais, cujo comportamento resultaria numa correspondência tão exata?

A investigação é voltada, então, inicialmente à descrição das especificidades da forma de apreensão que fazem com que os próprios objetos apareçam “em imagem”. O

⁵⁴ Cf. *Fantasia e Consciência de Imagem*, §5.

principal traço destas representações consiste em que nelas estão dados dois objetos, a que podemos nos referir: a “coisa” visada, e a “imagem” que aparece. Na fantasia, podemos notar esta distinção claramente: “Quando o Palácio de Berlim paira diante de nós numa imagem da fantasia, é precisamente o Palácio em Berlim a coisa visada, representada. Mas dela distinguimos a imagem que paira, que não é uma coisa real, e não está em Berlim”⁵⁵. Aqui Husserl chama a atenção para o fato de que o atributo “imagem”, que usamos para nos referir a esta aparição, não é originado de uma reflexão que compara dois objetos e constata certa semelhança entre eles. A mera semelhança está longe de ser o único traço distintivo dos objetos que chamamos imagem, visto que, se assim fosse, quaisquer objetos semelhantes seriam a imagem um do outro. A imagem, ao contrário, caracteriza-se como uma forma especial de intencionalidade, em que o objeto não apenas aparece, como nas percepções normais, mas também serve para “figurar”, ou “trazer à presença” outro objeto semelhante ou igual a ele, que, por sua vez, está ausente.⁵⁶ Além disso, diferentemente dos objetos figurados, que podem ser fictícios ou reais, a imagem distingue-se dos demais objetos por ser um objeto “inexistente”, o que vale tanto para as imagens da fantasia quanto para as imagens físicas : em ambos os casos, “elas são na verdade um nada, o discurso que se refere a elas como coisas possui manifestamente um sentido modificado”⁵⁷. Dito de maneira mais exata, Husserl critica aqui radicalmente a ideia de que a imagem da fantasia possa ser concebida como um objeto imanente ao espírito que tivesse em seu interior uma existência psicológica, assim como a “coisa real” existe na realidade; ao contrário, e conforme sua teoria da intencionalidade, a imagem consiste num encadeamento de conteúdos sensíveis, “sobre os quais se funda certa consciência de apreensão”, o que resulta na consciência de imagem. No caso das imagens físicas, de maneira semelhante, a imagem que aparece não pode ser identificada ao objeto real, por exemplo, à tela com sua distribuição de pigmentos, que podemos rasgar ou pendurar na parede, mas ela consiste também “num certo encadeamento de sensações, que o espectador, ao olhar a tela, vivencia em si, e na apreensão e a visada, que ele constrói sobre ela, de maneira que se instaure para ele a consciência da imagem”.⁵⁸

⁵⁵ Idem, §8

⁵⁶ Segundo Sartre, a originalidade da reflexão husserliana sobre a imagem consiste justamente em não a conceber mais como “um conteúdo psíquico”, mas como uma estrutura intencional específica. Cf. SARTRE, J.P. *A imaginação*. Os pensadores, XLV, São Paulo: Abril Cultural, 1973. P.106.

⁵⁷ *Fantasia e Consciência de Imagem*, §10

⁵⁸ Idem, §10

A dificuldade a ser enfrentada aqui é precisamente compreender o funcionamento da intencionalidade da imaginação, que se revela “mais complexa” que aquela da percepção, uma vez que temos na unidade da representação um referimento a múltiplas objetividades; na fantasia, referimo-nos à imagem que aparece, que Husserl designa “objeto-imagem”, e ao objeto figurado, ou “tema da imagem”, que não aparece em sentido próprio ou “presente”. Já no caso das imagens físicas, a situação é um pouco mais complicada. Além do objeto-imagem e do tema da imagem, temos também a coisa-imagem, que se caracteriza como uma aparição perceptiva, e serve para “despertar” a aparição do objeto-imagem.

Na medida em que estão dadas numa única representação de imagem múltiplas objetividades, sua constituição pressupõe necessariamente, segundo Husserl, a efetuação de “múltiplas apreensões objetivantes”, cuja relação deve se caracterizar como um “entretecimento”, já que o objeto figurado não aparece ao lado da objeto-imagem, numa representação separada, mas “nele”, ou “através dele”.⁵⁹ Nisto consiste precisamente o caráter paradoxal do objeto-imagem, que além de constituir uma aparição, que pode ter uma base “perceptiva” ou puramente “imaginária”, tem também a função de apresentar ou exibir outro objeto, diferente dela.

⁵⁹ Isto não quer dizer que a intuição do tema da imagem decorra da abstração de certos momentos do objeto-imagem: o tema é intuído na imagem “como um todo”. Cf. *Fantasia e Consciência de Imagem*, §25

A constituição da imagem física

1. A descrição da imagem física

A primeira diferença entre representação de fantasia e representação de imagem física apontada por Husserl concerne às diferenças entre suas apreensões fundantes, que fazem aparecer o objeto-imagem, chamado também de “aparição primária”. Na fantasia, temos apenas “uma aparição”, ao passo que na imagem física temos duas: a aparição do objeto físico e a aparição do objeto-imagem. Segundo ele, ambos os objetos aparecem diretamente, “em sentido pleno e próprio”⁶⁰: temos aqui, de um lado, a aparição de uma “coisa presente espacialmente” em continuidade com o resto do campo perceptivo, no interior do qual ela se insere, ela está, por exemplo, “pendurada sobre minha escrivaninha”; de outro lado, temos a aparição do objeto-imagem, por exemplo, do “Imperador Maximiliano a cavalo”, que aparece “como uma figura tridimensional”⁶¹. Husserl chama a atenção para a relação entre ambas as aparições: não podemos dizer do objeto-imagem, que se caracteriza como uma “mera aparência”, como um “ficto”, que ele consiste numa “parte” ou numa “face” da coisa-imagem⁶² - os sombreamentos e contornos que perfazem a aparição tridimensional do ficto não podem ser identificados à distribuição de pigmentos realmente presentes na “coisa” tela. Temos, ao contrário, duas aparições resultantes de apreensões diferentes dos conteúdos sensíveis, que ora são interpretados perceptivamente como “coisa”, ora figurativamente como “imagem”. A questão seria então compreender a relação entre ambas as apreensões: constituir-se-ia aqui uma relação de fundação, ou seja, dar-se-ia primeiramente a apreensão perceptiva, sobre a qual se fundaria a apreensão figurativa?

Husserl afirma que “assim parece ser”, uma vez que temos de fato diante dos olhos duas aparições, a que podemos nos referir e atribuir diferentes qualidades. Constata-se, contudo, que isto é impossível, e por razões essenciais, a saber, as apreensões que fazem aparecer estes diferentes objetos não podem ocorrer ao mesmo tempo, uma vez que elas compartilham os mesmos conteúdos sensíveis: “as mesmas sensações visuais são

⁶⁰ Idem, §21

⁶¹ Idem, §9

⁶² Idem, §9.

interpretadas como pontos e linhas sobre o papel *e* como forma plástica que aparece”.⁶³

Como podemos entender esta relação?

A fim de ensaiar uma solução para essa questão, Husserl faz uma descrição da circunstância em que se dá para nós o aparecer de uma imagem. Normalmente, “ao nos entregarmos à intenção do artista”, não atentamos para a aparição da coisa, mas sim para as “formas que nos figuram o tema”⁶⁴. Esta aparição, contudo, não vem sozinha, ela é acompanhada da apreensão do entorno da imagem, que é essencialmente perceptiva, e que não desaparece, embora não atentemos especialmente para ela. Neste sentido, a imagem faz parte do campo perceptivo, está incluída nele, mas não é constituída por uma apreensão perceptiva normal, na medida em que apresenta um objeto que não está lá de modo presente: “aqui não podemos dizer sem mais que vemos papel.”⁶⁵ Ocorre aqui o que Husserl chama de “sobrepunjamento” da apreensão do papel pela apreensão de imagem: esta rouba o lugar daquela. Ainda assim, a apreensão perceptiva do papel continua lá, e está em nexos com a apreensão perceptiva do entorno, “que confere o caráter de realidade presente”. Instaura-se, portanto, um conflito: ao vencer, o objeto-imagem aparece, “os conteúdos de apreensão se interpenetram com a apreensão do objeto imagem, eles se fundem na unidade da aparição”.⁶⁶ Por outro lado, e como resultado deste conflito com a apreensão perceptiva, esta aparição será um “nada”, ela valerá como “irrealidade”. Ocorre, neste sentido, a “cisão” do nexos perceptivo segundo dois valores de realidade: embora tenhamos uma “aparição” em meio ao campo perceptivo, ela não vale como presente, uma vez que não está em continuidade com este campo; ela apresenta um objeto que não está lá, um “não agora”. Os objetos perceptivos que são vistos em sentido próprio não podem jamais constituir um único nexos atual com os objetos “quase vistos”. Isso decorre, segundo Husserl, de uma lei de essências: quando uma apreensão conflita com uma segunda apreensão, disputando os “mesmos conteúdos sensíveis”, aquela apreensão que está em continuidade com o restante do campo determinará o “presente efetivo”; a outra apreensão, que introduz uma descontinuidade nesse campo, na medida em que se apodera tão somente de um “recorte” deste todo abrangente perceptivo, constituirá um

⁶³ *Idem*, §21

⁶⁴ *Idem*, §22. Vale lembrar a impossibilidade de que, ao atentarmos especialmente para a coisa-imagem, não notemos seu caráter de imagem. Neste sentido, Husserl afirma: “a apreensão vai além da visada”, ou seja, embora não atentemos para o caráter representativo do objeto-imagem, ele continua lá. Cf. Hua XXIII, Beilage II.

⁶⁵ *Fantasia e Consciência de Imagem*, §22

⁶⁶ *Idem*, §22.

“mero ficto”.⁶⁷ Nesse caso, os conteúdos sensível “fazem o papel de fantasmas”, e se funda aqui, em virtude do conflito, uma “consciência de fantasia”⁶⁸.

Isso não vale unicamente para as aparições de imagem, que representam outro objeto, mas também para as aparições ilusórias, como o bastão submerso na água, que aparece partido: embora “vejamos” o bastão partido, sabemos pelo tato que ele é reto. Este saber “exige” empiricamente outra aparição, que não se dá. Desta maneira, não cremos no que vemos, uma vez que a aparição não toma parte da “força das intenções de crença que se fundam mutuamente”⁶⁹. Nos parágrafos 11 e 12 da Sexta Investigação, Husserl já faz menção a essas relações de continuidade e conflito que constituem o horizonte da experiência: numa percepção, aquilo que é visto e dado, por exemplo, uma face do objeto ou uma parte sua, apontam para outras percepções possíveis que a completam. O começo de uma melodia “desperta” intenções, que são preenchidas em seu decorrer; embora não conheçamos a melodia, os dados já prescrevem, ainda que de maneira indeterminada, um horizonte de experiências. Algo semelhante ocorre na percepção visual: “quando vejo um padrão incompleto, por exemplo, o deste tapete – que está encoberto por móveis, a parte vista é dotada de intenções que apontam para uma complementação (nós sentimos, por assim dizer, que as linhas e formas coloridas continuam segundo o “sentido” do que é visto)”⁷⁰. Essas intenções exigem um preenchimento, o que constitui a síntese da experiência perceptiva. Se a intenção não é preenchida, dá-se uma forma diferente de síntese, a do “conflito”: aqui o objeto se revela “diferente” daquele que havíamos “previsto”⁷¹. No entanto, a experiência do conflito pressupõe uma “base de concordância”, ou seja, uma “teia de intenções”: se tomarmos um ato isolado, não podemos falar em “conflito”. O nexos perceptivo constitui um “tecido de intenções parciais, que se fundem na unidade de uma intenção total (*Gesamtintention*)”⁷²; sem esta relação intencional, a consciência jamais poderia ir além daquilo que está dado a cada momento, não teríamos, portanto, a experiência da continuidade ou da descontinuidade.

⁶⁷ Idem, §23

⁶⁸ Idem, §42. A fantasia consiste, deste modo, “no momento mais essencial da figuração comum”.

⁶⁹ Idem, §23. Comparar também *Idéias I*, §103, e sobretudo §104, em que Husserl trata dos caracteres de crença e suas modificações: “a certeza da crença desempenha manifestamente o papel da proto-forma não modificada ou, como também deveríamos dizer aqui, da proto-forma não modalizada do ser”.

⁷⁰ Sexta Investigação Lógica, §11

⁷¹ Vale lembrar que Husserl diferencia “intenção” de “expectativa”: não pertence à essência da primeira estar dirigida a um acontecimento futuro. Cf. Idem, §11

⁷² Idem, §11

Entretanto, embora o objeto-imagem “conflite” com o campo perceptivo efetivo, dada sua relação descontínua com ele, ele também é composto do mesmo “tecido de intenções parciais, fundidos na unidade de uma intenção total”: “a imagem com suas figuras representantes e representadas”, perfazem “um mundo ideal”, que é “um mundo por si”: “olhamos através da moldura como se olhássemos por uma janela para o espaço da imagem, para a realidade da imagem”⁷³. Ao passearmos o olhar por esta aparição, notamos que as objetividades aqui também compõem uma unidade, e, ainda que a imagem se movimente, como no “cinematógrafo”, a unidade também é mantida na continuidade das aparições.⁷⁴

Não obstante, este conflito com o campo perceptivo, que enseja a “aparição” do objeto-imagem como um ficto, ainda não dá conta da explicitação da função representativa da imagem, ou seja, do fato de que a imagem “aparece” e, ao mesmo tempo, “apresenta outro objeto distinto dela”: a questão é aqui compreender como é possível trazer ao “agora perceptivo” um objeto que não está aqui e agora, ou, nas palavras de Husserl, como se dá esta passagem em que somos “retirados da realidade empírica e elevados ao mundo intuitivo da figuração”.⁷⁵ Como vimos, Husserl pressupõe aqui o entretecimento de duas apreensões: numa primeira apreensão constitui-se o objeto-imagem, chamado também de aparição primária; sobre esta se funda então uma segunda apreensão, em que se constitui o tema da imagem. Este, contudo, não aparece propriamente, visto que “não lhe corresponde aparição alguma”⁷⁶: a aparição perceptiva figura um objeto não percebido, que não aparece numa segunda intuição ao lado da imagem, mas “na” própria imagem, dado que os “conteúdos disponíveis” já foram consumidos pela primeira apreensão. A fim de tornar clara a distinção entre objeto-imagem e tema da imagem, Husserl nos dá o exemplo de uma fotografia: o objeto figurado, no caso, uma criança, “tem bochechas coradas, cabelo loiro”, ao passo que “a criança que aparece fotograficamente não exhibe nada destas cores, mas cores fotográficas”.⁷⁷ A imagem é, portanto, essencialmente diferente do objeto figurado: se não houvesse essa diferença, certamente não teríamos a aparição de uma imagem, mas a aparição do próprio objeto. Por outro lado, a fim de que se estabeleça a relação ao objeto figurado, a imagem deve partilhar com ele alguns traços, ou seja, assemelhar-se a ele: “o objeto-imagem ilustra

⁷³ *Fantasia e Consciência de Imagem*, §22

⁷⁴ *Idem*, §29

⁷⁵ *Idem*, §19

⁷⁶ *Idem*, §12

⁷⁷ *Idem*, §9

um objeto que não lhe é idêntico, mas que, no tocante ao seu conteúdo, lhe é mais ou menos igual ou parecido”⁷⁸.

Constitui-se, desta maneira, uma intencionalidade dupla, na medida em que podemos nos referir a dois objetos. No entanto, esse caráter duplo diferencia-se essencialmente daquele presente nas representações signitivas e simbólicas. No caso destas, uma segunda intenção se junta igualmente à aparição primária e esta junção não é de modo algum arbitrária: a segunda intenção se funda na aparição primária, de maneira que “seu caráter é determinado por ela”⁷⁹. Mas aqui o reenvio ao “segundo objeto” caracteriza-se por “desviar” do signo ou do símbolo: estes são dotados de um “dever”, que consiste em que eles “não apenas trazem consigo a representação do objeto significado, mas também apontam para ele como aquilo que deve ser visado, desviando o interesse de si, propositalmente”⁸⁰. No caso da consciência de imagem, ao contrário, o reenvio ocorre na imanência da própria imagem: a nova apreensão não reenvia “ao exterior do conteúdo daquilo que aparece, mas reenvia nele ou através dele ao objeto propriamente visado”⁸¹. Isto só é possível, uma vez que “o que aparece se comporta, em virtude de algumas de suas propriedades intuitivas, como se fosse algo outro”, ou seja, na medida em que logramos “intuir” nos próprios traços do objeto-imagem o tema da imagem, e este, por sua vez, nos “espreita” através destes traços. Assim, a segunda apreensão “recobre” a primeira e surge então a consciência de um novo objeto, “que tem um parentesco interno, uma semelhança com o objeto-imagem enquanto um todo e num ou noutro ponto em particular”⁸². Sem essa consciência da semelhança, ou da “correspondência” entre ambos os objetos, não teríamos consciência de imagem. Entretanto, como vimos, essa consciência requer que a correspondência não seja absoluta, ou seja, que a diferença entre os objetos seja “notada”, o que pressupõe a presença de momentos “não figurativos”, que “conflitam” com as determinidades do objeto figurado. No caso da escultura, por exemplo, a correspondência se estabelece apenas mediante a forma plástica, mas não mediante a coloração. Em virtude desta “disparidade”, que pode variar em grau, conforme à quantidade ou à qualidade dos momentos figurativos “portadores da consciência de figuração”, raramente teremos uma intuição “perfeita” do tema. No entanto, ainda que isto seja possível nos casos-limite,

⁷⁸ Idem, §14

⁷⁹ Cf. Sexta Investigação Lógica, §15

⁸⁰ *Fantasia e Consciência de Imagem*, §25

⁸¹ Idem, §14

⁸² Idem, §14

em que o objeto-imagem figura o tema em todos seus momentos internos, Husserl chama a atenção para o fato de que os diferentes “nexos intencionais” a que eles pertencem nos impedem de ter uma consciência do tema como “presente”: este se insere em outro contexto que não o atual, ou seja, é “como se” ele estivesse lá, mas apenas “como se”. Esta nova relação de conflito entre a aparição do objeto-imagem e a intuição do tema responde, portanto, pela função “representativa” ou “imaginativa” do ficto perceptivo: “o ficto, ou, antes, essa consciência de ficção se interpenetra com a consciência da representação. Surge aqui a consciência imaginativa. E ela surge no novo conflito entre ficto e imaginatum”⁸³.

2. As mudanças atencionais e a caracterização da intuição estética

Ao caracterizar a estrutura tríplice da imagem física a partir da descrição do entretecimento das diferentes apreensões que constituem a “coisa-imagem”, o “objeto-imagem” e o “tema da imagem”, Husserl chama a atenção para o fato de que sobre o fenômeno do aparecer da imagem podem se “fundar diferentes atos de representação”. Da mesma maneira que, sobre a base de uma única percepção, nós podemos voltar nossa atenção ou nosso interesse para alguns aspectos do objeto, sem que os aspectos “preteridos” desapareçam, também aqui no fenômeno da imaginação física o visar pode se dirigir a um dos objetos constituídos, sem que a consciência de imagem perca sua especificidade, pois “visar o tema da imagem, visar o objeto-imagem e ainda visar o objeto-imagem como imagem do tema são hábitos diferentes da representação”⁸⁴.

Em *Fantasia e Representação Figurativa*, Husserl menciona que visar a coisa-imagem e visar o tema da imagem são os hábitos “dominantes na vida comum”, ao passo que visar o objeto-imagem é a atitude própria ao artista e ao psicólogo.⁸⁵ Costumeiramente, ao observarmos uma imagem, nosso olhar se volta ao objeto figurado, de maneira que nos “transportamos para o interior da imagem” (wir schauen uns dabei ins Bild hinein)⁸⁶: nós “sentimos” a proximidade do objeto, “vivemos na imaginação (Imagination) do tema”⁸⁷. Ocorre algo que se assemelha ao “mero fantasiar”, em que

⁸³ Idem, §26

⁸⁴ Idem, §18 Quando visamos o objeto-imagem como imagem do tema, a “imagem” é considerada como um simples meio para a intuição do objeto. Ela não nos interessa em absoluto.

⁸⁵ Hua XXIII, p.120. Neste trecho, Husserl se refere não apenas ao objeto-imagem da imagem física, mas também às aparições de fantasia, às quais sobretudo o psicólogo deve se voltar.

⁸⁶ *Fantasia e Consciência de Imagem*, §17

⁸⁷ Idem, §22

nos afastamos momentaneamente da realidade empírica e adentramos o mundo da figuração, e em que o “jogo da fantasia” pode ser ativado pela aparição, “de tal modo que imerjamos no mundo do tema, como quando, ao avistar as imagens de um Paulo Veronese, nos sentimos transportados para a vida suntuosa dos nobres venezianos do século XVI”⁸⁸. Algo completamente diferente se dá, contudo, quando nosso olhar se volta para o objeto-imagem e nele permanece: aqui ainda temos a consciência do tema, a figuração de modo algum desaparece, mas o interesse se concentra essencialmente no seu “modo de aparição” (*Erscheinungsweise*). Husserl se refere aqui tanto ao efeito produzido pelos “meios e materiais de reprodução” empregados pelos artistas, quanto à escolha do tema e ao modo como ele é apresentado. É apenas neste direcionamento que se dá a intuição propriamente “estética” da imagem. Em *Fantasia e Consciência de Imagem*, entretanto, não encontramos uma descrição pormenorizada das peculiaridades deste tipo de intuição, que normalmente vem acompanhada do “sentimento estético”, bem como do “juízo estético”. No texto número 15 do volume XXIII da *Husserliana*, Husserl se volta novamente a esta problemática e coloca a seguinte questão: “a que se volta a consciência estética?”⁸⁹ Ao vivermos nessa consciência, temos uma consciência intencional objetiva, afetiva e valorativa que se distingue daquela que temos em geral quando vivemos em “atitude natural”, ou mesmo quando, ao lermos um drama, nos “voltamos às pessoas, ações, etc. representadas”. Quando os objetos são apenas observados e tomamos posição em relação a eles, o que ocorre na vida comum, mas também “na fantasia”, no caso da leitura de uma ficção, ainda não temos uma consciência estética. Esta só se dá quando não apenas nos voltamos aos objetos, mas “refletimos” sobre seu “modo de aparição”, o qual é, segundo ele, “portador de caracteres estéticos afetivos” (*ästhetischen Gefühlscharakteren*), ou seja, quando “do viver no aparecer” passamos à “aparição, e vice-versa”. Ao fazermos esta passagem, “o sentimento se torna vivo”: “o objeto adquire (...) uma coloração estética em virtude do modo de aparição, e o retorno (*Rückwendung*) à aparição traz à vida o sentimento originário”⁹⁰. Nesta medida, podemos fruir esteticamente de quaisquer objetos, e não apenas das obras de arte: quando nos perguntamos acerca de “qual disposição é a mais bonita”⁹¹, ao decorarmos um salão, também vivemos em orientação estética. O que a distingue é o fato de que aqui interessa apenas o “aparecer” dos objetos, e não o seu

⁸⁸ Idem, §17

⁸⁹ Hua XXIII, p. 389

⁹⁰ Hua XXIII, p. 391

⁹¹ Hua XXIII, p. 145

“ser”: “temos consciência dos mesmos objetos que aparecem de diferentes modos. (...) É indiferente para a tomada de posição objetiva, que se dirige a este objeto e o “valora”, o fato de o objeto aparecer nesta ou naquela posição. Mas para a valoração estética, isto não é indiferente”. Assim, Husserl conclui que atitude estética “tem a ver essencialmente com a diferença entre a consciência de um objeto em geral e o *modo de aparição* do objeto”.⁹²

Ao descrever o método fenomenológico em uma carta de 1907 endereçada ao escritor e dramaturgo Hugo von Hofmannstahl⁹³, Husserl afirma um parentesco próximo entre a “atitude fenomenológica” e aquela adotada pelo artista: tanto este quanto o fenomenólogo, ao se referirem aos objetos, se movem numa esfera que exclui toda “tomada de posição existencial do intelecto e toda tomada de posição da vontade e do sentimento”⁹⁴. No posicionamento caracterizado como natural, “as coisas, que estão diante de nós no modo sensível, as coisas, das quais falam o discurso atual e o discurso científico, nós as colocamos como realidades, e sobre essas posições de existência se fundam atos do sentimento e da vontade: alegria de que algo seja, tristeza, de que aquilo não seja, desejo, de que algo possa ser”. A atitude caracterizada como esteticamente pura não deve levar em consideração estas posições de existência: neste sentido, a obra é tanto menos “esteticamente pura”, quanto “mais nela se faz lembrar do mundo existencial, (...) quanto mais a obra de arte exige tomada de posição existencial”⁹⁵: seu papel não é iludir os sentidos ou expressar uma “verdade natural”. A obra de arte pura, afirma o autor, é capaz de “nos colocar (nos forçar por assim dizer) no estado daquela intuição puramente estética, que exclui aquelas tomadas de posição”.⁹⁶

O que aproxima o artista do filósofo é a atitude de tomar o mundo como “mero fenômeno”: no caso da filosofia, trata-se de indagar este fenômeno e expressá-lo por meio de conceitos; já no caso da produção estética, o artista deve se apropriar “intuitivamente do fenômeno, a fim de apanhar-lhe, na abundância de formas, materiais para plasmações estéticas criadoras”⁹⁷.

⁹² Hua XXIII, p.388

⁹³ HUSSERL, E. Brief an Hugo Von Hofmannstahl, In: Briefwechsel/Die Brentanoschule, in: Husserliana, Dokumente, Bd. III, Teil 7, p. 133

⁹⁴ Idem, ibidem, p. 133

⁹⁵ Idem, Ibidem, p. 134.

⁹⁶ Idem, ibidem, p. 134

⁹⁷ Idem, ibidem, p. 135

A constituição da fantasia

1. A descrição da aparição de fantasia

Depois de concluir a descrição da intencionalidade da consciência de imagem física e afirmar que sua estrutura já havia se tornado “perfeitamente clara”, Husserl passa então à descrição das “imagens mentais”, buscando traçar uma comparação entre ambas as formas de imaginação. Logo de início, contudo, ele expressa um “certo sentimento de insatisfação” em relação à concepção da fantasia como uma forma de consciência de imagem. Embora restem “dificuldades e pontos obscuros” a ser elucidados no caso da fantasia, Husserl afirma “pressentir” que estas formas de representação não apresentam o “parentesco” que ele lhes havia atribuído primeiramente para fins de análise nas *Lições*, em que estabelecera uma correspondência entre o objeto-imagem perceptivo e a imagem mental. A tarefa consiste, portanto, na descrição da constituição da “imagem mental” e de seu estatuto “representativo”, ou seja, na análise da aparição primária da fantasia e de sua relação ao objeto fantasiado, a fim de verificar se há ou não uma semelhança na estrutura intencional entre essas formas de consciência.

A diferença mais notável constatada por ele entre o objeto-imagem físico e o objeto-imagem da fantasia é o fato de este não se inserir no campo perceptivo: ele não “contém um campo emoldurado de tal ou tal maneira dentro do qual se abre um espaço fictício para minhas fantasias”⁹⁸, como ocorre no caso da imagem-física. Ao se inserir no campo perceptivo coeso e constituir em seu interior um novo “campo de objetividades” descontínuo em relação a ele, a imagem física se torna mediante este conflito uma “mera aparência”, que serve então para presentificar um objeto ausente. No caso da fantasia, contudo, não temos a “coisa-imagem” em conflito com o objeto-imagem, mas somente a “imagem mental”. Estas constatações conduzem Husserl às seguintes questões: por que a aparição da fantasia não vale então como “percepção”, mas como presentificação, visto que, ao não se inserir no campo perceptivo, ela também não “conflita” ele? O que poderia responder por seu caráter “irreal”? Há aqui de fato uma “intenção de imagem”, ou seja, temos aqui a aparição de um objeto, cuja função é trazer ao presente um objeto ausente?

⁹⁸ *Fantasia e Consciência de Imagem*, §26

A fim de responder a essas questões, Husserl traça inicialmente uma análise comparativa entre o objeto-imagem físico e o objeto-imagem da fantasia. Consta-se então um paralelismo no tocante ao seu caráter “representativo”, segundo o qual podemos fazer a distinção entre “imagem” e “coisa”, tendo em vista a diferença da aparição em relação ao objeto nela figurado: tanto na fantasia quanto na imagem física, “a aparição do tema por meio da imagem pode se dar em diferentes graus de adequação possível”, ou seja, a aparição pode conter mais ou menos momentos figurativos, e esses momentos podem representar com uma precisão maior ou menor as determinidades do tema.⁹⁹ Podemos ter fantasias ou memórias claras, em que os objetos são representados com uma plenitude de momentos, bem como fantasias esquemáticas, quase “vazias”, em que o tema é apenas intuído de maneira precária; a esta diferença corresponde na imagem física a distinção, por exemplo, entre a pintura a óleo, que contém normalmente uma grande quantidade de momentos, e a aguada oriental, em que a representação é lacunar.

A despeito dessas similaridades, a aparição de fantasia se distingue da aparição do objeto-imagem físico num ponto crucial, o que, como veremos posteriormente, implicará o questionamento do caráter “representativo” da aparição de fantasia. Embora a imagem física possa se caracterizar como mais ou menos adequada, sua aparição porta de todo modo “a mesma força e plenitude de qualquer percepção verdadeira”¹⁰⁰, ou seja, ao abstrairmos de seu caráter imaginativo, ela é uma “coisa” como qualquer outra que faz parte do nexo perceptivo. Já a aparição da fantasia não possui essa ancoragem na realidade presente: “ela aparece (...) num mundo completamente diferente e separado do mundo do presente atual”¹⁰¹. Não nos ocorre, por exemplo, “inserir” esses objetos fantasiados na realidade presente, visto que eles exibem uma incompatibilidade com ela: apesar de terem caráter objetivo, apresentando “cor” e “forma”, sua feição é assinalada por um “je ne sais quoi”, por algo “indizível”. No apêndice XXXIV do volume XXIII da *Husserliana*, Husserl busca fazer uma descrição dessas aparições: “Como podemos entender essa coisa admirável: tenho uma aparição, uma aparição de certa maneira vivaz, portanto, uma aparição clara, e, contudo, nenhuma determinação. Tenho uma representação do quarto das crianças, diante de meus olhos vejo o tapete, vermelho

⁹⁹ Cf. Idem, §27. O caráter de adequação ou inadequação da representação pode ser “avaliado” segundo a “quantidade” dos momentos representativos e também segundo a “intensidade” desses momentos. No segundo caso, um “certo momento específico” é figurado de maneira perfeita, o que pode ser feito com um pequeno número de traços.

¹⁰⁰ Idem, §27

¹⁰¹ Idem, §27

com um padrão. No entanto, o padrão eu não vejo de maneira *precisa*. Lampeja, então, um azul escuro. Mas apenas por um momento ele é “claro”, e imediatamente me dou conta de que ele não o é mais. Ele é demasiado azul. Também é inapreensível como ele é formado, tenho algo da forma, do comprimento, de sua forma trapezoidal, mas é impossível dizer como ela é preenchida. Ou tenho uma representação do salão, tapete azul, tapete persa, mas o sofá é representado de modo indizível. De modo “intuitivo”, sim; porém não claro, não vejo claramente o padrão do tapete.”¹⁰²

Essa passagem nos mostra alguns caracteres da imagem da fantasia, que a distingue essencialmente das aparições de objeto-imagem perceptivo. Observamos aqui a falta de estabilidade da aparição, ainda que a intenção se mantenha direcionada a um único objeto: a imagem é “flutuante”, sua plenitude e sua vivacidade variam em grau, e essa variação é “incessante”. Nisso consiste o que Husserl chama de caráter proteiforme da imagem. Diferentemente do objeto-imagem físico, que pode também se “alterar”, como no cinema, as alterações aqui presentes obedecem à síntese ordenada do nexos perceptivo. Na fantasia, ao contrário, as variações não obedecem a nexos algum: a aparição ora representa o objeto de maneira “clara”, e, de repente, de maneira obscura; ou então um mesmo objeto é representado por diferentes aparições, descontínuas entre si, como quando imaginamos um amigo tal como era na infância e a seguir em seu traje de noivo; na maioria das vezes, nota-se também que essas alterações se dão de forma abrupta. Além desses caracteres de descontinuidade em relação à sequência de aparições que mantém a intenção a um único objeto, a fantasia ainda apresenta um caráter fugaz, “intermitente”: uma cor, uma forma ou um objeto aparecem como um “relâmpago”, e logo desaparecem. No texto número 15 da *Husserliana* XXIII, Husserl descreve estas “aparições intermitentes” que temos ao lermos um conto de fadas (*Märchen*): “Leio *um conto*; contudo, embora eu compreenda tudo com perfeição (...), eu não tenho intuições claras, aqui e ali lampadeja algo, e o resto permanece obscuro. Dir-se-á aqui que vivo no mundo do conto de fadas. Certamente, embora eu não o veja com o olho intuicionante da fantasia.”¹⁰³

¹⁰² Hua XXIII, p.318

¹⁰³ Hua XXIII, p. 381

2. O caráter fictício da aparição de fantasia

A partir destas diferenças constatadas entre o objeto-imagem físico e a aparição de fantasia, Husserl passa à descrição de seus diferentes “modos de constituição”. Como vimos, o caráter fictício e representativo da imagem física é decorrente de sua inserção “conflitiva” no campo perceptivo. O que poderia agora responder pelo caráter irreal da aparição de fantasia, visto que não há qualquer “permeação” entre os campos da percepção e da fantasia? Husserl se questiona: “Se nada está em conflito com a aparição, ela não deveria valer como percepção?” O que caracterizaria uma aparição enquanto aparição de “algo presente” e a outra como aparição de “algo ausente”?

Husserl aponta então para o caráter de “antagonismo” que parece subsistir entre o campo perceptivo e o campo da fantasia: na passagem da consciência perceptiva à consciência de fantasia experienciamos um “salto”, uma descontinuidade, diferente daquela que experienciamos na imagem física. Aqui a unidade do campo é mantida, ao passo que na fantasia temos a aparição um campo completamente separado, o qual “conflita” com o campo perceptivo “como um todo”.¹⁰⁴ Quando “vivemos” na fantasia, o campo perceptivo quase desaparece, ele permanece, por um momento, “desabitado”.¹⁰⁵ Não há, portanto, uma unidade intuitiva que harmonize essas aparições. Não podemos “fantasiar no interior da percepção” (*Hineinphantasieren in die Wahrnehmung*); estes campos se constituem como “autoexcludentes”, o que determina então o caráter fictício da fantasia: ao contrastar com a percepção, que constitui o presente, a aparição de fantasia se caracteriza como uma nulidade, em que algo “ausente” aparece. Consequentemente, “nada nos impede de compreender o modo de representação pelo qual, por intermédio desse objeto, o objeto fantasiado vem à consciência, como uma imaginação normal”¹⁰⁶, ou seja, poderíamos conceber também aqui uma estrutura semelhante à das imagens físicas, em que um objeto-imagem representa um tema.

Entretanto, ao analisar o ficto da fantasia, Husserl depara com uma nova descoberta: diferentemente do ficto perceptivo, que aparece de modo presente, o ficto da fantasia não se constitui como algo presente: “nas fantasias (...) vivenciamos fantasmas e apreensões objetivantes, que não constituem algo que está lá de modo presente, e que

¹⁰⁴ *Fantasia e Consciência de Imagem*, §32

¹⁰⁵ *Idem*, §36

¹⁰⁶ *Idem*, §32

então serviria como suporte para a consciência de figuração.” A relação ao tema não se dá, portanto, de maneira “mediata”- temos aqui a consciência “direta” do objeto ausente: “quando nossa fantasia se entretém com anjos e demônios, anões e ninfas, ou quando nossa memória nos transporta ao passado, que passa diante de nosso espírito em configurações intuitivas, as objetividades que aparecem não têm o valor de objetos-imagem, de meros representantes, análogos ou imagens de outra coisa”¹⁰⁷.

Como podemos compreender então a constituição desta consciência direta do objeto ausente? Husserl parece encontrar uma primeira resposta na caracterização “distinta” dos conteúdos sensíveis que estão na base dessas aparições da percepção e da fantasia: as sensações “possuem o selo da realidade”, “do presente atual”¹⁰⁸; quando vivemos na consciência de imagem física se dá primeiramente a aparição de algo presente, no interior do qual intuimos, por analogia, um objeto ausente. Já no caso da fantasia, isto não é possível, visto que seu conteúdo sensível, “o fantasma”, “se dá como não presente, não cede à exigência de ser tomado como presente, ele traz consigo desde o princípio o caráter de irrealidade, ele tem primariamente a função de valer por algo outro.”¹⁰⁹

No entanto, há a possibilidade de considerarmos, num sentido “impróprio”, as aparições da fantasia como “objetos-imagem”. Isto se dá, por exemplo, quando atribuímos à fantasia o caráter simultâneo a um presente atual; ao nos lembrarmos, por exemplo, de que estávamos “fantasiando” quando a campainha tocou, conferimos à aparição uma “atualidade adquirida”¹¹⁰, que não é realmente sentida, mas apenas “percebida” na reflexão. Apenas neste sentido “impróprio” a aparição poderia ser considerada “presente”, e poderíamos fazer a distinção entre objeto-imagem e tema da imagem, compreendendo a relação ao tema da imagem como “figuração”. No caso das fantasias obscuras, em que a “aparição primária” difere “consideravelmente” do objeto fantasiado, poderíamos também indiretamente tomar a aparição primária como “objeto-imagem presente”, mediante o qual intuiríamos o tema, e pressupor aqui a constituição de uma relação figurativa. Por outro lado, Husserl chama a atenção para a especificidade da objetivação no caso das fantasias “obscuras”, que as distingue essencialmente das fantasias “claras”: temos, nos casos de obscuridade, uma intenção objetiva, cujo preenchimento, ou “suporte” reside nos escassos traços figurativos,

¹⁰⁷ Idem, §42

¹⁰⁸ Idem, §39

¹⁰⁹ Idem, §39

¹¹⁰ Idem, §39

constituindo, nesta medida, uma intuição muito pobre e esquemática do tema. Mas aqui, ao contrário do objeto-imagem perceptivo, os “momentos não figurativos” não fundam uma relação de conflito que traga à tona a distinção entre objeto-imagem e tema da imagem, ou seja, uma duplicidade intencional, na medida em que não temos “uma objetivação fechada”, “um objeto-imagem constituído de maneira estável”¹¹¹: embora haja uma intenção voltada ao objeto, a “interpretação” dos fantasmas enquanto determinidades do objeto representado “fica por nossa conta”, ou seja, “as lacunas, as colorações evanescentes, etc., que desaparecem na poeira luminosa do campo de visão da fantasia, tudo isso só é objetivado se quisermos - se quisermos interpretá-lo em analogia a uma objetividade real.”¹¹² A intuição é, aqui, essencialmente “flutuante” em virtude da intermitência dos fantasmas; não há, portanto, figuração propriamente dita, mas somente “uma sombra”, “um prelúdio” de uma intuição direta do objeto.

A partir destas descrições, chega-se à conclusão de que a figuração não constitui o traço essencial da representação de fantasia. Ainda que possa haver “figuração” na fantasia, como ocorre em certos casos, em que uma nova intenção se funda sobre a aparição primária de fantasia, por exemplo, “quando um geólogo cria para si uma representação intuitiva de uma espécie animal pré-histórica com base em marcas características sugeridas por fósseis”¹¹³, esta intuição fundante é já uma fantasia, e, assim, “a função simples de fantasia já está de todo modo pressuposta”.¹¹⁴

3. O caráter imediato da aparição de fantasia e sua distinção em relação às aparições perceptivas

A questão a ser agora resolvida concerne à distinção entre percepção e fantasia, tendo em vista que ambas se caracterizam como atos em que os objetos aparecem de “modo imediato”. Husserl aponta, neste sentido, para a diferenciação terminológica que devemos estabelecer para nos referir às representações figurativas e às representações da fantasia: neste último caso, devemos evitar a palavra “imaginação”, visto que não há, em sentido próprio, uma imagem; ele sugere a adoção dos termos “presentação” e “presentificação” para designar respectivamente a aparição perceptiva e a aparição de fantasia. A fim de estabelecer um paralelo entre estas aparições e clarificar o caráter

¹¹¹ Idem, §43

¹¹² Idem, §43

¹¹³ Idem, §41

¹¹⁴ Idem, §43

essencial que as distingue, Husserl decide então abstrair das diferenças notáveis entre elas, a saber, do caráter proteiforme e intermitente presente da fantasia, que não está presente na primeira. Ele afirma que de ambos os lados “podemos” ter “a mesma aparição”, o que aponta para algo “idêntico” em ambos os vividos, a saber, uma consciência intencional “que em ambos os lados está voltada ao mesmo “objeto””, ou seja, “conteúdos sensíveis” interpretados segundo “o mesmo sentido de apreensão”¹¹⁵. A dificuldade que surge aqui e exige uma revisão do modelo da intencionalidade das *Investigações* reside no fato de que, tanto no caso da percepção quanto no caso da fantasia, a “intenção” é simples, ou seja, não é mais possível recorrer à “forma de apreensão figurativa” para caracterizar os vividos de fantasia. Husserl passa a falar então em “diferentes caracterizações”¹¹⁶ da aparição, ou de “diferenças da consciência”¹¹⁷.

De toda maneira, a teoria da intencionalidade pressupõe que essas diferenças tenham de ser reconduzidas às “apreensões”, que devem ser diferentes no caso da percepção e da fantasia, ou a uma distinção nos próprios conteúdos que estão na base destas apreensões. Husserl considera inicialmente esta segunda hipótese e faz uma exposição da posição brentaniana em relação às diferenças entre os conteúdos sensíveis. Segundo Brentano, não há diferenças essenciais ou de gênero entre sensações e fantasmas, mas apenas diferenças de intensidade, e estas ensejariam as “diferentes apreensões”. Assim, quando as sensações são intensas e fixas, temos necessariamente uma “percepção”, ou uma apreensão “própria”, ao passo que, quando os conteúdos são fracos e fugazes, vivenciamos uma fantasia, ou uma “apreensão inadequada”. Essa interpretação, que pressupõe uma escala de “intensidades”, daria conta então de explicar os fenômenos em que não conseguimos distinguir se percebemos ou fantasiemos, por exemplo, “o tique-taque do relógio”¹¹⁸. Entretanto, Husserl encontra sérios problemas nesta interpretação¹¹⁹, com a qual ele próprio afirma ter por muito tempo concordado. Segundo ele, essa interpretação não explica o caráter intuitivo e adequado de certas representações de fantasia, já que a estas deve ser sempre atribuído um caráter “impróprio”. A dificuldade só poderia ser resolvida se considerássemos que a diferença entre estas aparições residisse não na “intensidade”, mas em algo “análogo” a ela.

¹¹⁵ Idem, §44

¹¹⁶ Idem, §44

¹¹⁷ Idem, §48

¹¹⁸ Idem, §45

¹¹⁹ Ele se refere aqui à interpretação errônea da *vivacity* humiana como intensidade. Cf. §46

Deveríamos então conceber para cada domínio da sensação uma escala própria análoga à intensidade ou força, segundo a qual seríamos capazes de distinguir a fantasia da percepção. No entanto, no domínio do paladar esta hipótese já se revela falsa: quando fantasiarmos que estamos comendo uma pimenta, por exemplo, não sentimos uma ardência menos intensa, não temos presente na consciência um análogo distante da ardência, mas “nenhuma ardência”, o que não impede que esta fantasia seja plenamente intuitiva. A diferença não reside, portanto, na intensidade. “Para essas dificuldades”, afirma Husserl, “é indiferente se estabelecemos diferenças de grau ou se as separamos por abismos”¹²⁰, uma vez que se constata uma correspondência essencial entre os vividos de fantasia e os de percepção: “tudo aquilo que é da ordem de um gênero – incluindo todas as diferenças possíveis em seu interior – pode ser encontrado tanto no modo da percepção quanto no modo da fantasia.”¹²¹

“A grande dificuldade” consiste, portanto, em “compreender como é *possível*”¹²² essa diferença entre fantasia e percepção, tendo em vista que esses vividos se correspondem em sua “essência”. Na fantasia e percepção dos “atos”, esta correspondência se revela ainda mais evidente do que na fantasia e percepção de objetos externos: quando fantasiarmos um juízo, por exemplo, estão presentes na consciência de presentificação todos os elementos que compõe um vivido de juízo, o que inclui “aquilo que diz respeito a seu caráter de crença”¹²³, sem o que ele se descaracterizaria como juízo, e, no entanto, não cremos realmente ao efetuarmos esta consciência. Se a diferença entre a fantasia de um juízo e a percepção de um juízo residisse na “intensidade”, teríamos de aceitar que, ao presentificarmos na memória ou na fantasia um juízo que agora consideramos errôneo, erraríamos ainda, porém numa intensidade menor, o que é evidentemente absurdo. Por outro lado, se supuséssemos uma diferença radical entre estes vividos, teríamos de aceitar que as presentificações “carecem” de algo, que está presente na percepção, e então abriríamos mão da tese de que há uma correspondência entre elas, teríamos de aceitar a tese brentiana da inadequação.

A solução entrevista por Husserl para distinguir essas representações consiste em concebê-las como atos objetivantes idênticos, porém “caracterizados” diferentemente: esta diferenciação diria respeito à apreensão, que seria ora “presentante”, ora “presentificante”, e o vivido seria, assim, ora “atual”, ora “inatural”. A identidade

¹²⁰ *Fantasia e Consciência de Imagem*, §47

¹²¹ Idem, §48

¹²² Idem, §47

¹²³ Idem, §47

pressuposta concerniria ao que Husserl denominara nas *Investigações Lógicas* a “essência conceitual” do ato, a saber, “tudo o que é próprio”¹²⁴ a cada espécie de ato, a qual independeria de sua caracterização como “presente” ou “presentificada”: desta maneira, “além da essência conceitual também participa da concreção plena de uma consciência doadora da realidade sua caracterização como produtora do ser presente real. Ou deve estar lá a caracterização modificadora do não presente, e o que aparece é então irreal.”¹²⁵

Entretanto, Husserl logo se dá conta de que essa interpretação implica uma séria dificuldade: quando concebemos que a consciência “atual” é composta da “essência conceitual” do ato e de sua “caracterização” como “presente”, esta “caracterização” é também concebida como um momento constitutivo da consciência presente, e, neste caso, precisaríamos de uma segunda apreensão presentante para conferir-lhe esta caracterização, que seria ela mesma novamente presente, e assim por diante. Regredimos, portanto, ao infinito: “A percepção tem para nós o valor de uma consciência, à qual o “presente” pertence por essência. Mas as percepções são elas mesmas atos, e atos presentes. Elas só seriam presentes em virtude de um perceber de segundo grau? (...) Encontramo-nos aqui num beco sem saída.”¹²⁶

Um dos erros desta interpretação residiria, segundo Husserl, no fato de considerar “tacitamente” os atos presentantes como “percebidos internamente”, o que lhes conferiria o caráter da presença. Seria possível, portanto, desviar-se desta dificuldade, se concebêssemos os atos de percepção e de fantasia *eo ipso* como presentes na consciência, o que lhes assegura por princípio a possibilidade de serem percebidos. No caso da fantasia teríamos então uma consciência presente de “presentificação” ou “representação”, uma consciência com caráter “modificado”, ou, nas palavras de Husserl, algo “presente”(...) “que inclui em si uma consciência (...) enquanto fantasma”¹²⁷. Este, por sua vez, não é “presente” em si: “nós apenas o tomamos por algo presente, visto que ele é parte de uma representação de fantasia, que, por sua vez, é algo presente”¹²⁸. Já no caso da percepção, teríamos a consciência correspondente, apenas “não modificada”.

¹²⁴ Idem, §48

¹²⁵ Idem, §48

¹²⁶ Idem, §49

¹²⁷ Idem, §49

¹²⁸ Idem, §51

Nos parágrafos finais das *Lições*, contudo, Husserl confessa não saber em que consistiria a “natureza” desta “diferença última e notável entre apresentação e representação”¹²⁹. Ele assume “provisoriamente” a existência de apreensões que funcionam diferentemente: o que aparece é ora tomado “como ele mesmo”, ora como “modificado”; esta modificação, por sua vez, não é algo que possamos realizar “arbitrariamente” no vivido, mas consiste num caráter inerente e constitutivo da própria aparição. Outra possibilidade considerada por Husserl consiste em conceber uma caracterização diferente dos próprios conteúdos sensíveis, que prescreveria essencialmente aos fantasmas a função representativa e às sensações a função presentativa. Mas isto levaria novamente a um impasse: se tomamos um vivido de fantasia como presente, “a fantasia deveria ser caracterizada como sensação”¹³⁰, o que contradiria a essência do fantasma. Sendo assim, ele prefere sustentar a posição de que os fantasmas se caracterizam como “modificados” quando sofrem apreensão de fantasia, ao passo que se caracterizam como presentes enquanto “partes” do vivido presente de fantasia.¹³¹

Esta interpretação, contudo, está longe de ser considerada “definitiva”. Ele reconhece que aqui restam sérias dificuldades e que as análises das *Lições* apenas conduzem a uma aproximação do problema, o qual será retomado em diversas notas de trabalho ao longo de toda sua vida. Num texto de 1909, Husserl esboça uma nova interpretação para a distinção entre fantasia e percepção, em que traça uma crítica em ao modelo “apreensão-conteúdo de apreensão” concebido nas Investigações e posteriormente empregado nas *Lições*. Nesse texto, Husserl se pergunta: “a que se devem as tentativas continuamente repetidas e sempre fracassadas de esclarecer a relação entre percepção e fantasia, ou, melhor, a que se deve o fracasso dessas tentativas?”¹³²

O grande “erro” consiste, segundo ele, em conceber o vivido de fantasia como “algo presente” com função “representativa”. Segundo este esquema, “sensação” e “fantasma” são “em si a mesma coisa, dotados apenas de diferentes funções”¹³³, ou seja, a diferença reside essencialmente nas apreensões distintas em ambos os lados: “(...) não temos, (...)

¹²⁹ Idem, §51

¹³⁰ Idem, §52

¹³¹ No Anexo XIII do volume XXIII da Husserliana, Husserl retoma a questão do estatuto paradoxal dos fantasmas. Num vivido de fantasia, “o fantasma é também apreendido como não presente”. No entanto, “a fantasia é presente, da mesma maneira que a percepção (...)”. A própria representação de fantasia não é um fantasma. Este, contudo, é uma parte da representação. Uma parte independente? Ele pode existir, sem fundar uma representação de fantasia?”. Cf. Hua XXIII, p.164

¹³² Hua XXIII, 265

¹³³ Idem, p. 265

no caso da percepção, em seu interior enquanto vivido concreto, uma cor enquanto conteúdo de apreensão e então o caráter da apreensão, que faz a aparição. E da mesma maneira, no caso da fantasia, também uma cor enquanto conteúdo de apreensão e então uma apreensão modificada, aquela que faz a aparição de fantasia”.¹³⁴ Husserl sugere a interpretação de que a consciência não se constitui apenas com uma “apreensão objetivante” que tenha a função de “animar” o conteúdo sensível realmente “presente” nela, mas que “sensação” e “fantasma” já são em si mesmos “consciência”. Opera-se, neste sentido, uma restrição¹³⁵ ao esquema apreensão-conteúdo de apreensão: numa nota de trabalho anexada à Quinta Investigação, ele remete ao fato de que este esquema só vale para certos atos, mas já não vale para as fantasias e presentificações em geral, visto que aqui “temos de fato que diferenciar apreensão de fantasia e representante de fantasia, porém ambos não são vividos “realmente”, mas apenas “conteúdos de consciência presentificados””¹³⁶. Assim, teríamos de ambos os lados a “mesmas apreensões” e os “mesmos conteúdos sensíveis”, mas estes seriam vividos ora à maneira de uma impressão (impressional), ora de maneira modificada: “Fantasia é modificação de uma ponta à outra - ela é fantasia de cor, de apreensão”¹³⁷. Temos, portanto, um outro modo de consciência, que consiste numa transformação “completa”, ou seja, “na imagem perfeita”¹³⁸ de toda e qualquer experiência efetiva: nestes casos, é “como se” vivêssemos realmente a experiência, a fantasia “é para nós realidade “como se””¹³⁹.

Essa nova interpretação permite a Husserl operar, em textos posteriores, uma reaproximação entre a consciência de imagem física e a fantasia, que serão denominadas “fantasia perceptiva”¹⁴⁰ e “fantasia reprodutiva”. Quando olhamos para uma imagem, ela é percebida, isto é, está presente em carne e osso diante de nós, “mas essa presença e realidade é justamente realidade como se”¹⁴¹, da mesma maneira que a fantasia é também uma realidade “como se”. Tanto numa como noutra, “escapamos” momentaneamente do “mundo da experiência”, cuja essência consiste em “ser o único e

¹³⁴ Idem, p.265

¹³⁵ Husserl afirma que este esquema “tem certamente um bom sentido”. Hua XXIII, p.265

¹³⁶ Hua XXIII, Einleitung, p.LXII

¹³⁷ Hua XXIII, p.268

¹³⁸ Cf. *Fantasia e Consciência de Imagem*, §47

¹³⁹ Hua XXIII, p.504

¹⁴⁰ “Fantasia perceptiva” traduz “perzeptive Phantasie”. Cf. Nota 72 da tradução.

¹⁴¹ Hua XXIII, p.506

mesmo mundo para cada um que a experiencie”¹⁴². Embora o horizonte da experiência atual seja essencialmente “aberto”, ele é também essencialmente “determinável”: “o mundo por detrás das constelações mais distantes (...) é desconhecido, mas passível de ser conhecido empiricamente”¹⁴³. O mundo da experiência é, neste sentido, “um sistema ilimitado de experiências atuais, com horizontes de experiências, a serem novamente explicitados mediante experiências, e assim, um sistema fixo, que se amplia de maneira “atada”.¹⁴⁴ O reino da fantasia caracteriza-se, por outro lado, por sua liberdade incondicionada. Não há aqui apenas “um mundo”, mas infinitos mundos, cuja plasmação e determinação obedecem apenas, no caso da arte, por exemplo, à intenção do artista: a realidade é posta aqui “fora de jogo”, a fim de que a fantasia, ou o “reino do jogo”, como Husserl a descreve, entre em ação. Neste sentido podemos compreender também a importância fundamental da fantasia para a fenomenologia, cujo fim é precisamente desvelar o fenômeno “mundo”: aqui esse tem de ser posto igualmente “fora de jogo”, ou “entre parênteses” para que possamos intuir “seu sentido” ou “sua essência”. A fantasia “cria”, portanto, um “espaço alheio”, a partir do qual podemos nos distanciar, e, na mesma medida, nos aproximar daquilo que nos é tão próximo, e que, por isso, não logramos ver, a saber, a própria experiência.

¹⁴² Hua XXIII, p.522

¹⁴³ Hua XXIII, p. 523

¹⁴⁴ Hua XXIII, p. 535

Fantasia e Consciência de Imagem

**(Terceira Parte das Lições do Semestre de Inverno de
1904/1905 sobre “Partes Fundamentais de Fenomenologia e
Teoria do conhecimento”)¹**

¹ O texto foi escrito provavelmente no decorrer do semestre de inverno entre janeiro e fevereiro de 1905. A divisão em capítulos e parágrafos, bem como seus títulos, foi introduzida pelo editor do volume XXIII da Husserliana, Eduard Marbach. Cf. Hua XXIII, p. 614. (NT)

Capítulo I

A questão da representação de fantasia em relação à representação de percepção

Ocupamo-nos até agora da fenomenologia das percepções. Uma tal fenomenologia não pode ser empreendida e dada por encerrada de modo completamente satisfatório, sem que se considerem os fenômenos que lhe são intimamente aparentados, e, assim, aquilo que estudamos até aqui será elucidado, complementado e enriquecido mediante as análises a que passaremos agora. Nosso próximo escopo é a fenomenologia das *fantasias*.

§1. *Equivocidade do conceito de fantasia no discurso comum – O vivido de fantasia enquanto fundamento da análise de essências e da formação de conceitos fenomenológicas*

Todos nós trazemos conosco da vida comum um certo conceito de fantasia, de aparição de fantasia, de representação de fantasia, e este é, como quase todos os conceitos de classe de fenômenos psíquicos provenientes da vida comum, um conceito vago e equívoco.¹ Assim, é notório que se entenda sob o título de fantasia ora uma disposição do espírito ou uma aptidão, ora certos vividos atuais, atividades ou resultados de atividades, os quais são frutos da disposição ou atestam a aptidão. Por vezes se contrastam, com significado diferenciado, fantasia, atividade de fantasia e obra da fantasia - da mesma forma que se separam entendimento, atividades do entendimento e obras do entendimento. Fantasia significa então uma certa disposição do espírito, uma *capacidade*, como quando dizemos de um homem que este possui imaginação fértil ou pouca imaginação, ou ainda, exagerando, que não tem imaginação. Por outro lado, também falamos das fantasias do artista, referindo-nos aqui a certos vividos psíquicos que ele realiza internamente ou desperta em nós por meio de suas obras. A estas obras,

¹ Em sua lição introdutória à série “Partes Fundamentais de Fenomenologia e Teoria do Conhecimento”, Husserl afirma que o primeiro passo da investigação dos fenômenos consiste em discorrer acerca da equivocidade dos termos utilizados na linguagem comum para designá-los. Opera-se, assim, de início, com conceitos vagos e dados de antemão, cujas distinções devem então ser explicitadas mediante o estabelecimento de “linhas de demarcação” entre as diferentes espécies de vividos nomeadas por estes conceitos, das quais se buscará determinar a característica essencial. Esse modo de proceder assemelha-se ao de Brentano, que, além de discorrer sobre as equivocidades dos termos no “discurso comum”, retoma todo o tratamento da questão pela tradição filosófica. Cf. Hua XXXVIII, p.6 (NT).

quero dizer, às obras exteriormente visíveis, não daremos, no geral, o título de fantasias, mas sim às formas que são trazidas à aparição por meio delas: aos homens ou seres de fábulas, às ações, paixões, situações, etc., as quais o poeta finge para nós. Estas plasmações também são denominadas obras da fantasia (da fantasia no primeiro sentido), e, neste sentido, também preferimos denominar as próprias obras fantasias.

A fantasia enquanto capacidade está fora do âmbito de nosso interesse, e do mesmo modo também a atividade da fantasia, na medida em que as consideramos um processo causal que se dá na objetividade anímica, uma atividade no sentido autêntico, uma ação da alma; e o mesmo vale, naturalmente, para o resultado da ação, para a obra da fantasia enquanto tal. O que nos interessa são os dados fenomenológicos, enquanto fundamentos para uma análise de essências a ser empreendida; aqui nos interessa, portanto, em especial, certos vividos intencionais, ou melhor, objetivantes, que são costumeiramente compreendidos sob a denominação ambígua “atividade de fantasia”, as chamadas representações de fantasia, também chamados volta e meia simplesmente de representações - por exemplo, os vividos nos quais o artista visualiza suas figuras de fantasia, ou melhor, aquele olhar interno próprio ou o trazer à intuição centauros, figuras heróicas, paisagens, etc., os quais opomos ao olhar externo, da percepção. À aparição externa e presente se opõe a presentificação interna, o “pairar na fantasia”. A disposição, a capacidade, este complexo de disposições, sejam elas originais ou adquiridas, não são dados fenomenológicos. A esfera fenomenológica é a esfera daquilo que é dado de modo efetivo² que encontramos de modo adequado, e de suas partes integrantes reais. Disposição, no entanto, é um conceito, que, em sua objetividade, transcende a esfera imanente autêntica³. Ele é um conceito metodológico importante da psicologia, mas não nos diz respeito. Já o vivido de fantasia, a chamada representação de fantasia, é um dado fenomenológico e, manifestamente, entra na esfera dos vividos objetivantes. Objetividades são trazidas à aparição na fantasia e são, eventualmente, visadas e cridas. As objetividades em si, por exemplo, os centauros que aparecem, não são dados fenomenológicos, do mesmo modo que não o são os objetos que aparecem na percepção-de-coisas, e, não obstante, elas nos interessam de certo modo, na medida em que o vivido objetivante, no caso, o vivido de fantasia, exhibe a propriedade imanente de

² Efetivo traduz “*wahrhaft*”. (NT)

³ Assim como a “capacidade”, a “disposição” é um conceito hipotético, cuja função é explicar os vividos dados de fato na imanência da consciência a partir de “vividos inconscientes”, não dados. Visto que a doutrina de essências fenomenológica se funda única e exclusivamente na intuição dos dados imanentes, estes conceitos devem ser excluídos da análise. (NT)

justamente trazer à aparição este objeto, que aparece de tal ou tal modo, e de <trazê-lo à aparição> enquanto ele mesmo. Trata-se de uma determinidade imanente da representação de fantasia, de uma propriedade essencial, que pode ser encontrada pela análise evidente enquanto momento interno puro de tais vividos, e, deste modo, cabe à análise fenomenológica do vivido também o fato de que ele se refere a objetividades, de que o faz de uma certa maneira e forma, e enquanto o quê as objetividades se apresentam nele.

O conceito popular de fantasia não está, contudo, relacionado apenas à esfera da fantasia artística, da qual nossos exemplos foram tirados. Relaciona-se de modo próximo com esta esfera um conceito muito comum, aliás, de fantasia, *mais estrito*, que a psicologia adotou com o nome de *fantasia produtiva*. A fantasia produtiva é a fantasia que plasma de modo arbitrário, que sobretudo o artista deve exercitar. Entretanto, devem ser distinguidos aqui ainda dois conceitos, um mais lato e um mais estrito, conforme se entenda a arbitrariedade da plasmação também no sentido da criação livre, do fingimento, ou não. A fantasia produtiva, que produz formas arbitrariamente, também é exercitada pelo historiador. Mas ele não finge. Ele procura esboçar, mediante a fantasia produtora de formas, com base em dados seguros, uma intuição coerente de personalidades, destinos, épocas: intuição esta de realidades, não de imaginações.

O discurso comum utiliza o conceito de fantasia também para além da esfera da fantasia produtiva. Assim, também são frequentemente denominadas fantasias as alucinações, as ilusões e as aparições oníricas - o que não se dá com as representações da memória e da expectativa, nas quais objetos não presentes são avaliados como efetividades, como objetos que existiram anteriormente ou que certamente virão a ser. Da esperança se diz que ela dá asas à fantasia, porém o que se chama aqui de fantasia não são expectativas determinadas, mas meras imaginações⁴.

De fato, no tocante ao sentido corrente da palavra fantasia, um momento desempenha o papel principal: o fantasiar é contraposto ao perceber e ao tomar algo passado ou futuro por verdadeiro na intuição, ou seja, a todos os atos que estipulam algo concreto individual como sendo. A percepção faz com que uma efetividade presente apareça como presente e como efetividade, a memória nos coloca diante dos olhos uma efetividade ausente, não enquanto presente ela mesma, mas enquanto efetividade. À

⁴ A palavra imaginação (*Einbildung*) é empregada nas *Investigações Lógicas* para designar os atos (intuitivos ou não intuitivos) que não possuem o caráter de crença. Cf. Quinta Investigação Lógica, §21, §27, §28, §39, e sobretudo §40. (NT)

fantasia, ao contrário, falta a consciência de efetividade em relação àquilo que é fantasiado. E mais: a palavra expressa comumente, sobretudo a palavra equivalente “imaginação”, a *i-rrealidade*, a simulação - o fantasiado é mera imaginação, ou seja, mera aparência. Certamente também notamos que nem toda aparência, nem sequer toda aparência sensível e intuitiva, tem o valor de imaginação (*Einbildung*), de aparência de fantasia (*Phantasieschein*). A fonte da aparência está no sujeito, a aparência deve ser atribuída ao sujeito, às suas atividades, funções e disposições. Se ela for atribuída a razões físicas, ela tem sua origem na natureza exterior, como o bastão partido na água, a lua que aparece deslumbrante no horizonte, ou algo assim, e então não se fala em aparição de fantasia.

Estas são apenas acepções do conceito, que podem ser de algum interesse, mas que fenomenologicamente não têm grande importância. À fenomenologia interessa apenas aquilo que é imanente, os caracteres internos dos vividos intuídos pelo olhar em adequação pura, aquilo que lhes é essencial, ou seja, aquilo que dá ensejo a generalizações de essência, e deste modo também a formações de conceitos que podem permitir uma realização adequada, na medida em que nós somos capazes de intuir de modo direto a essência conceitual em generalização evidente.

§2. *A tarefa de se obter um conceito essencialmente uno de representação de fantasia enquanto apreensão de fantasia – caracterização da apreensão perceptiva*

Sempre encontramos em toda representação de fantasia, seja ela artística, voluntária, inventiva ou não, um elemento comum unido aos diferentes nexos empíricos e psicológicos, que não nos interessam, e também aos diferentes caracteres de consciência dados em si fenomenologicamente - e este elemento também o encontramos no caso da memória e da expectativa: encontramos precisamente aquilo que é denominado *representação* e que se destaca por seu caráter específico próprio da representação perceptiva⁵. Por outro lado, não encontramos este elemento comum no caso das alucinações, ilusões e aparições oníricas. Aqui as aparições e as apreensões que lhe são subjacentes são claramente apreensões perceptivas, e, na medida em que se constata que

⁵ A representação perceptiva é objeto de investigação exclusiva na primeira parte das Lições “Partes Principais de Fenomenologia e Teoria do Conhecimento”, em que Husserl busca delimitar a essência do fenômeno perceptivo, que, segundo ele, se deixa expressar com as palavras: “O objeto está ele mesmo lá, ele mesmo presente”(Das Objekt ist selbst da, selbst gegenwärtig). Cf. Hua XXXVIII, p. 9-10.(NT)

a apreensão de fantasia não pode ser identificada à apreensão perceptiva, teremos de excluir estes fenômenos, contrariando o uso comum da linguagem.

Nas percepções (tomando a palavra em sentido usual), ao abstrairmos do caráter da qualidade⁶ e mesmo da visada, obtemos então a *apreensão perceptiva*, e se nos ativermos ao essencial, este conceito terá a mesma abrangência que o fenômeno marcante do *aparecer ele mesmo de modo presente*. Esta marca característica apresenta um conceito uno em sua essência e fenomenologicamente realizado. Podem-se então unir a esta apreensão diferentes caracteres intencionais, uma crença, dúvida, desejo, etc.; surgem fenômenos complexos, que têm em comum entre si o fato de que se fundam sobre a mesma espécie de representação, a saber, a “representação perceptiva” ou “apreensão perceptiva”. Nós também encontramos tais representações nas chamadas alucinações ou ilusões, bem como nos casos da aparência físico-natural.

Do mesmo modo, trata-se agora de obtermos um conceito essencialmente uno de representação de fantasia enquanto apreensão de fantasia. Também aqui notamos ou podemos trazer à evidência que, sob o título popular de fantasia ou mesmo sob outros títulos como memória e expectativa, encontram-se vividos intencionais, que, unidos a caracteres de consciência variáveis, apresentam um fundamento comum. Como já notamos há pouco, estes são naturalmente atos objetivantes, que, enquanto tais, pressupõem uma apreensão objetivante e esta é a mesma em sua essência específica, quer tenhamos diante de nós fantasias que surgem aleatoriamente, fantasias produtivas ou mesmo representações intuitivas de expectativas ou presentificações intuitivas de um passado anterior, que nós mesmos vivenciamos.

Nosso interesse não se volta, portanto, para as diferenças entre estes vividos complexos, aos quais se aplicam tanto a versão estrita quanto a versão lata do conceito de fantasia, mas sim para *esta espécie de apreensão una e essencialmente una*, que pretendemos denominar representação de fantasia. Se esta de fato designa uma espécie de representação de essência peculiar e nova em relação à percepção, temos ainda de investigar.

§3. *O fracasso da investigação psicológica contemporânea na questão concernente à relação entre a representação perceptiva e a representação de fantasia. A ausência do conceito de apreensão objetivante*

⁶ A qualidade diz respeito às diferentes modalidades dóxicas: crença, dúvida, etc. Cf. Quinta Investigação Lógica, §20. (NT)

A questão da relação entre representação perceptiva e representação de fantasia foi objeto de muitos esforços significativos. Na literatura, contudo, ela foi tratada excepcionalmente em escritos específicos, e ainda assim de maneira muito superficial. Mas em diferentes contextos, importantes autores mencionaram-na de modo a mostrar que eles não a consideravam nada fácil. Algumas preleções, no entanto, apresentam algo muito mais aprofundado do que a literatura, e aqui eu me refiro à grande perspicácia com que Brentano tratou a questão em seus cursos.⁷ Do mesmo modo, o tratamento apurado que Stumpf dedica à questão em suas “Lições sobre Psicologia”⁸ vai muito além do que a literatura tem para oferecer.

O que fez o problema parecer tão difícil e impossibilitou sua verdadeira solução foi, a meu ver, a ausência do conceito de apreensão objetivante e das distinções entre conteúdos, sentido e forma de apreensão. Até os pesquisadores mais importantes confundem constantemente os conteúdos sensíveis da percepção com o objeto da percepção. Confundidos por preconceitos metafísicos, entendem por objeto da percepção uma coisa em si não intuitiva, ao passo que o objeto efetivamente intuído é, na consideração teórica, escamoteado e identificado ao conteúdo sensível.

O mesmo ocorre com as representações de fantasia. Confunde-se o conteúdo sensível, que é vivido na representação de fantasia e funciona como representante⁹ na apreensão de fantasia, com o objeto da fantasia - identifica-se um ao outro. Por conseguinte, a apreensão de fantasia não é em absoluto vista propriamente como um modo de objetivação, e o mesmo ocorre no caso da percepção. Aquilo que lhe é propriamente característico, a apreensão do presente, não é reconhecido como uma característica fenomenológica. Assim também se pode explicar a disputa acerca da diferença entre ato e conteúdo das representações intuitivas. Muitos pesquisadores afirmam que, ao representarmos uma cor, um som, percebendo-o ou representando-o na fantasia, tem-se consciência dele, mas consciência não constitui uma espécie própria que pertença justamente a este som. Todos os vividos psíquicos têm uma relação indefinível com o eu puro, que não é algo que possa ser encontrado no sentido de um conteúdo. Alguns

⁷ Essas Lições foram proferidas em Viena, nos anos de 1885 e 1886. Elas estão publicadas no volume: BRENTANO, F. *Grundzüge der Ästhetik*. Hamburg: Felix Meiner Verlag, 1988. P. 3-87.(NT)

⁸ Sobre as Lições de Brentano e Stumpf, comparar a introdução do editor, p. XXV. (NE) Cf. Hua XXIII, p.XXV. (NT)

⁹ Representante traduz “*repräsentant*”. Este termo designa a função de figuração (*abbilden*) dos conteúdos sensíveis dos momentos do objeto no caso dos atos intuitivos, e a sua função de indicar o objeto no caso dos atos signitivos. Cf. Sexta Investigação Lógica, §25. (NT)

eliminam o eu puro e dizem simplesmente: conteúdo é tudo o que pode ser encontrado. O encontrar-se¹⁰ não é um novo conteúdo que estaria anexado aos conteúdos. Ao percebermos, esta cor, este som são vividos. Um perceber como ver, ouvir, etc., não é um novo conteúdo que esteja dado com o conteúdo de cor ou som, um segundo vivido além da cor, do som. Os assim chamados atos psíquicos, se os entendermos por vividos, como Brentano, diferentes dos chamados “fenômenos físicos” - do fenômeno da cor, do som, etc. - são, portanto, *ficções*.¹¹

§4. Breve apresentação e crítica da teoria brentaniana do “representar”

Do outro lado, temos a escola brentaniana e outros pensadores que concordam com ela. Para Brentano, “representar” é o título da primeira classe fundamental de “fenômenos psíquicos”, ou seja, de vividos intencionais. Ele distingue representação e representado: representação é o *ato*, representado é o *conteúdo*. É muito notável que um pesquisador de tão extraordinária perspicácia não tenha separado os diferentes conceitos de representado ou de conteúdo, nem nunca realizado as devidas análises descritivas e dado importância ao significado fundamental destas diferenciações. O conteúdo é, para ele, habitualmente o conteúdo sensível da percepção. Deste não se distingue claramente, ou em absoluto, aquilo que nós, puramente segundo o sentido da percepção, chamamos de objeto da percepção, aquilo que está supostamente diante de nós, que é supostamente intuído em si mesmo. Brentano também fala ocasionalmente de “objeto”, diferenciando-o do conteúdo, mas este é então, para ele, o objeto exterior no sentido absoluto, metafísico, que ele confunde com o objeto visado na percepção, manifestamente sem se dar conta de que é apenas refletindo, à maneira da ciência natural ou da metafísica, que passamos a estabelecer uma relação entre o objeto fenomênico enquanto algo que aparece simplesmente e algo outro, ou uma complexão, que não aparece para nós, uma complexão de átomos, de oscilações etéreas, de energias ou de qualquer outra coisa que lá se possa supor.¹² De qualquer modo, estas entidades não se encontram no âmbito da

¹⁰ “Encontrar-se” traduz “vorfinden”, e significa “estar em algum lugar”. (NT)

¹¹ Cf. Quinta Investigação Lógica, §14. (NT)

¹² Brentano concebe a existência de um objeto real “desconhecido”, que não pode ser percebido, mas é tido como causa da representação perceptiva, da qual esta é mero signo: no tocante ao objeto da percepção externa, “é próprio a ela apenas que algo seja real, e a aparição dada na representação perceptiva nos serve como signo deste algo”. Cf. BRENTANO, F. *Grundzüge der Ästhetik*, p. 76. Husserl o critica por isto: se ele não é percebido, ele não é fenômeno; desta maneira, ele não pode ser outra coisa além de um construto teórico. Para ele, o objeto dado na percepção é o próprio objeto, e não o signo de algo que não aparece. (NT)

apreensão perceptiva, mas no âmbito das teorias científicas, que abordam a percepção apenas indiretamente e por intermédio de conceitos.¹³

Segundo Brentano não há diferenciações no caráter de ato do representar, visto que ele, por um lado, quer se ater ao representar enquanto ato, enquanto consciência intencional (em parte devido à experiência interna, em parte por razões teóricas) e, por outro lado, não compreende a essência da apreensão, da representação perceptiva em sentido verdadeiro, enquanto interpretação objetivante. A única diferenciação se dá pelo “conteúdo”, o representar varia conforme a multiplicidade dos conteúdos aos quais ele se volta. É compreensível que esta concepção seja insatisfatória e que este representar pareça a muitos uma coisa fora do comum, uma forma inútil; também se pode compreender que a apresentação de Brentano só reforce no lado oponente a convicção de que representar seja uma mera ficção, de que apenas existam conteúdos e a função de realce da atenção.

Em virtude da imperfeição de sua análise fenomenológica, Brentano incorre naturalmente em enormes dificuldades. O representar é algo indiferenciado, ele só se diferencia segundo os conteúdos. Como ficam então as diferenças entre representação perceptiva, representação de imaginação, representação simbólica, entre representação intuitiva e não intuitiva, categorial e sensível, etc.? Como isto pode se reduzir a diferenças entre os simples conteúdos? Brentano tentou e empregou toda sua admirável perspicácia para excluir da interpretação quaisquer diferenças essenciais nos modos do representar, e, contudo, acabou ocasionalmente quase por admitir que deveriam ser de alguma forma reconhecidos diferentes modos de representar: ele sente que falta algo nas análises. O que está faltando é nada mais nada menos que a diferença entre visada, qualidade e caráter de apreensão e forma de apreensão. É certo que o mero representar, quando entendido como o simples pairar de algo diante do espírito, como o olhar para

¹³ A respeito disto, veja-se o discurso confuso de Brentano acerca dos objetos intencionais enquanto tais em oposição aos objetos reais: para ele, o conteúdo da percepção é o objeto intencional e o objeto real é a coisa em si. Como se na percepção, em vez do objeto físico, as sensações aparecessem e fossem visadas. (NA)

algo sem tomar qualquer decisão, é um caráter de espécie única que não admite mais diferenciações, ele é uma diferença última do gênero ato.¹⁴

Entretanto, se por representação se entende a *apreensão*¹⁵, a saber, aquilo que nos atos intencionais faz o aparecer independentemente do crer ou não crer, do duvidar ou desejar, ou seja, aquilo que permanece idêntico quando a indecisão intelectual se converte em decisão ou a afirmação em negação, *então* neste caso há, certamente, muitas diferenças. A apreensão enseja até mesmo análises muito importantes. Mas em virtude da ausência destas (e elas estão ausentes tanto em Brentano quanto nos outros psicólogos (se abstrairmos de modestas tentativas iniciais)), tampouco há possibilidade de abordar de maneira metodologicamente correta a questão controversa da relação entre representação perceptiva e representação de fantasia e de separar os problemas parciais, que aqui se apresentam para nós de modo manifesto.

§5. *A questão da diferença entre representação de percepção e de fantasia e o problema particular da diferenciação dos conteúdos de apreensão correspondentes, sensação e fantasma*

Aparição de percepção e aparição de fantasia são tão aparentadas uma à outra, tão parecidas, que elas imediatamente aludem à idéia da relação entre o original e sua imagem. De ambos os lados temos apreensões objetivantes, e de ambos os lados o mesmo objeto pode vir à aparição e ainda exatamente com as mesmas determinidades da aparição, da mesma face, ou seja, temos em ambos os casos as “mesmas” aparições,

¹⁴ Husserl se refere aqui às razões da indiferenciação do conceito brentaniano de representação: segundo um de seus princípios, todos os vividos psíquicos ou são representações ou se fundam sobre representações. A representação é marcada pelo caráter neutro, ou seja, é desprovida de caracteres téticos ou volitivos (próprios às outras classes de fenômenos psíquicos “juízo” e “sentimento”, que se fundam sobre a mera representação), e constitui, assim, uma classe indiferenciada de vividos. Para Husserl, a “mera representação” não admite diferenciações por outras razões. Segundo ele, todas as representações possuem dois momentos essenciais, qualidade e matéria, que perfazem o que ele chama “essência intencional do ato”. Sendo assim, a mera representação também envolve o momento qualidade “neutra” – que se opõe à qualidade da crença, por exemplo, que consiste numa diferença, ou classe, do momento qualidade. Cf. Quinta Investigação Lógica, Terceiro Capítulo. (NT)

¹⁵ Desde *Estudos Psicológicos para uma Lógica Elementar*, Husserl reconhece diferenciações do caráter de ato da representação. Trata-se dos diferentes “modos de consciência”, das diferentes maneiras em que os conteúdos podem ser animados. Nas *Investigações Lógicas*, estas são denominadas “formas de apreensão e se distinguem do sentido de apreensão - podemos visar o mesmo objeto segundo um mesmo sentido: ora percebendo-o, ora rememorando-o, ora fantasiando, ora por meio de um signo. É interessante notar que representações caracterizadas por diferentes formas de apreensão, como a memória e a percepção, podem possuir a mesma qualidade de crença – o que leva Husserl a afirmar os atos intuitivos não podem ser determinados somente por sua essência intencional (qualidade e matéria). (NT)

exceto que ora se trata de percepção, ora de fantasia.¹⁶ O que pode responder por esta diferença? Aqui certamente duas coisas: os conteúdos que servem à apreensão e os próprios caracteres de atos. Àqueles que não reconhecem algo como diferenças de caracteres de apreensão enquanto diferenças fenomenológicas, escapa este fundamento do possível esclarecimento, e assim se instalam o embaraço e a confusão.

Em primeiro lugar, no tocante aos conteúdos que têm o papel de conteúdos de apreensão, a questão é naturalmente saber o que eles são, e se são os mesmos conteúdos de apreensão na percepção e na fantasia.

As sensações estão na base da percepção e os fantasmas sensíveis estão na base da fantasia. Pode-se agora questionar: do ponto de vista descritivo, não genético, os fantasmas sensíveis são idênticos, no que diz respeito ao gênero, às sensações ou são diferentes? Aqui se delimita um problema que pode ser usualmente dissociado daquele da diferenciação entre representação perceptiva e representação de imaginação. Não nos interessa agora saber se as sensações fazem ou não o papel de conteúdo de apreensão da percepção. O conteúdo da apreensão em si mesmo não é ainda a interpretação perceptiva, esta é apenas algo que lhe é acrescentado. E da mesma forma, o fantasma, abstraindo-se de toda apreensão enquanto fantasia de um centauro, de uma casa, etc., é um conteúdo sensível, que é algo *totalmente* distinto da fantasia.

A cada conteúdo sensível da sensação, por exemplo, ao vermelho sentido, corresponde um fantasma sensível: o vermelho que paira *atualmente* diante de mim na presentificação sensível de um vermelho.

O que ocorre então com ambos os vermelhos? Os dois são vividos de vermelho. O gênero e a espécie devem ser os mesmos. Há ainda diferenças essenciais? Ou trata-se de uma diferença de outra dimensão, de sorte que um vermelho seja possível enquanto sensação e exatamente a mesma espécie de vermelho seja possível enquanto fantasma e que estas designações “sensação” e “fantasma” não remetam a diferenças genéticas (causadas por estímulos periféricos ou centrais) nem tampouco à função de apreensão, como se o mesmo conteúdo fundasse duas apreensões diferentes, mas que se tratasse de uma diferença interna, de essência?

Teríamos então um problema particular. Dispõem o apreender da percepção e da fantasia de duas classes fundamentalmente diferentes de conteúdos de apreensão, os

¹⁶ No §14b da Sexta Investigação, Husserl traça um paralelo entre as aparições de percepção e de fantasia, as quais se caracterizam por “apresentarem” ou por “representarem em imagem” seus objetos sempre por “perfis”: “os perfis perceptivos cambiantes do objeto correspondem aqui aos perfis imaginativos paralelos”. Neste sentido, podemos falar em ambos os casos “das mesmas aparições”. (NT)

quais se relacionariam de modo tão admirável a ponto de serem da mesma classe e do mesmo gênero? Ou não é este o caso?¹⁷ Naturalmente, o *outro problema*, que se refere ao esclarecimento das *apreensões* de percepção e de fantasia, é essencialmente diferente desse. Trata-se em ambos os lados *das mesmas* apreensões, que se fundam numa pretensa diferença de essência entre os conteúdos sensíveis sensação e fantasma, *ou de espécies* de apreensões essencialmente diferentes? E se este for o caso, qual é a peculiaridade da apreensão de fantasia, qual é a sua relação com seus conteúdos de apreensão, quais modificações ela pode sofrer, quais seriam os pontos comuns que permaneceriam com a mudança dos conteúdos, e *como se pode compreender em geral a constituição de todo o fenômeno de uma representação de fantasia* em si mesmo e em relação aos fenômenos que lhe são aparentados?

Quem enxerga apenas os conteúdos e fecha os olhos, como muitos psicólogos, para a objetivação, para a diferença entre o conteúdo, que é vivido, e o objeto, que aparece, incorrerá em grandes embaraços, quer ele constate ou não diferenças essenciais entre sensação e fantasma. Se há uma diferença essencial, como alguns admitem (mais na esperança de desviar das dificuldades do que por real adequação aos dados da análise fenomenológica), então não se pode perguntar por que na percepção o objeto está diante de nós como presente e na mera fantasia, não. Certamente, não se pode afirmar que “presente” e “não presente” sejam apenas expressões *verbais* para dois gêneros de objetos. E, deste modo, objeto deve ser o mesmo que conteúdo. Se as diferenças entre sensação e fantasma forem somente diferenças *de grau*, então se deve questionar se a diferença existente entre o objeto presente da percepção e o objeto meramente presentificado da fantasia é também uma diferença de grau, ou se a gradação não seria aqui absurda.

¹⁷ Num texto de 1898, intitulado *Fantasia e Representação Figurativa*, Husserl pondera de que ordem poderiam ser as diferenças internas entre os conteúdos sensíveis, que recebem as designações “sensações” e “fantasmas”, e seriam responsáveis pelas diferenças entre as aparições de percepção e de fantasia. As diferenças poderiam ser 1) de gênero, e neste caso sensação e fantasma pertencem a gêneros diferentes. 2) As sensações e fantasmas pertenceriam ao mesmo gênero, diferenciando-se por momentos de intensidade ou momentos análogos à intensidade: os conteúdos com alto valor de intensidade são reservados à percepção, e aqueles com baixo valor são reservados à fantasia. Concebem-se aqui duas possibilidades: a) as diferenças entre percepção e fantasia são radicais, e assim não há um ponto limite, mas um campo intermediário de “valores de intensidade” que nunca se realizaria: na passagem da fantasia à percepção temos uma “quebra” na intensidade, b) as diferenças entre percepção e fantasia são fluidas, e desta maneira com o aumento da intensidade do conteúdo, uma fantasia se transformaria em percepção. Esta última concepção parece se aproximar do posicionamento de Brentano, que afirma: “Certamente alguém pode tomar por verdadeiro algo que lhe aparece na imaginação com vivacidade fervorosa, assim como ele faz com algo que vê, e talvez ele não o fizesse se a impressão tivesse sido menos forte.” BRENTANO, F. *Psychologie vom empirischen Standpunkt*, Livro 2, Capítulo VII, §3.(NT)

§6. *Discussão crítica das diferenças entre percepção e fantasia propostas pelos psicólogos*

O direcionamento unilateral do interesse para a explicação genética, anterior ao surgimento da descrição, cuja importância e dificuldade não eram levadas em consideração, foi responsável por ocultar todos os problemas de muitos psicólogos e teóricos do conhecimento de orientação psicologista. Eles logo chegavam a uma solução referindo-se simplesmente à diferença de origem: as representações perceptivas provêm do estímulo periférico, as representações de imaginação, não. Ao se questionarem acerca das diferenças descritivas, eles apontam para a maior vivacidade das representações perceptivas (o primeiro a fazer isto foi Aristóteles). Hume já se dá por satisfeito com esta diferença. Recentemente tem havido esforços no sentido de se obter novas diferenças. A tentativa de Alexander Bain assinala a característica da plenitude. Se comparadas às representações perceptivas correspondentes, as representações de fantasia são lacunares e mais pobres em distinções, determinações e caracteres.

Além disso, aponta-se também para os caracteres da estabilidade e, correlativamente, da fugacidade. Uma percepção (sensação) mantém-se plena e forte por toda a duração do estímulo que a causa. Se o estímulo for fugaz, assim será também a sensação. Mas geralmente não é este o caso, os estímulos são em sua maioria suficientemente estáveis e as percepções possuem conseqüentemente um caráter duradouro e fixo, ao passo que os fantasmas pairam de maneira fugaz, surgem e logo desaparecem – eles não são estáveis. Eles também variam quanto ao seu conteúdo, sem sustentar a constância de suas cores, formas, etc.

Aponta-se igualmente para o caráter da variação arbitrária presente nas fantasias, sobretudo para aquele que não é provocado por uma intervenção arbitrária no mundo exterior. As percepções apenas desaparecem quando fechamos os olhos, partimos para outro lugar, etc. Se não fizermos isso, elas permanecem do jeito que estão e não se alteram por nossa vontade.

Tentou-se, com essas diferenças, livrar-se dessas dificuldades. Acrescentaram-se a essas diferenças genéticas diferenças de seus efeitos psicológicos, ou seja, novamente distinções causais e não fenomenológicas.

É fácil reconhecer que com essas distinções não se atinge o *núcleo* do problema, e que aqui estão embaralhados de maneira não clara os problemas da diferenciação entre sensação e fantasma e a análise de ambas as apreensões. A característica da intensidade

ou vivacidade diz respeito obviamente aos *conteúdos*, não às apreensões. No caso destas não se pode falar em intensidade. O interesse que se funda nas apreensões pode certamente apresentar variações de grau. Mas a objetivação não é algo que possa ser designado como forte ou fraco. Por outro lado, as características “plenitude” e “fugacidade” relacionam-se essencialmente com a apreensão. O mesmo objeto é representado ora com uma plenitude maior de conteúdos de apreensão, ora com menor plenitude, a qual é, em sua variação fugaz, ora mais rica ora mais pobre. Isso não pode, naturalmente, fundar diferenças de essência, já que as variações no interior da representação de fantasia do mesmo objeto podem ser tão grandes quanto todas as variações das representações perceptivas.¹⁸ Toda a questão está obscura, visto que ainda é necessário clarificar fenomenologicamente o significado fenomenológico do ponto de referência da plenitude variante, a saber, do *mesmo objeto representado*. Já no tocante à apreensão, deve-se questionar o significado daquilo que produz a representação do mesmo (objeto) na fantasia e na percepção e se esta inalterabilidade não permite uma diferenciação, uma distinção de espécies na objetivação, a qual seria responsável pela verdadeira diferença entre percepção e fantasia, uma diferença radical e não meramente relativa como as características de plenitude e fugacidade, que podem ser aplicadas no interior de ambos os gêneros de representação.

Naturalmente, esse último traço característico, da variação arbitrária, também não serve a uma análise descritiva: o que significa intervenção arbitrária no “mundo exterior”? Subjetivamente, são percepções. Quando temos percepções, e não as confundimos com representações de fantasias, podemos compará-las a supostas percepções. Mas a questão não é a da diferenciação entre aparência e realidade, e sim das diferentes essências da percepção e da fantasia e de saber se há em geral uma tal diferenciação essencial.

Se a diferença for considerada uma diferença de cunho psicológico, então ela não pertencerá mais à esfera fenomenológica. Nós temos *de facto* duas espécies de representações, que distinguimos com facilidade na prática. É interessante observar, do ponto de vista psicológico, como estas representações se comportam de modo diferente em relação à nossa vontade, etc. Mas estes são problemas genético-causais, são problemas da psicologia.

¹⁸ Husserl se refere aqui às percepções obscuras, pobres em plenitude. Cf. Hua XXXVIII, p. 347: “Adentramos um quarto completamente escuro, percebemos o chão (embora não visualmente), pisamos nele(...); andamos em direção ao armário, para abri-lo (...): temos uma representação não intuitiva, temos uma consciência representante do armário, mas uma consciência “vazia”, não intuitiva.”(NT)

Deste modo, pouco podemos fazer com as habituais exposições dos psicólogos, por mais que estas compilem material de psicologia valioso. Nossas análises da percepção nos esclareceram os problemas essenciais e trouxeram à tona as diferenças últimas na constituição da representação de fantasia, de modo que podemos agora nos aprofundar no *centro* da questão, deixando de lado ou apenas passando rapidamente por algumas obviedades.

Capítulo II

Interpretação da representação de imaginação enquanto representação figurativa (imaginação) tal como representação figurativa física

§7. Diferenças aparentadas na esfera da apreensão perceptiva e de fantasia

Podemos caracterizar como evidente o fato de que, falando no sentido de uma possibilidade ideal, a toda representação perceptiva possível corresponde uma representação de fantasia possível, que se refere ao mesmo objeto e, sob certo ponto de vista, também exatamente do mesmo modo.¹⁹ À paisagem que presentificamos corresponde a paisagem da percepção e ao quarto fantasiado corresponde o quarto percebido. Aqui está claro que todas as distinções que havíamos feito no caso da percepção também podem ser aplicadas na fantasia. Se abstrairmos da diferença entre a apreensão e os caracteres da visada e da decisão qualitativa nela fundados (caracteres que podem ser os mesmos de ambos os lados), correspondem-se mutuamente no interior da apreensão diferenças aparentadas de ambos os lados. Observamos facilmente, por exemplo, tanto na apreensão perceptiva quanto na apreensão de fantasia, que é necessário fazer distinção entre conteúdo de apreensão e caráter de apreensão, que o objeto não pode ser confundido com o conteúdo, que a aparição objetiva faz aparecer a cada vez apenas um lado do objeto, etc. O objeto pode pairar na fantasia numa aparição exatamente como aquela em que foi percebido, ele aparece do mesmo lado, é “visto a partir de um mesmo ponto”, com a mesma iluminação, coloração, sob o mesmo perfil, etc. A única diferença consiste em que ele é ora percebido, ora fantasiado.

§8. A representação de fantasia enquanto figuração. Começo da determinação essencial do representar figurativo

Caracterizamos a percepção como um ato em que as objetividades aparecem para nós, por assim dizer, em pessoa, como presentes elas mesmas. Na fantasia o objeto aparece

¹⁹ De onde vem esta evidência? Um problema particular.(NA)

ele mesmo, na medida em que é *ele* que aparece lá, mas ele não aparece como presente, ele é apenas presentificado, é quase como se ele estivesse lá, mas apenas quase, ele aparece para nós em *imagem*. Os latinos dizem *imaginatio*. A representação de fantasia parece exigir por si mesma ou pressupor um novo caráter de apreensão, ela é figuração (*Verbildlichung*)²⁰. Não é mais necessário mostrar que a semelhança meramente objetiva da representação de fantasia com sua percepção correspondente não é suficiente para demarcar o que está em jogo para nós, diga ela respeito à base sensível ou a algo outro no fenômeno. Todos sabem o que significa presentificar um objeto, projetá-lo numa imagem interna, fazê-lo pairar²¹, todos usam a expressão imaginar e conhecem em certa medida o essencial da questão. Mas infelizmente apenas de modo implícito. Trata-se aqui, portanto, de trazer à consciência de maneira explícita o fato de que a figuração só tem sentido por intermédio de uma consciência própria, de que ter um conteúdo semelhante não é o mesmo que apreender uma imagem, mas que algo semelhante a algo só se torna sua imagem por meio da consciência figurativa²², que é uma espécie própria e originária de consciência, primitiva e última tal qual a consciência perceptiva ou consciência do presente. Isso não exclui, naturalmente, as possibilidades e as necessidades de análise de ambos os lados, que deve destacar os diferentes aspectos desses fenômenos peculiares.

Na medida em que temos em vista demarcar um gênero próprio de representação enquanto representação de imagem, apreensão figurativa, temos de fixar a extensão de sua esfera de acordo com a efetiva existência de uma apreensão que presentifique seu objeto em imagem, e assim fica claro para nós que não devemos incluir na nossa esfera

²⁰ Nós pretendemos levar adiante o máximo possível o ponto de vista da imaginação (*den Gesichtspunkt der Imagination*) e a concepção segundo a qual a representação de fantasia pode ser interpretada como uma representação figurativa (*Bildlichkeitsvorstellung*). Embora não restem dúvidas que posteriormente se revelarão fundadas. (NA)

²¹ O verbo pairar traduz “*vorschweben*”. Ao contrário da fantasia, que inclui as representações da memória e da expectativa, em que o objeto “paira” intuitivamente diante de nossos olhos, na percepção ele aparece em “carne e osso” (*leibhaft*) diante de nós. Cf. Hua XXXVIII, p.346. Segundo Gabrielle Dufourcq, é a noção de “*vorschweben*” que permite “descrever com exatidão a complexidade do imaginário em suas diferentes formas”. Contudo, a expressão projetar em “imagem interna” pode levar a um erro de interpretação, visto que “o objeto imaginado certamente não se encontra em meu espírito ou na fantasia, como se pudesse se tratar de uma região delimitada e exclusiva do mundo real(...): as teses fundamentais da fenomenologia husserliana ultrapassam esta delimitação de uma região psíquica distinta do mundo real.” Cf. Dufourcq, F. *La dimension imaginaire du réel dans la philosophie de Husserl*. *Phaenomenologica* 198. Springer, 2011. P. 80. (NT)

²² Cf. Quinta Investigação Lógica, Anexo aos §§11 e 20. Ali Husserl afirma que o caráter da “semelhança”, que a imagem possui em relação ao original, não é suficiente para fazer dela uma imagem: dois objetos semelhantes não são necessariamente um a imagem do outro. O predicado “imagem” não é, desta maneira, um predicado real atribuído ao objeto, como, por exemplo, o predicado “vermelho” e “redondo”. Só podemos ter consciência de imagem em virtude de um diferente caráter de apreensão, cujas especificidades Husserl buscará agora explicitar. (NT)

da imaginação apenas as *representações de imagem interna*, que a expressão representação de fantasia contempla, as representações por meio de *imagens do espírito*, mas também as representações de imagem no sentido comum da palavra - aquelas representações peculiares, em que um objeto percebido está determinado e capacitado para representar um outro objeto por semelhança, e o faz daquele modo bem conhecido em que a imagem física apresenta o original. Estudaremos também, naturalmente, como se diferenciam as imaginações por imagens internas e externas.

De início aproximaremos ao máximo ambas as imaginações e tentaremos tornar claro para nós o elemento comum do representar figurativo. Pretendemos avançar passo a passo com a maior precaução possível. Pois, por mais simples que a análise possa parecer no começo, grandes serão as dificuldades que se mostrarão posteriormente e exigirão que se façam modificações e diferenciações naquilo que, no princípio, foi tomado como simples.

Esta é, em geral, a peculiaridade da análise fenomenológica. Cada passo adiante nos fornece novos pontos de vista, a partir dos quais aquilo que já foi descoberto aparece sob nova luz, de modo que volta e meia o que originalmente era considerado simples e indistinto se apresenta como complexo e diferenciado.²³

Indagamo-nos: o que significa aquele presentificar em imagem, ou melhor, o que significa o representar figurativo?

Nesta espécie de representar costumamos distinguir *imagem* e *coisa*. A coisa é o objeto visado pela representação, e este é, em virtude dos caracteres qualitativos nele entrelaçados (caracteres intelectivos ou afetivos), ora o objeto tido por existente (rememorado ou esperado, por exemplo), ora por irreal, como na ficção consciente, ora o objeto do qual se duvida, ora aquele que se deseja, se demanda, se espera, se teme, etc. Abstrairemos agora desses caracteres, deveremos nos ater somente ao *visar*. Quando o Palácio de Berlim paira diante de nós numa imagem de fantasia, a coisa visada, representada, é precisamente o Palácio de Berlim. Dela nós diferenciamos, contudo, a imagem que paira diante de nós, a qual não é, naturalmente, uma coisa real e não está em Berlim. A imagem apresenta a coisa, mas não é a coisa mesma. Notamos já

²³ Nesta passagem, podemos notar certa influência brentaniana no modo como Husserl concebe o proceder da análise descritiva. Em “Questões Escolhidas de Psicologia e Estética”, Brentano afirma: “(...)é facilmente compreensível que na descrição de nossos fenômenos psíquicos surgem lacunas. Algumas não podem ser preenchidas, por exemplo, quando reconhecemos que há diferenças individuais, mas não sabemos em que elas residem.” Esse caráter provisório e imperfeito da análise descritiva a aproxima, segundo Brentano, das investigações dos outros campos científicos. Cf. BRENTANO, F. *Grundzüge der Ästhetik*, p. 39.(NT)

aqui que essa imagem aparece para nós num sentido completamente outro que a coisa e que, se ambos são designados como sendo representados na fantasia, estamos então diante de uma equivocidade preocupante.

§9. *A imaginação física como caso paralelo da representação de fantasia*

Antes de entrarmos em análises mais detalhadas, voltemos o olhar para o caso paralelo da imagem *física*. Aqui a situação é um pouco mais complicada. Quando aqui se faz a distinção entre coisa e imagem, notamos que o conceito de imagem é duplo. A coisa figurada correlaciona-se a algo duplo: 1) A imagem enquanto objeto físico, enquanto esta tela pintada e emoldurada, este papel impresso, etc. Neste sentido dizemos que a *imagem* está escondida, rasgada, ou que ela está pendurada na parede, etc. 2) A imagem enquanto *objeto-imagem*, que aparece de tal ou tal maneira mediante plasmação determinada de sua forma e coloração. Não se entende por objeto-imagem o objeto figurado, o *tema da imagem*²⁴, mas o análogo exato da imagem da fantasia, ou seja, o objeto que aparece e é representante do tema da imagem. Por exemplo: temos diante de nós uma fotografia que representa uma criança. Como ela faz isso? Ora, esboçando uma imagem que se assemelha em tudo à criança, mas que difere dela de maneira considerável quanto ao tamanho, à coloração, etc. Essa criança em miniatura que aparece aqui numa desagradável coloração cinza-violeta não é a criança visada, a criança apresentada. Não se trata da criança ela mesma, mas de sua *imagem* fotográfica. Quando então nos referimos à imagem, quando a julgamos dizendo que ela não foi bem sucedida, que se assemelha ao original nisto ou naquilo ou que se assemelha perfeitamente a ele, não temos em vista naturalmente o objeto físico, a coisa que está sobre a mesa ou pendurada na parede. A fotografia enquanto coisa é um objeto real e é admitida, enquanto tal, na percepção. Aquela imagem, ao contrário, é algo que aparece, e que nunca existiu nem nunca existirá, e que não tem em momento algum para nós o valor de realidade. Da imagem física diferenciamos, portanto, a imagem representante, o objeto que aparece, que tem a função de figurar e mediante o qual o tema é figurado. Temos três objetos: 1) A imagem física, a tela de linho, a pedra de mármore etc. 2) O objeto que representa ou figura e 3) o objeto representado ou figurado. A este último

²⁴ “Tema da imagem” traduz “*Bildsujet*”. Essa tradução é de Ivo Oliveira. Cf. OLIVEIRA, I. “PERCEPTUM, FICTUM E IMAGINATUM – A IMAGINAÇÃO FÍSICA EM HUSSERL”. In: Revista Filosófica de Coimbra — n. 36 (2009) pp. 315-364.

nós preferimos chamar simplesmente de *tema da imagem*. Ao primeiro, de imagem física e, ao segundo, de imagem representante ou objeto-imagem. Este não consiste, naturalmente, numa parte ou lado da coisa-imagem física. Isso vale, certamente, para os pigmentos espalhados sobre a tela, para os traços do desenho feitos sobre o papel. Mas essas cores, esses traços, etc., não são a imagem representante, a imagem própria da imaginação, a coisa ilusória que logra parecer para nós ensejada por sensações de cores e forma, etc. De fato aparece para nós um corpo tridimensional, com distribuição corporal de cores, numa gravura, por exemplo, o Imperador Maximiliano a cavalo - uma figura que aparece tridimensionalmente, mas é visualmente construída apenas com nuances de cinza e contornos. Ela não é idêntica aos sombreamentos em cinza que se encontram realmente na imagem física, na folha de papel, e que de fato lhe são atribuídas. As mesmas sensações de cor, que ora interpretamos como a distribuição de cores objetiva no papel, na tela, interpretamos também como o cavaleiro-imagem, como a criança-imagem, etc. Esses objetos-imagem também devem ser distinguidos dos objetos figurados. Por exemplo: a criança real tem bochechas coradas, cabelo loiro, etc. A criança que aparece na fotografia não exhibe absolutamente nada dessas cores, mas sim cores fotográficas. O colorido fotográfico da aparição apresenta algo cuja coloração é completamente outra. Não sabemos disso somente por intermédio da reflexão - pertence à essência da apreensão imaginativa desde o princípio que ela, ao deparar com aparição deste objeto de cor cinza-violeta, não vise este objeto, mas um outro, que apenas se lhe assemelha.

As diferenças entre imagem representante e tema da imagem, entre o objeto que aparece propriamente e aquele que é apresentado e visado através dele, são muito diferentes e variam a cada caso, sobretudo segundo as formas de figuração. Mas tais diferenças estão sempre presentes. Se a imagem que aparece fosse em sua totalidade fenomenalmente idêntica ao objeto visado, ou melhor, se a aparição da imagem não se distinguisse em nada da aparição perceptiva do objeto ele mesmo, dificilmente teríamos uma consciência de imagem. É certo que uma consciência da diferença deve estar presente, embora o tema não apareça em sentido próprio. O objeto que aparece não vale por si, mas enquanto representante de algo outro, igual ou semelhante a ele.

§10. *Comunidade de essência entre imaginação física e representação de fantasia comum no tocante às “imagens mentais”*

A situação é certamente um pouco mais complicada no caso da imaginação física do que no caso da representação de fantasia comum, mas encontramos uma convergência no essencial: lá se pressupõe um objeto físico, que tem a função de despertar uma “imagem mental”; na representação de fantasia no sentido usual a imagem mental está lá, sem estar ligada a um agente físico. Em ambos os casos a imagem mental é precisamente uma imagem, ela representa um tema.

No caso mais simples da representação de fantasia comum nós havíamos distinguido, sob as denominações imagem e coisa, dois objetos. Para representar dois objetos são necessárias duas objetivações, duas apreensões, ou seja, deve ser possível distinguir fenomenologicamente na unidade da representação de fantasia duas direções ou componentes da apreensão. A interpretação ingênua é certamente muito mais simples. No “espírito” encontra-se a imagem, e “fora” há em todo caso ainda um objeto.²⁵ No caso de uma mera ficção, quando fantasiemos um dragão, tem-se então somente a imagem mental, e nada resta a ser explicado. Naturalmente objetaríamos: nada além do detalhe de como o espírito, supondo-se que nele se encontra algo como uma imagem, venha a representar o tema, algo diverso da imagem. Quando eu coloco uma na gaveta imagem, *esta última* representa alguma coisa? A apreensão ingênua erra sobretudo ao conceber a imagem mental como um objeto imanente ao espírito de modo real. Ela concebe a imagem como presente no espírito, tal como a coisa na realidade. Entretanto, no espírito, ou melhor, na consciência não há fenomenologicamente nenhuma coisa-imagem. Ocorre exatamente o mesmo na representação figurativa física, em que o leão pintado aparece, mas não existe, e representa, no melhor dos casos, um certo leão da realidade, que por sua vez existe, mas não aparece em sentido próprio. Em ambos os casos as imagens (compreendidas como os objetos que aparecem e representam analogicamente) são, na verdade, um nada, o discurso que se refere a elas como objetos tem manifestamente um sentido modificado, que remete a outras existências que não aquelas pelas quais elas se fazem passar. O objeto-imagem não existe verdadeiramente, e isso não significa apenas que ele não tenha existência fora da minha consciência, mas também que ele não existe dentro da minha consciência, ele não existe de um modo geral. O que existe realmente, abstraindo-se da coisa física “quadro”, da tela com sua distribuição determinada de pigmentos de cor, é um certo encadeamento de sensações,

²⁵ Sobre a crítica husserliana à teoria das imagens, que refuta a existência de uma imagem imanente ao espírito e a distinção que opõe, de um lado, os objetos imanentes aos objetos transcendentais, dos quais os primeiros seriam cópias, comparar “Quinta Investigação”, Anexo aos §§11 e 20, e “Idéias I”, §43.(NT)

que o espectador, ao observar o quadro, vivencia em si, e a apreensão e a visada, que ele edifica sobre ela de tal modo que se instaure para ele a consciência de imagem. Da mesma forma, tampouco existe de fato a imagem da fantasia, esta não possui algo como uma existência psicológica. O que há, ao contrário, é uma certo encadeamento²⁶ de conteúdos sensíveis, o encadeamento dos fantasmas, e sobre ela se funda uma certa consciência de apreensão, com o que se completa então a consciência de imagem. Do mesmo modo que, num caso, as sensações de cor e os outros conteúdos visuais em seu encadeamento concreto ainda não são propriamente a imagem, não possuem, por exemplo, nada da corporeidade tridimensional completa, que é própria à imagem que aparece, também no outro caso, da fantasia, o fantasma, ou o encadeamento de fantasmas ainda não são a imagem da fantasia. De ambos os lados, o elemento que falta não pode consistir no mero acréscimo de novos conteúdos sensíveis, como se mais conteúdos sensíveis pudessem produzir aquilo que chamamos de consciência de uma objetividade objetiva. Sensações acumuladas a sensações e conteúdos sensíveis a conteúdos sensíveis resultam precisamente em novos encadeamentos de conteúdos sensíveis vividos, elas não resultam na aparição de um objeto. Aquilo que é acrescido a ambos os lados é naturalmente a consciência objetivante, a apreensão, que interpreta o conteúdo, confere-lhe referência ao objeto, que, a partir da mera presença cega do conteúdo, faz com que se dê o apreender desse conteúdo enquanto tal ou tal objeto, o representar de algo com ele, o visar, não do conteúdo, mas de algo através do conteúdo. Vivenciar esse apreender e ter o objeto na representação são a mesma coisa. Realizar um visar tendo por base esse apreender e referir-se ao objeto na visada também são a mesma coisa. Fenomenologicamente, no caso empírico psiquicamente real, existem o conteúdo de apreensão, o modo correspondente de apreensão e a visada nela fundada, vinculados eventualmente ainda a alguns caracteres intencionais superiores, intelectivos ou emocionais. Isto é tudo o que podemos indicar *descritivamente* e encontrar por meio da análise.²⁷ O que ainda há de psicológico, as *disposições* correspondentes, não são naturalmente *atos* descritivos, que podem ser encontrados fenomenologicamente. Isto é tudo o que sobra da suposta existência imanente do objeto-imagem representante.

²⁶ Encadeamento traduz “Komplexion”. (NT)

²⁷ No §16 da Quinta Investigação, Husserl apresenta um dos aspectos de sua compreensão da “descrição fenomenológica”: ela tem o sentido preciso de “mostrar e descrever as partes” que constituem o vivido, ao qual se tem acesso através da percepção interna; a análise “tem como fim desmembrar os vividos percebidos internamente em si e por si, tal como eles são dados na percepção, sem levar em consideração, em primeiro lugar, os nexos genéticos, mas também sem levar em conta aquilo que elas significam para além de si mesmas, ou aquilo a que elas podem ser atribuídas”. (NT)

§11. *A relação ao tema da imagem e as duas apreensões, edificadas uma sobre a outra, na representação de fantasia – referência a um análogo exato: a aparição da palavra enquanto suporte para uma segunda apreensão como signo*

Aqui, contudo, são necessárias uma determinação e uma delimitação mais exatas. A apreensão dos conteúdos sensíveis vividos, das sensações no caso da contemplação de uma imagem física, dos fantasmas no caso da figuração da fantasia, resulta na imagem que aparece, no objeto-imagem representante que aparece. Mas com isso, com o fato de que essa aparição se constituiu, ainda não está constituída a relação ao tema da imagem. Com uma apreensão simples não teríamos ainda em sentido próprio uma imagem, mas, no máximo, o objeto, que funcionará posteriormente como imagem. Como ele vem a funcionar dessa forma? Como podemos compreender que, quando o objeto-imagem aparece para nós, não nos damos por satisfeitos e visamos outro objeto através dele? O *retrato* tem para nós valor de imagem, isto é, não visamos o objeto-imagem que aparece em nuances de cinza, ou mesmo em cores no caso da pintura. Ele vale para nós justamente como imagem desta e daquela pessoa. Mas um mero visar não nos ajuda aqui. Deve haver, certamente, um representar no sentido de um apreender, de um objetivar, o qual constitui intencionalmente o novo objeto. O visar pressupõe algo visado. Onde não há representação, apreensão objetivante, o visar não pode se dirigir a um objeto. (Eu compreendo também aqui, naturalmente, o visar como algo diferente do apreender, visto que nos convencemos de que o visar é uma função de realce, que destaca um objeto em meio a uma pluralidade de objetos apreendidos e pode visá-lo de modo especial.)²⁸ Vemos, conseqüentemente, que a representação de fantasia, e, de saída, a apreensão de fantasia deve ser um fenômeno mais complicado que a representação perceptiva. Nesta última temos apenas *um* objeto apreendido, e este é o objeto visado na totalidade da percepção. Na representação de fantasia temos, contudo, duas apreensões edificadas uma sobre a outra, constituindo dois objetos, a saber, a imagem da fantasia, a qual aparece, e o objeto apresentado em imagem, o tema da imagem, que é apresentado por meio da imagem. A visada, contudo, faz parte da

²⁸ Nas “Lições sobre Atenção e Visada Especial”, que constituem a segunda parte da série “Partes Fundamentais sobre Fenomenologia e Teoria do Conhecimento”, Husserl discute justamente a relação entre o caráter de apreensão e o fenômeno da atenção, que pressupõe a apreensão objetivante, mas não se confunde com ela: a atenção ou a visada é responsável por “destacar” aspectos dos objetos, e, desta forma, é ela que produz a diferença entre aquilo que, embora não deixe de “aparecer”, é ora notado primariamente, ora secundariamente, e ora não notado. Cf. Hua XXXVIII, p. 68-120; “Idéias I”, §92.(NT)

totalidade da representação de fantasia e se dirige ao *tema*. Eu represento o Palácio de Berlim, isto é, eu mo represento em imagem, a imagem paira diante de mim, mas eu não a viso. Ou melhor: funda-se na apreensão de imagem uma segunda apreensão, que lhe confere um novo caráter e uma nova relação objetiva. Na imagem, que não é ela mesma o palácio, vejo, não obstante, o palácio, a imagem presentifica, simula o palácio para mim, e o visar se volta não apenas ao objeto-imagem em si, mas também àquilo que é representado, analogizado por meio dele.

Deste modo, encontramos *na representação de fantasia certa mediação do representar*, que falta à representação perceptiva. A percepção representa seu objeto de maneira direta: um objeto aparece, e este é visado e tido por real. Na representação de fantasia também aparece um objeto, mas o que aparece em sentido primeiro e próprio não é o representado. A fantasia representa um objeto na medida em que traz à aparição primeiramente um outro objeto, semelhante a ele e o toma como representante²⁹ ou melhor, a única palavra aqui é imagem, o toma como imagem do objeto propriamente visado. Ela volta seu olhar à imagem, mas vê a coisa na imagem ou apreende a coisa por meio da imagem. Trata-se, todavia, de uma nova apreensão, isto é, de um novo caráter de consciência, sem o que nenhum outro objeto poderia ser visado. Ainda viremos a conhecer um análogo exato:³⁰ é como na leitura de uma palavra, por exemplo, integral – a palavra é vista, mas não é visada. Além da aparição da palavra temos uma segunda apreensão (a qual não é uma aparição): a palavra tem o valor de signo, ela *significa* precisamente J. E nós não visamos, no uso normal da palavra, aquilo que vemos, aquilo que nos aparece sensivelmente, mas o que é simbolizado por ela. A palavra nos afeta de modo completamente diferente que um som aleatório qualquer, uma forma escrita ou sonora sem sentido. Estes não são suporte para uma nova apreensão – eles podem ser visados, mas não podem ser suporte para um visar que os transcende.

Isso também ocorre no caso da figuração. O objeto que aparece, aparece, mas não vale por si mesmo. Ele faz as vezes de algo outro e, desta maneira, vale como representante análogo, como imagem.

§12. *Pressuposto de toda reflexão até aqui: a objetividade dupla na representação de fantasia e na apreensão de imagem física*

²⁹ Representante traduz “*Stellvertreter*”, que tem o sentido de substituto.(NT)

³⁰ Simbolização.(NA)

Pressupõe-se naturalmente em toda esta reflexão que no caso da representação de fantasia está em jogo, de fato e de direito, uma objetividade dupla, imanente, por assim dizer, e que não se trata de uma diferença meramente conceitual, introduzida indiretamente pela reflexão, que compara o vivido de fantasia com a realidade. Não se trata de uma diferença como aquela que vemos freqüentemente ser feita no caso da percepção – entre a coisa que aparece, a coisa no sentido usual, empírico, e a coisa em si. Neste caso, fazem parte do próprio vivido, de seu sentido de apreensão e de sua visada, não estas duas coisas – a coisa empírica e a coisa em si –, mas apenas a primeira. A consciência ingênua não percebe e nada sabe de uma coisa em si. A relação a esta não se encontra na percepção, mas em reflexões metafísicas. Algo completamente diferente ocorre com os dois objetos da representação de fantasia. Todos que fantasiam têm um vivido de imagem. Aparece-lhe uma objetividade. Mas ninguém toma essa aparição pela aparição mesma da coisa. Essa aparição flutuante, que ora surge, ora desaparece de maneira fugaz, que se modifica em seu conteúdo de maneira múltipla, essa aparição lânguida não é tida por ninguém pela aparição do objeto, por exemplo, do castelo ele mesmo, mas sim pela “representação” dele, por uma presentificação, por uma figuração. Mas se notarmos bem, a aparição, tal como é dada realmente, não é visada ali; não se olha para ela tal como ela é e aparece e se diz: isto é uma imagem. Vive-se, pelo contrário, totalmente no apreender que se funda sobre a aparição: na *imagem* vê-se a *coisa*. A consciência de imagem possui um matiz, que lhe confere um significado que aponta para além de seu objeto primário: o caráter de representação por semelhança.

O mesmo ocorre no caso da apreensão de imagem física, e pode-se reconhecer prontamente a partir da comparação que a simples circunstância de que no fundamento da representação perceptiva estejam as sensações sensíveis e no fundamento da representação de fantasia estejamos fantasmas não pode esgotar a diferença entre ambos. Na representação imaginativa, tal como ela se realiza na contemplação de um quadro, também temos sensações enquanto conteúdos de apreensão. Mas o resultado da apreensão não é uma percepção. A Madona de Rafael, que vejo em uma fotografia, não é, naturalmente, a pequena imagem que aparece fotograficamente. Eu não realizo, portanto, uma mera percepção; a aparição da percepção figura um objeto não percebido. E isso também não é um saber conceitual, nem tampouco quer dizer que eu empreendo um diferenciar e relacionar, estabelecendo uma relação entre o objeto que aparece e um objeto pensado – a imagem é imediatamente sentida como imagem. A apreensão

construída sobre a sensação sensível não é mera apreensão perceptiva, ela possui um caráter modificado, o caráter de representação por semelhança, o caráter do ver em imagem.

§13. *As duas apreensões que pertencem essencialmente à constituição da representação imaginativa*

Quando falamos em duas apreensões que participam essencialmente da representação imaginativa, não se trata, naturalmente, segundo o sentido do que desenvolvemos, de dois vividos de apreensão separados e do mesmo nível que se mantivessem unidos por um vínculo qualquer. Se o objeto figurado fosse constituído por meio de um ato independente, e a imagem por um segundo ato separado dele, não teríamos nem imagem, nem objeto figurado. Teríamos representados um objeto aqui e outro ali, e no melhor dos casos, por intermédio da comparação, uma consciência de relação: a consciência de que um objeto se assemelha ao outro. Mas este não é o caso aqui. Não temos duas apreensões separadas, nem duas aparições separadas.³¹ quando representamos um castelo, por exemplo, não temos duas aparições do castelo, como quando colocamos duas imagens uma ao lado da outra ou realizamos consecutivamente duas representações de fantasia. Temos aqui, pelo contrário, duas apreensões entretecidas uma na outra. Há uma primeira apreensão, nela temos uma aparição do palácio; com ela representamos figurativamente o próprio palácio em Berlim, apreendemos o palácio como representante por semelhança. Similarmente ao modo como na percepção a sensação é vivida, mas é fundamento da interpretação perceptiva, que não consiste em fazer da sensação seu conteúdo, realizamos agora toda uma consciência de apreensão, mas a objetividade não tem o valor de objeto por si, uma representação por semelhança se funda sobre ela na forma de um novo modo de apreensão, que estabelece a relação com o tema da imagem.

Assim, um objeto faz parte do ato do outro. A apreensão que constitui o objeto-imagem é também fundamento para a representação que constitui o outro objeto por meio dele, e para ele voltamos nosso olhar na representação de fantasia e de imagem, é só para ele que se dirige o visar. O segundo objeto torna-se intencional de maneira muito peculiar. Não lhe corresponde aparição alguma. Ele não está lá separadamente, numa intuição

³¹ A nova apreensão não é uma nova apresentação: de onde ela tiraria seus conteúdos de apreensão? Todos os conteúdos sensíveis disponíveis já foram consumidos na constituição do objeto-imagem.(NA)

própria, não aparece como uma segunda coisa ao lado da imagem. Ele aparece na imagem e com a imagem, na justa medida em que a representação de imagem vem à tona. Se dissermos que a imagem representa a coisa, não significará que a coisa é dada de modo intuitivo numa nova representação, mas sim no caráter que faz com que a aparição do objeto que tem função de imagem seja sentida por nossa consciência, por nossa disposição interna³², precisamente como uma representação de imagem.

Talvez precisássemos ainda considerar se não deveríamos dizer³³ que aqui dois estados-de-coisa estão unidos por nexos essenciais, a saber: uma apreensão, em que o objeto-imagem aparece para nós com a característica adicional de ser representante de algo, e neste caso um visar e um atentar se dirigem ao objeto-imagem e também a um objeto representado fundado sobre ele. E uma outra espécie de apreensão, advinda de uma transformação possível a qualquer momento e por essência, em que o objeto-imagem não é objeto em absoluto, uma apreensão modificada dos mesmos conteúdos, que consistiria numa nova apreensão simples: o presentificar figurativo.

Entretanto, parece-me aqui que a diferença reside, no essencial, apenas no visar que funciona diferentemente e que há sempre uma duplicidade da apreensão.³⁵

§14. *Recapitulação e nova apresentação: o entretecimento de ambas apreensões, que constituem a consciência de figuração, e a convergência na semelhança ou a divergência dos objetos destas apreensões. O dado da relação consciente ao tema da imagem mediante a consciência da presentificação do que não parece no que aparece*³⁶

Na última aula tentamos compreender as representações de fantasia juntamente com as representações figurativas físicas pelo viés único da *imaginação*, e de clarificar mediante análise as propriedades de todas as representações compreendidas sob este aspecto, ou seja, das representações figurativas *em geral*, em oposição às representações perceptivas até aqui consideradas. A constituição das representações figurativas mostrou-se mais complicada do que a constituição das representações perceptivas simples. Várias apreensões essencialmente diferentes mostraram-se fundadas uma na

³² “Disposição interna” traduz Zumutesein. A palavra é introduzida por Husserl em “Estudos Psicológicos para uma Lógica Elementar” para designar os diferentes efeitos provocados em nós pelas representações, de um lado, e pela intuição de outro. Quando um simples som é compreendido e ganha o estatuto de palavra, há uma mudança na “disposição interna”. Outras expressões que traduzem Zumutesein são “estado de ânimo” e “forma de consciência”.(NT)

³³ Na aula, isso foi mais precisamente elaborado. (NA)

³⁵ Até aqui 12/01/1905 (NA)

³⁶ 17/01/1905 (NA) Essas datas se referem provavelmente aos dias em que as aulas foram dadas. (NT)

outra ou uma sobre a outra correspondendo às múltiplas objetividades que se impunham e se destacavam segundo mudanças na atenção, para um visar preferente. Na figuração física havia *três* objetividades entretecidas, e na fantasia *duas*. O ponto em comum de ambos os lados consistia no fato de que a objetividade que aparece não valia por si, mas por outra que não aparecia, e era representada em imagem. A imagem física desperta a imagem mental, e esta, por sua vez, representa algo outro: o tema. A imagem mental é uma objetividade que aparece; por exemplo, a pessoa ou a paisagem que aparecem em cores fotográficas, a figura branca que aparece na escultura, e assim por diante. O tema é a paisagem mesma, que não é visada nestas dimensões minúsculas, na coloração cinza-violeta como a da fotografia, mas em suas cores e dimensões reais, etc. Esta paisagem, contudo, não aparece como uma segunda coisa ao lado da paisagem-imagem. O material sensível disponível, que poderia funcionar como conteúdo de apreensão, é completamente consumido; ele não pode constituir uma nova aparição: esta não possui conteúdos de apreensão disponíveis. Tentamos conceber que o mesmo ocorre no caso da fantasia. Na aparição de fantasia não vivenciamos a coisa mesma, tal como é; temos uma aparição consideravelmente diferente daquela da realidade, ela é, na maioria das vezes, muito oscilante e variável em suas determinidades internas. O que aparece lá é uma objetividade, mas esta não aparece para nós da mesma maneira que aparece de fato, ela tem para nós o valor de objeto fantasiado. Visamos algo outro na fantasia, o qual é representado figurativamente por isto que aparece e que é sensivelmente diferente dele. Também aqui o tema, o visado, não está presente numa segunda aparição. Temos apenas *uma* aparição, a do *objeto-imagem*. Mas há algo além dessa apreensão (ou, se quiserem, dessa objetivação), em que esse objeto-imagem se constitui para nós. De outro modo nada poderia ser visado além desse objeto. No objeto-imagem figuramos para nós a coisa mais ou menos diferente, ainda que se lhe assemelhe: um segundo caráter objetivante está lá, uma nova apreensão com um novo sentido de apreensão, o qual está fundado na apreensão do objeto-imagem e realiza para consciência justamente aquilo que expressamos com as palavras: “com a imagem que aparece nós visamos a coisa”. A nova apreensão não é um mero apêndice exterior à aparição de imagem, vinculado a ela apenas externamente. A nova apreensão permeia a antiga e a apanha em si. A coisa-imagem que aparece não desperta uma nova representação que no mais nada teria a ver com ela. Ela não reenvia, à maneira de um mero signo, ainda que analógico, ou de um signo arbitrário, a um outro objeto, cuja consciência não se integra internamente com ele, ou que não possui relação interna

alguma com ele. Pelo contrário, o objeto-imagem torna intuitivo algo que não lhe é idêntico, mas que se lhe iguala ou assemelha mais ou menos em seu conteúdo. Nos traços aparentados vive algo da consciência do objeto intencionado. Vemos na imagem o objeto visado, ou da imagem ele olha para nós.

Fenomenologicamente, contudo, está implícito aqui o fato de que o objeto não aparece simplesmente, mas é suporte de um novo caráter de apreensão, que permeia o caráter original e se funde com ele, e que não reenvia, por assim dizer, simplesmente ao exterior do conteúdo daquilo que aparece, mas reenvia *nele* ou através dele ao objeto propriamente visado. O que funciona de modo representativo no conteúdo do objeto-imagem destaca-se de modo particular: *ele apresenta, presentifica, figura, faz intuir*. O tema da imagem nos espreita, por assim dizer, através *destes* traços. Estes traços vêm à tona apenas quando atentamos aos detalhes e é somente aí que eles se separam dos outros traços do objeto-imagem: dos momentos, partes, determinidades que possuem claramente o caráter oposto, de conflito com as determinidades correspondentes do tema visado, ou daqueles que não possuem nem um nem outro caráter. Estes traços sem caráter não figuram nada, e também permanece indefinido como o objeto real se apresenta neles. Tal como é visado, ele deixa em aberto as determinidades em questão: a visada ou a apreensão correspondente contém, neste sentido, indeterminidades. Por outro lado, no que concerne à consciência dos momentos da imagem que não se adéquam ou divergem do tema, ela pressupõe essencialmente a consciência de momentos adequados e intuicionantes. Somente estes produzem uma consciência de imagem. Se com a imagem não é dada a relação ao figurado, então não temos imagem. Esta relação consciente é dada, contudo, mediante aquela consciência peculiar da presentificação de algo que não aparece naquilo que aparece, segundo a qual o que aparece se comporta, em virtude de algumas de suas propriedades intuitivas, como se fosse algo outro: aí se pode constatar em outros momentos um conflito ou uma diferença em relação ao tema na dessemelhança de todos os momentos. Se não houvesse duas apreensões objetivantes entretidas uma na outra, isso só seria possível por um milagre, ou seria um *non-sense*, visto que apenas a imagem entra na aparição e não o tema. O caráter de fazer ver em imagem que a consciência do *tema da imagem* possui no aparecer da imagem não é um caráter qualquer aderente à imagem; a consciência do objeto-imagem desperta justamente uma nova consciência, a representação de um novo objeto, que tem um parentesco interno, uma semelhança com o objeto-imagem enquanto todo e num ou noutro ponto em particular. Na medida em que remete ao objeto com

tais e tais determinidades, a nova representação contém naturalmente, segundo seu sentido de apreensão, aspectos, componentes, que correspondem a estes múltiplos aspectos do objeto. Mas ela não é uma nova intuição, que contenha tudo isso à maneira de uma aparição direta e própria, ou seja, à maneira da aparição do próprio objeto. Essa nova representação não está *ao lado* da representação do objeto-imagem, mas coincide com ela, permeia-a e confere-lhe nesta permeação o caráter de objeto-imagem. A coincidência remete aos momentos da semelhança. Olhamos *para o interior* do objeto-imagem, voltamos nosso olhar para aquilo *que faz dele* objeto-imagem, para esses momentos da semelhança. E *neles* se apresenta o tema; através deles olhamos para o tema. A consciência do tema se difunde por toda a consciência do objeto-imagem no que diz respeito aos momentos analogizantes. Na medida de seu alcance se constitui uma consciência de identidade, de modo que de fato intuímos neles o tema. Se houvesse igualdade universal haveria coincidência universal. Teríamos então a consciência de que o objeto figurado é inteira e completamente presentificado. Teríamos de sentir como se o objeto mesmo, o objeto inteiro e completo, estivesse ali. Naturalmente não se chegaria a este “como se” se não houvesse suficientes momentos para que se tornasse possível uma duplicação da consciência em consciência de imagem e consciência do tema. Apesar da completa coincidência interna, esses momentos não faltarão de modo algum. Somos advertidos então dos momentos exteriores. Num retrato perfeito, que apresenta a pessoa perfeitamente em todos seus momentos (que podem bem ser traços distintivos), e mesmo num retrato que o faz de maneira muito insatisfatória, sentimos como se a pessoa estivesse ali. Mas a pessoa pertence a outro contexto que não o do objeto-imagem.³⁷ A pessoa real se movimenta, fala, etc., a pessoa da imagem é uma figura imóvel, muda. Acrescenta-se a isso o contraste com a realidade física da imagem, que caracteriza o objeto-imagem como aparência sensível. O mesmo ocorre na *fantasia*. Uma fantasia completamente viva, o emergir de uma memória muito clara que experienciamos quando estamos em alerta ou se apresentam disposições especialmente favoráveis, raramente trazem à tona a consciência de que estamos diante de uma mera imagem. Sentimo-nos tão próximos do objeto, como se estivéssemos de fato a ele unidos, como se ele estivesse de fato diante de nós. Sim, certamente: ele é verdadeiramente presentificado, vemos “o próprio objeto”. Ao vivermos na consciência de imagem, sentimo-nos realmente como numa percepção correspondente. Mas ao

³⁷ Mais sobre isto numa aula posterior.(NA)

olharmos com mais exatidão, quando afirmamos “sentir realmente”, trata-se aqui de uma analogia ou de um engano momentâneo. Trata-se sempre somente de uma presentificação e não de um ser presente. A imagem da fantasia se dissolve, ela não conserva seu frescor por muito tempo, repentinamente nela se imiscuem outras imagens da fantasia, também claras, talvez, mas elas interrompem a consciência imediata do objeto, elas não lhe dão continuidade, não constituem a unidade de uma presença objetiva, em que o objeto da fantasia teria seu lugar. Ainda falaremos dessas descontinuidades. Aqui basta a menção à unidade estável da realidade perceptiva, aos nexos estáveis das objetividades do campo visual da percepção e, de outro lado, à confusão sem sentido em que se embaralham as fantasias e mesmo as memórias, produzindo então em nós a consciência de uma mera figuração. De fato, na fantasia clara vemos as coisas; de certa maneira, sentimos como se as víssemos, mas apenas “de certa maneira como se”: a aparição possui ainda um caráter que nos impede de tomá-la como a aparição do objeto ele mesmo em sentido mais próprio. Os diferentes nexos intencionais a que pertencem provocam em todo caso uma cisão na consciência e impedem que se constitua uma intenção objetiva simples e única: eles suscitam no máximo uma duplicidade coincidente. Coincidência dos momentos iguais sentidos sem diferença, ou seja, dos momentos de figuração exata, e no melhor dos casos de todos os momentos internos, e separação nos caracteres intencionais entretecidos, que garantem ao que aparece e é visado complementação em diferentes objetividades válidas.³⁸ Desta maneira, o que aparece torna-se objeto-imagem, em certa medida, por si mesmo, ou seja, pela coisa mesma que aparece lá, mas que pertence a outro contexto e, deste modo, não pode ser o mesmo em identidade estrita, mas somente algo igual.

Além disso, há, como se sabe, imagens perfeitas muito diferentes, ou seja, diferentes graus e níveis de consciência de imagem. Apenas em casos-limite a coincidência entre a apreensão objetiva direta, que corresponde ao objeto-imagem, e aquela que pertence ao tema atinge o ponto em que enxergamos perfeitamente no objeto-imagem o tema da imagem, que atribuímos todas suas determinidades internas ao tema; no geral, ambos os

³⁸ A superfície de Riemann.(NA) A referência à superfície de Riemann está provavelmente relacionada ao tridimensionalidade intuita por nós na imagem “plana”. Riemann descreve uma superfície que comporta o volume, a qual corresponderia ao tema da imagem. Os momentos coincidentes não podem ser, nesta medida, idênticos em sentido estrito, uma vez que se “localizam” em diferentes superfícies: um ponto intuitido na superfície da imagem está, na verdade, em outro plano. No anexo III da *Husserliana* XXIII, Husserl comenta a constituição da tridimensionalidade da imagem a partir da cor: “Vejo as nuances de cinza em suas gradações de luminosidade, e assim, as distâncias no “plano”. Eu tenho a sensação do cinza e do plano e as interpreto como aparição plástica (deute die plastische Erscheinung hinein). Cf. *Hua* XXIII, p. 139 (NT)

objetos parecem ser diferentes: identificam-se segundo *alguns* momentos, por exemplo, segundo a forma plástica, distinguindo-se em outras determinidades, como quanto à coloração, ao tamanho, etc. Neste último caso, as determinidades presentes no objeto-imagem não são válidas para o tema, elas estão lá na imagem, mas não possuem função de figuração.

Capítulo III

Consciência figurativa em função imanente e em função simbólica – Sobre a consideração estética da imagem – Questão da relação entre apreensão fundante na consciência de fantasia e de imagem e apreensão perceptiva

§15. *Semelhanças e diferenças entre apreensão figurativa e apreensão simbólica*

As considerações feitas há pouco tornam compreensível em certa medida o entretecimento de ambas as apreensões que constituem a consciência de apreensão da figuração; elas mostram com clareza não apenas sua diferença em relação à apreensão perceptiva, mas também em relação à *apreensão simbólica*. No que concerne especialmente a esta última, pode-se dizer que apreensão figurativa e apreensão simbólica têm em comum o fato de não serem apreensões simples. *Ambas* apontam de certa maneira para além de si mesmas: a simbólica o faz a partir de si mesma, e a signitativa aponta para um objeto além de tudo internamente estranho àquele que aparece. De todo modo, ela aponta para o exterior. A apreensão figurativa também aponta para um outro objeto, que lhe é conforme, análogo, que se apresenta na imagem, e, sobretudo, ela o faz *através de si mesma*. No caso da representação simbólica, o olhar da visada é desviado do símbolo; na representação figurativa ele é voltado para a imagem. Para representarmos o objeto, devemos nos transportar para *dentro* da imagem, devemos encontrar o objeto apresentado naquilo que nela é o suporte da função de figuração, e quanto maior for a vivacidade com a qual o apreendermos, tanto mais vivo aparecerá para nós na imagem o tema, tão mais vivamente ele se tornará para nós intuitivo, presentificado.

§16. *Introdução da diferenciação entre figuração interna (imanente) e externa (simbólica)*

Nessa descrição também fica claro para nós que devemos distinguir bem dois casos de *representação por analogia*. Uma imagem pode ter função *representativa interna* à maneira da figuração imanente ou função *representativa externa*, à maneira que

corresponde no essencial à consciência de representação simbólica. Por exemplo, uma escultura em madeira da Madona de Rafael pode nos lembrar o original, que vimos na Galeria de Dresdren. As imagens podem ter a função de signos analógicos de rememoração, e em grande medida o fazem. Ultimamente, a Verlagsanstalt de Stuttgart tem publicado volumes que contêm em reproduções bem pequenas as séries completas dos trabalhos de Dürer, Rafael, etc. O principal fim dessas obras não é despertar a figuração interna e o prazer estético dado com ela, mas trata-se de índices ilustrados das obras daqueles grandes artistas. São repertórios da memória. São, por assim dizer, *palavras-chave ilustrativas*, auxílios para a memória. Contudo, elas ainda funcionam como figuras, mas também como lembretes, elas devem ao mesmo tempo ter função *associativa* e reproduzir na memória uma representação de imagem mais completa. Quem está unicamente imerso na imagem vive na figuração, tem na própria imagem a presentificação do objeto. Quem faz uso da função rememorativa da imagem procura e encontra eventualmente outra presentificação do objeto que talvez possa lhe proporcionar uma presentificação mais viva do mesmo objeto.

Poderíamos, portanto, diferenciar *duas classes* no representar simbólico³⁹. O representar simbólico no sentido original e antigo do termo, o ato de representar algo exteriormente por meio de imagens, símbolos, hieróglifos. Linguagem e escrita têm em sua origem caráter simbólico ou hieroglífico⁴⁰. O representar signitivo, por intermédio de *signos*, que não têm nenhuma relação com as coisas, não têm interiormente nada a ver com elas, surge primeiramente com o desbastamento e posteriormente com a formação de palavras artificiais, de signos algébricos, etc.

Ao primeiro tipo pertence também a maioria das imagens científicas. Naturalmente, outro aspecto também deve ser levado em conta aqui: a orientação da atenção para os momentos de simbolização e o isolamento destes para a atenção mediante seu realçamento exclusivo na imagem (na forma precisa dos elementos da imagem que têm função exclusivamente simbólica)⁴¹.

³⁹ Isso é, na verdade, problemático. Não se trata de uma mistura das funções figurativa e simbólica?(NA)

⁴⁰ Também aqui figuração interna, mas, além disso, (além da figuração já presente) ainda uma intenção, precisamente simbólica, a uma segunda, nova aparição, com representação própria do visado. A função figurativa imanente: ver o objeto na imagem, uma função simbólica transcendente: já se tem a consciência de imagem imanente, e, além disso, uma nova intenção a uma nova aparição. (NA)

⁴¹ Recortes característicos e imagens esquemáticas.(NA)

§17. *O interesse no como da figuração do objeto-imagem na consideração estética da imagem em oposição à direção exclusiva do interesse para o tema na representação comum da fantasia e da memória*

Dessas *imagens*, que funcionam⁴² como *símbolos*, e da consciência de imagem que se realiza na função simbólica da imagem, temos de diferenciar a consciência de imagem intuitiva, a consciência imanente de figuração. Apenas esta desempenha um papel na *contemplação estética da imagem*. Nosso olhar está imerso na imagem, nosso interesse volta-se para ela, e nela vemos o tema; a imagem não tem apenas a mera função de despertar uma representação exterior a ela, uma nova intuição ou mesmo uma representação conceitual. Naturalmente, eu não quero dizer com isso que o interesse e a visada da imagem estética se dirijam exclusivamente ao tema, como se se tratasse de representá-lo intuitivamente. Quando a imagem provoca um efeito estético, é possível que uma nova representação nos dê uma intuição mais completa do tema ou de algumas de suas partes, por exemplo, através de uma coloração mais apropriada. O jogo da fantasia pode, em geral, ser posto em movimento de tal modo que imerjamos no mundo do tema, como quando, ao avistar as imagens de um Paulo Veronese, nos sentimos transportados para a vida suntuosa dos nobres venezianos do século XVI; ou quando nas impressionantes gravuras em madeira de Dürer intuímos a transfiguração da paisagem e do povo alemão de seu tempo. Mas o quão essencialmente o interesse se volta para o objeto-imagem torna-se manifesto no fato de que a fantasia não segue essas representações novas; ao contrário, o interesse se volta a cada vez ao objeto-imagem e permanece em seu interior, encontrando prazer na *maneira* de sua figuração.

O comportamento da *representação comum de fantasia e de memória*, cujo interesse e visar se dirigem para o *tema* da imagem, é essencialmente diferente dessa tomada de posição em relação ao objeto-imagem. Também na fantasia a consciência figurativa é uma consciência puramente interna, ao menos na fantasia plenamente viva, na verdadeira intuição de fantasia. O objeto-imagem não significa nada, precisamente nada à maneira dos símbolos, ele não reenvia a algo outro fora de si mesmo - nem a algo semelhante que se apresente como algo diferente daquilo que já aparece na imagem, como se as intenções da imagem e do figurado estivessem lado a lado e ocorresse uma remissão de uma a outra - mas sim para dentro de si mesmo. Excepcionalmente se pode

⁴² Introduzido posteriormente: “ou rememorando externamente (sem convenção ou costume)” (NE)

fruir esteticamente de suas próprias fantasias, e contemplá-las de maneira correspondente. Neste caso não estamos nos voltando, na consciência de imagem, apenas ao tema, mas interessa-nos *como* ele se apresenta, qual modo figurativo de aparição exhibe, e talvez também o quanto é esteticamente aprazível. Deste modo o artista irá espreitar e atentar para suas próprias fantasias a fim de captar esteticamente suas mais belas poses.⁴³ Ou ele experimenta diretamente na fantasia. Ele tem múltiplas representações de um tema e procura na fantasia, entre esses modos de aparição (entre os modos de apresentação de um objeto-imagem formado e que aparece de tal ou tal maneira), o mais belo esteticamente. Naturalmente, este não é o caso mais comum. Ao fantasiar vivemos nos acontecimentos fantasiados, o *como* da apresentação figurativa interna está fora do campo de nossos interesses naturais.

§18. *Possibilidade de mudança na direção da intenção da visada (meinenden Intention) e mudança correspondente do objeto. Descrição do modo de aparição do objeto-imagem, por exemplo, no interesse psicológico*

Vemos que sobre a mesma base de apreensão podem se fundar diferentes atos de representação. Visar o tema da imagem, visar o objeto-imagem e ainda visar o objeto-imagem como imagem do tema são hábitos diferentes de representação. Uma vez que, ao falarmos do objeto de nossa representação, temos normalmente em vista aquele objeto a que o visar representante se dirige, a mudança na direção da intenção da visada também significa aqui uma mudança do objeto.⁴⁴ Quando vivemos nas fantasias livres ou nas memórias, o visar, a intenção que representa dirige-se ao tema da imagem. Podemos também atentar para o objeto-imagem e para sua forma de aparição, para as partes constitutivas da aparição, para os fantasmas sensíveis, etc. Podemos *descrever* o objeto-imagem da fantasia - como quando dizemos, por exemplo: eu me recordo agora

⁴³ Isso é incorreto. Confusão entre aparição do objeto-imagem e aparição do tema. Aqui não se trata da imagem no sentido em questão, mas da “aparição” do *tema* da fantasia, do *perfil* que produz o melhor efeito estético. Também no caso do *objeto perceptivo* eu posso me questionar qual perfil produz melhor efeito estético. Eu represento na fantasia o objeto por diversos perfis e vivendo na consciência do tema eu me pergunto: de que modo ele produz o melhor efeito estético? Também na imagem física: é essencial o perfil no qual o objeto é exibido, e a maneira no tocante àquilo que não diz respeito ao objeto, por exemplo, mármore, pincelada, tipo de efeito de cor, etc. A aparição tal como ela é na fantasia não é objeto da atenção do artista, mas do psicólogo. (NA)

⁴⁴ A intenção, ao voltar-se para o objeto, o faz necessariamente em uma aparição determinada (perfil). Então temos de diferenciar: 1) o fenômeno da aparição primária (aparição do objeto-imagem), 2) a consciência que está voltada para o tema, mais precisamente em uma de suas aparições a partir da síntese. Será absolutamente necessário diferenciar os conceitos de aparição e introduzir nomes diferentes. (NA)

do Jardim Botânico, tal como ele estava no verão, repleto de árvores rumorejantes, flores se abrindo, encostas sombreadas. Mas as cores não me vêm, eu vejo mais as formas plásticas, em vez das cores um cinza volátil, e assim por diante. Aqui atentamos para a própria aparição e comparamos seu conteúdo com o tema intencionado. O fenômeno da representação normal de fantasia é manifestamente diferente do fenômeno da representação que se dirige aos objetos da fantasia, aos objetos-imagem em geral. Para dar mais um exemplo: quando lemos uma descrição de viagem, há manifestamente uma diferença entre viver na consciência de fantasia, enquanto uma consciência da presentificação intuitiva de países estrangeiros, ou voltar nosso interesse e nosso visar para as próprias imagens da fantasia, guiados por um interesse psicológico. Aqui a base de apreensão pode ser a mesma. Os mesmos objetos-imagem aparecem e estes fundam a mesma relação aos países distantes. Mas ora os objetos-imagem são visados e interessam, ora os países distantes.⁴⁵

§19. *Dependência e independência das duas apreensões que se interpenetram e a questão da relação entre apreensão fundante e apreensão perceptiva no caso da imaginação mediada por imagens físicas. Supressão da consciência figurativa nas ilusões dos sentidos (gabinete de figuras de cera, imagem panorâmica, etc., e aparência estética)*

Das duas apreensões que se interpenetram na consciência da figuração de fantasia e na consciência de figuração imanente em geral, uma é manifestamente *dependente* e outra *independente*. A aparição que coloca diante de nossos olhos o objeto-imagem poderia, tal como ela se manifesta na consciência figurativa, também ser vivida sem essa função imaginativa. Já no que diz respeito à apreensão modificadora, por meio da qual a imagem se torna uma imagem, ela está evidentemente vinculada a uma aparição fundante. Onde não há aparição alguma, também não há nada que possa servir como

⁴⁵ No texto número 20 da Husserliana XXIII, Husserl comenta de maneira mais aprofundada a distinção atencional aqui mencionada. Quando a consciência de dirige exclusivamente ao tema, vive-se na consciência de neutralidade própria à fantasia, é “como se” os objetos aparecessem e estivessem diante de mim; absortos nesta “vida como se”, “descolamo-nos” (entrücken) da atualidade (Gegenwart), “vivemos no mundo da fantasia”. Temos aqui uma “primeira epoché”, na medida em que os objetos não valem como realidades. Contudo, quando nos voltamos não ao tema, mas aos objetos-imagem, às próprias aparições, realizamos uma segunda epoché. Não “sonhamos” mais; temos uma orientação “atual” e “posicional” sobre os objetos fantasiados: “sobre o eu anteriormente absorto e atuante no sonho, perdido de si mesmo, estabelece-se agora o eu enquanto expectador, mas enquanto espectador desinteressado, o eu posicional, o eu que assiste ao sonhar e ao próprio sonho”. Hua XXIII, p.573 (NT)

imagem; para presentificar algo outro, o objeto deve estar diante de nossos olhos para que possamos nele representar outro objeto.

Qual é então a relação dessa apreensão fundante com a apreensão perceptiva? Podemos estudá-la nos casos em que é suprimida a consciência figurativa que havia se constituído com base numa aparição primária.

Deparamo-nos primeiramente com estes casos na apreensão de imagem física. Pressupomos que a imagem física está dada na percepção. Aqui está claro que, mesmo com a presença da apreensão de imagem, da qual podemos facilmente abstrair, a aparição fundante do objeto-imagem tem, tomada em si mesma, o caráter de uma aparição perceptiva, de uma apresentação habitual. Não se trata, naturalmente, de uma percepção normal e completa, na medida em que aquilo que aparece, por exemplo, a pessoa-imagem da pintura a óleo, não vale como realmente presente – ela aparece como presente, mas não é tomada por real. Uma consciência de crença pode estar lá, contudo ela não se relaciona ao objeto da apreensão perceptiva, mas sim àquele que é intuitivo na imagem, à pessoa ausente trazida no presente à representação de imagem, à pessoa que é apenas presentificada. As ilusões perceptivas do tipo figuras de cera, imagem panorâmica, etc., que já mencionamos diversas vezes, mostram que a transformação de um fenômeno de imagem mediante a supressão da função imaginativa faz surgir uma apreensão perceptiva comum, eventualmente uma percepção completa, provida de crença normal. Aqui é possível que primeiramente enxerguemos na figura um homem. Temos aí uma percepção normal, ainda que posteriormente ela se revele errônea. Quando de repente nos damos conta do engano, surge a consciência de figuração. Mas nestes casos ela não perdurará. Com suas roupas, cabelos, etc., reais e inclusive com os movimentos imitados artificialmente por meio de um aparato mecânico, a figura de cera é tão semelhante ao homem real que a consciência perceptiva teima em se impor. A apreensão imaginativa é suprimida. Nós “sabemos” que é uma aparência, mas isto não nos impede de ver ali um homem. O juízo conceitual “trata-se de uma mera imagem”, que acompanha a percepção, perde seu efeito diante da aparência perceptiva e a tendência a tomá-la por real é tal que por alguns momentos até gostaríamos de nela acreditar. A dualidade na qual somos lançados é naturalmente um efeito tosco e completamente não estético. Figuras de cera que imitam a realidade da maneira mais perfeita, vestidas com roupas reais, dotadas de cabelos reais, etc., resultam em aparições perceptivas de homens tão perfeitamente coincidentes com aqueles figurados na imagem, que os momentos da diferença não podem produzir uma consciência pura e

clara da diferença, ou seja, uma consciência clara da figuração. Esta é, contudo, o fundamento essencial da possibilidade do sentimento estético nas artes plásticas. Sem imagem não há artes plásticas. E a imagem deve se separar *claramente* da realidade, ou seja, de modo puramente intuitivo, sem auxílio de pensamentos indiretos. Devemos ser retirados da realidade empírica e elevados ao mundo intuitivo da figuração. A aparência estética não é o mesmo que ilusão dos sentidos. O prazer no engano grosseiro ou no conflito tosco entre realidade e aparência, em que ora a aparência se mostra como realidade e ora a realidade se mostra como aparência - realidade e aparência brincam de esconde-esconde - é o oposto mais extremo do prazer estético que se funda na consciência de figuração clara e serena. Efeitos estéticos não são efeitos de feiras anuais.⁴⁶

§20. *Se a apreensão fundante da fantasia no sentido comum e da memória tem o caráter de apreensão perceptiva. Supressão da consciência de figuração nas visões e alucinações. Sonhar acordado e a consciência de aparência nas plasmações da fantasia*

O que dizer agora da imaginação não mediada por imagens físicas, da fantasia no sentido usual, incluindo os fenômenos da memória? Devemos afirmar também aqui, ao menos nos casos em que se tem uma intuição clara e rica em conteúdo das objetividades fantasiadas, que a apreensão fundante tem o caráter de uma apreensão perceptiva? Será que todo aparecer autêntico é igual, tem o mesmo caráter, aquele de apresentação? Também aqui ocorre a supressão da consciência de figuração, e neste caso teremos de admitir que o que resta possui caráter de percepção. Lembro aqui a transformação da fantasia em *visão*. As construções da fantasia não pairam mais como imagens diante do olho interior; a percepção empírica, a realidade, na qual o visionário vive com seu próprio corpo, é posta fora de circuito e com ela também a oposição entre essa realidade e a figuração da fantasia - a função de figuração das imagens da fantasia desaparece e o visionário encontra-se em estado de transe, o mundo da fantasia é agora seu mundo real. Este tem para ele o valor de realidade, ou seja, suas intuições são percepções, também dotadas do caráter de *crença*.

⁴⁶ Efeitos de feiras anuais traduz “*Jahrmarktseffekte*”. Trata-se de um efeito ocasionado pela saturação de estímulos sensoriais.(NT)

O mesmo teremos de admitir no caso do *sonho*, e não apenas do sonho durante o sono, mas também do sonho durante a vigília. Por vezes nos deixamos levar de tal forma pelas fantasias que passamos a reagir às suas aparições com ações, *como se* se tratasse de percepções: fechamos o punho, dialogamos em voz alta com pessoas imaginadas, etc. É precisamente aí que o sonho costuma acabar - a percepção real dissipa a imaginação. Na maioria dos casos o mundo efetivo diante de nós *quase* desaparece ao acompanharmos as fantasias, mas sua existência ainda se faz sentir um pouco, de forma que uma ligeira consciência de que se trata de aparências tinge permanentemente as plasmações da fantasia.⁴⁷

Tais experiências falam a favor da tese de que as aparições da fantasia, abstraindo-se da consciência de figuração, não são em princípio diferentes daquelas da percepção. No entanto, questiona-se se isto só vale para casos-limite, se aqui a aparição de fantasia não *se transfigura* precisamente em alucinação, numa aparição perceptiva, enquanto a apreensão de imagem é ela mesma essencialmente diferente na aparição de fantasia e na aparição perceptiva. Perguntar-se-á, em especial, se deverão ser admitidas diferenças essenciais nos conteúdos de apreensão, senão formos levados a reconhecer diferenças específicas entre a apreensão que constitui um objeto-imagem e aquela que constitui um objeto perceptivo.

⁴⁷ Nietzsche (NA) Husserl refere-se aqui provavelmente a um trecho do primeiro capítulo de “O Nascimento da Tragédia”, em que Nietzsche diz: „Aber auch jene zarte Linie, die das Traumbild nicht überschreiten darf, um nicht pathologisch zu wirken, widrigenfalls der Schein als plumpe Wirklichkeit uns betrügen würde - darf nicht im Bilde des Apollo fehlen: jene maassvolle Begrenzung, jene Freiheit von den wilderen Regungen, jene weisheitsvolle Ruhe des Bildnergottes.” (NT)

⁵¹ O estudo das diferenças entre fantasia e imaginação perceptiva.(NA)

Capítulo IV

Diferenças entre representação de imagem comum e representação de fantasia

§21. *As apreensões subjacentes na representação de imagem física, a questão da identidade e/ou diferença dos conteúdos de apreensão*

Antes de voltarmos a essas questões, e sobretudo àquela da relação entre sensação e fantasma, concluamos algumas análises interessantes e importantes⁴⁸; até aqui exploramos o *que há em comum* entre as imaginações fundadas na percepção e as imaginações da fantasia. Agora pretendemos estudar as *diferenças* e ao mesmo tempo nos aprofundar em sua essência analítica.

Parece haver uma grande diferença em primeiro lugar na apreensão subjacente. No caso da representação da imagem física ela é aparentemente mais complicada do que no caso da representação de fantasia. Nesta última, todo o complexo de conteúdos sensíveis pertencentes à unidade do vivido se ordenam numa única aparição, a saber, a da imagem de fantasia. Na representação de imagem física ocorre algo completamente diferente. Aqui se devem considerar, no fenômeno, dois objetos: a imagem física aparece e também a imagem mental, o objeto-imagem que apresenta. Posso atentar para ambos os objetos, posso visar na representação a cada um deles, e cada um está ali na forma de uma aparição direta e não de mera simbolização, nem tampouco na forma da consciência fundada do tema da imagem, eles aparecem em sentido pleno e próprio. Por exemplo: quando observo a imagem da Teologia de Rafael que está pendurada sobre minha escrivaninha, esta imagem aparece para mim como uma coisa física que está pendurada na parede, e atento para ela. Mudo a direção de minha observação e atento para o objeto-imagem: surge para mim uma figurinha feminina sem cor, nos tons preto e branco, de um palmo e meio de altura ao redor da qual pairam dois querubins do mesmo tom. Na contemplação habitual da imagem vivo na consciência de figuração, atento para algo totalmente diferente, vejo lá uma forma feminina sublime de dimensões sobre-humanas, dois anjos fortes, grandes, e assim por diante. Também digo que eles “aparecem”, mas isso evidentemente não acontece em sentido próprio. Eu vejo o tema

⁴⁸ Estudo das diferenças entre fantasia e imaginação perceptiva (perzeptiver Imagination). (NA)

no objeto-imagem e é este que aparece direta e propriamente. Sua forma e os graus de luminosidade aparentes figuram para mim o tema em sua forma plástica e colorido verdadeiro, que não encontra expressão na imagem.

O que se pode falar então desta aparição, da objetivação direta que subjaz à apreensão de figuração? Ela está fundada na aparição do objeto-imagem físico? Seria certo dizer que a consciência de figuração vem à tona na medida em que as sensações sofrem uma apreensão perceptiva, mediante a qual a imagem física se constitui e que, numa segunda etapa, uma apreensão perceptiva se funda sobre a primeira e nela aparece então o objeto-imagem, sobre o qual se funda por fim a consciência representativa, a de figuração? Assim parece ser. De fato temos diante dos olhos, ao imaginarmos o tema, a imagem enquanto coisa presente no espaço e a imagem como ficto, como suporte da imaginação. Contudo, ficamos em dúvida ao levantarmos a questão acerca dos conteúdos de apreensão de ambas as aparições. O objeto-imagem e a imagem física não possuem conteúdos de apreensão separados e diferentes, mas exatamente os mesmos. As mesmas sensações visuais são interpretadas como pontos e linhas sobre o papel *e* como forma plástica que aparece. As mesmas sensações são interpretadas como *coisa de gesso* e como *forma humana branca*. E dada a identidade da base sensível, as apreensões não podem se dar concomitantemente, elas não podem fazer surgir duas *aparições* ao mesmo tempo. Alternando-as sim, mas não ao mesmo tempo: separadas, portanto.

§22. *A aparição do objeto-imagem e seu caráter de irreabilidade, de conflito com o campo visual da percepção constituinte do presente*

Aprofundemo-nos um pouco: a gravura nos mostra um desenho. Quando nos submetemos às intenções do pintor ou gravurista, não interpretamos o desenho como um sistema de traços e sombreamentos sobre uma superfície de papel, não vemos papel - ao menos dentro dos limites do desenho - mas sim formas plásticas, e nelas ou através delas se estabelece uma relação com o tema. A gravura possui uma margem branca de papel: aqui vemos papel. A imagem tem uma moldura, e esta se destaca, juntamente com seu papel, da parede na qual está pendurada; a parede pertence ao quarto, e uma parte considerável deste entra em nosso campo visual. Tudo isso tem importância. Nosso campo visual perceptivo não desaparece enquanto vivemos na imaginação do tema. Ao contrário, nós temos a percepção do entorno, ainda que esta não se dê na

forma de um visar primário; e ele é o entorno da imagem, e de certo modo até do tema. Em primeiro lugar, no tocante à imagem, ela também participa da unidade da apreensão perceptiva para além dos limites do desenho. Mas falta, *ao contrário*, ao próprio desenho, a apreensão perceptiva normal. Ao menos não podemos dizer sem mais que aqui vemos papel. A apreensão figurativa sobrepuja a apreensão do papel, na medida que os conteúdos de apreensão coincidem. Ou melhor: o objeto-imagem aparece e é suporte da consciência do tema. Os conteúdos de apreensão são consumidos por essa aparição. Uma segunda apreensão, a apreensão do papel, também está de algum modo presente: ela está em nexos com a apreensão sempre uniforme do *campo visual* e é estimulada por esta, mas enquanto o resto do campo é aparição, ela não é aparição, visto que seus conteúdos de apreensão lhe foram roubados. Seus conteúdos de apreensão funcionam agora como conteúdos de apreensão do objeto-imagem. Ainda assim, ela *pertence* a esses conteúdos de apreensão: resumindo, há *conflito*. Mas de maneira peculiar. O objeto-imagem *triumfa*, na medida em que vem à aparição; os conteúdos de apreensão se interpenetram com a apreensão do objeto-imagem, eles se fundem numa unidade de aparição. Mas a outra apreensão ainda está lá, e possui um nexos permanente e normal com a aparição do entorno. A percepção dá o caráter da realidade presente. O entorno é o entorno real, também o papel é presença real; a imagem aparece, porém conflita com o presente efetivo, ela é, portanto, mera “imagem”, e, por mais que apareça, é um *nada*.

Devemos particularmente notar, nesta reflexão, que ela expressa por meio de paráfrase, num discurso conceitual indireto, aquilo que visivelmente pertence ao caráter da consciência de imagem física. Atentem em primeiro lugar para o fato de que o entorno da imagem nos é *de fato* consciente, que o objeto-imagem aparece de fato à maneira de um objeto perceptivo e com ele, por assim dizer, o tema nela indicado. Assim temos tão somente apreensões perceptivas que constituem, de acordo com a experiência, uma unidade. Todas as objetividades da aparição, a figurativa e a do entorno da imagem, arranjam-se *visualmente* num único nexos objetivo - conforme a continuidade dos conteúdos sensíveis no campo das sensações visuais. Um nexos de objetividades que se *cinde*, porém, segundo seu valor de realidade, *em dois nexos*. Partimos da imagem com suas figuras representantes e representadas, paisagens, etc.: esse mundo ideal é um mundo por si mesmo. Mas por quê? O que o caracteriza fenomenologicamente enquanto tal? Ora, nosso campo visual se estende para além do campo da imagem, e o que aparece lá também tem sua relação com a imagem. Ali está a *moldura*. Ela emoldura a

paisagem, a cena mitológica, etc. Olhamos através da moldura como se olhássemos por uma janela para o espaço da imagem, para a realidade da imagem. Estas palavras dizem claramente algo do fenômeno. Os objetos vistos e os objetos *quase* vistos, os objetos-imagem, entram em relação. Por que eles não produzem um nexos de objetividades, ou melhor, um nexos perceptivo? Um único *presente* uniforme? Certamente, o entorno até o limite da imagem, até ali onde o desenho e a apreensão figurativa começam, são percebidos, trata-se aqui de uma apreensão perceptiva sem nenhuma consciência figurativa. O objeto-imagem, contudo, está dado numa apreensão perceptiva modificada pelo caráter de imaginação (Imagination). Mas isso ainda não é suficiente. A aparição do objeto-imagem diferencia-se num ponto da aparição perceptiva normal, num ponto essencial que nos impede de considerá-la uma percepção normal: ela carrega consigo o caráter *de irrealidade, de conflito com o presente atual*. A percepção do entorno, a percepção na qual se constitui para nós o presente atual, se impõe também do lado de dentro da moldura e ali se chama “papel impresso” ou “tela pintada”. Não vemos isso em sentido *próprio*: o material sensível que a apreensão do objeto-imagem absorveu para sua aparição não pode se tornar uma segunda vez o núcleo da aparição. Trata-se de algo evidentemente impossível. Mas num modo impróprio, à maneira de uma “apresentação imprópria”, a percepção do papel é um apêndice da percepção do entorno. E assim temos uma unidade da percepção, que preenche todo o campo visual, todo o campo de visão perceptivo. Isso é a percepção, que constitui o “presente”, a realidade atualmente presente. E com ela coincide parcialmente uma segunda percepção, ou, antes, apenas uma apreensão perceptiva. Esta apaga o caráter autêntico de certa porção da percepção do agora, ela coincide, assim, com uma parte daquela percepção que nos oferece apenas uma aparição imprópria. Desta forma, temos aqui aparição, intuição sensível e objetivação, mas em *conflito* com um presente vivido; temos a aparição de um não-agora no *agora*. No agora, na medida em que o objeto-imagem aparece em meio à realidade perceptiva e reclama o direito, por assim dizer, de ali possuir realidade objetiva. *No agora* também, porque a apreensão de imagem é um agora temporal. Mas, por outro lado, um “*não-agora*”, visto que o conflito faz do objeto-imagem uma *nulidade*, que aparece, mas não é nada e apenas serve para apresentar um ser. Mas este apresentado nunca pode apresentar, evidentemente, o agora, com o qual conflita: ele pode apenas apresentar algo outro, não presente – que poderia eventualmente estar dentro do campo visual, porém fora do campo da imagem.

§23. *A relação entre algo efetivamente presente e o mero ficto no conflito de duas apreensões perceptivas nos casos da ilusão dos sentidos*

Sempre que uma apreensão perceptiva entra em conflito com uma segunda apreensão – o que pressupõe que elas compartilhem total ou parcialmente a mesma base sensível – a apreensão que determina o presente efetivo é aquela que se atrela à unidade da percepção atual total para formar uma percepção total abrangente e que toma parte na força das intenções de crença que se fundam mutuamente. A outra apreensão, ao se apoderar do conteúdo sensível, de um recorte de um ou mais campos sensoriais e produzir uma aparição, constitui um mero *ficto*, um *objeto ilusório*, uma mera “*imagem*”, como se costuma dizer, mesmo onde não se dá uma representação figurativa.

Este é o caso de todas as “ilusões dos *sentidos*” (*Sinnenschein*)⁴⁹. O bastão partido na água é uma ficção, uma imagem falsa: numa percepção imprópria, a apreensão visual é suplementada por certas apreensões táteis. O tocar e o pegar efetivos produzem um bastão “reto”, que, por sua vez, exige outra aparição visual. Ou tomemos nosso exemplo da figura de cera: Se vejo na figura um homem, tenho então uma aparição perceptiva. Quando me dou conta do engano, posso ter ainda a mesma aparição, posso continuar fazendo com que os conteúdos sensíveis apareçam para mim como um homem, mas agora eu tenho o conflito com a realidade: o *presente* atual é aqui determinado pelo entorno e pela figura vista (embora vista enquanto *figura de cera*), a qual partilha da mesma unidade objetiva que o entorno. Se eu o interpreto de outra forma, sinto também “*de outra forma*”, sinto o conflito, tenho a aparição de um *nada*. Este homem é um *nada*. A situação muda novamente se a figura apresenta por semelhança uma pessoa conhecida. A pessoa no agora, no presente, em que ela supostamente se insere (isto é, ora enquanto aparência, ora conflitando), é um *nada*: ela representa, todavia, um ser semelhante, mas não aqui presente.

§24. *Consideração preliminar da situação da fantasia: separação radical do campo da fantasia e da percepção*

⁴⁹ Imagem espelhada na água.(NA)

Logo vemos que a situação é totalmente diferente no caso da *fantasia* (incluindo a memória). É manifesto que os conteúdos de apreensão da fantasia não são, igualmente, suportes para apreensões perceptivas próprias ou impróprias. A imagem da fantasia não aparece no nexos objetivo da realidade presente, da realidade que se constitui na percepção atual, no campo visual atual. O centauro que paira agora diante de mim na fantasia não parece recobrir uma parte de meu campo visual, tal como o centauro de um quadro de Böcklin que eu vejo realmente. O espaço real da percepção não contém um campo emoldurado de tal ou tal maneira dentro do qual se abre um espaço fictício para minhas fantasias. O campo da fantasia é completamente separado do campo perceptivo. Mas se é assim, por que separamos ambos sob as rubricas percepção e fantasia? Talvez devido à apreensão figurativa? Mas não poderia ser o caso de as apreensões de fantasia funcionarem sem qualquer figuração? E então elas não seriam percepções? Poderíamos ter como que dois campos perceptivos, apenas separados, ou seja, múltiplos campos de visão, de tato, etc.? E o campo da fantasia não poderia se transformar em campo perceptivo e vice-versa?

§25. *Recapitulação: os dois modos de representação por semelhança, 1) figuração interna enquanto consciência propriamente imaginativa; os momentos ilustrativos na aparição do objeto-imagem como suportes da consciência de representação interna e os outros momentos; o duplo caráter de conflito da aparição do objeto-imagem; 2) a figuração externa enquanto forma de consciência simbólica*⁵⁰

Nas últimas aulas, ocupamo-nos do estudo da imaginação em suas diferentes formas. Buscamos, inicialmente, considerar os fenômenos da figuração física e os fenômenos da fantasia (incluindo os fenômenos da memória) sob o mesmo ponto de vista.⁵¹ Deparamo-nos com uma série de diferenças extremamente notáveis. No domínio da figuração física, mostrou-se muito importante a distinção entre consciência de figuração imanente e consciência de figuração transcendente. Esta última subsumimos ao conceito mais amplo de representação simbólica. Uma representação de imagem pode então se dar de duas maneiras essencialmente diferentes.⁵² Ela pode 1) possuir o

⁵⁰ 24. I. 1905 (NA)

⁵¹ A última frase foi posteriormente riscada. (NE)

⁵² Husserl transformou posteriormente o ponto em vírgula e acrescentou o seguinte texto: “possui o caráter da figuração interna e externa, imanente e transcendente. Façamos sobre isto mais detalhadamente na recapitulação”. (NE)

caráter de representação interna. Vemos o tema na própria imagem, em seu interior; a imagem (mais exatamente o objeto-imagem) traz em si mesma o tema à representação intuitiva e o faz em maior ou menor medida, com um número maior ou menor de momentos figurativos. Constata-se uma diversidade notável em relação aos momentos que compõem a aparição da imagem. Uns são os verdadeiros suportes da consciência de representação interna, outros não têm essa função. Nuns o objeto-imagem nos apresenta o tema; olhando para eles e enfatizando-os por assim dizer na consciência - sem de forma alguma os abstrair⁵³ - vemos o tema, ele é presentificado neles em sentido próprio. Em virtude desta distinção eles têm um papel especial, a saber, eles valem como momentos figurativos. No caso de uma gravura de aço ou de um busto de gesso, por exemplo, é a forma plástica do objeto-imagem que desempenha esse papel e não as nuances em preto e branco. Esses momentos, ou seja, o grupo restante de momentos que constituem a aparição prescinde da característica ou valor mencionado. Eles estão presentes na imagem, mas não têm valor. Neles não intuimos o tema. Eles não possuem sequer uma função simbólica; não remetem como signos a momentos correspondentes, embora determinados de outra maneira, do tema. Não têm relação alguma⁵⁴ com eles. Já os momentos figurativos têm uma relação intencional com os momentos do tema em virtude da associação. Tão logo o interesse se volta especificamente para aqueles momentos, vem à tona a consciência do conflito, a consciência do “ser diferente” do objeto visado. Mas mesmo sem esse interesse os momentos presentes na imagem são dotados de caráter de conflito. Não se trata, por assim dizer, de uma consciência de conflito sintética que se desenvolve logicamente, mas de um caráter fenomenológico, um caráter de antagonismo (*Widerspannung*), de nulidade ou algo assim. E em virtude de sua unidade, o objeto-imagem – tão logo o tomamos e consideramos como um todo – porta esse caráter de conflito. Em geral, ele traz consigo (*tragen*) o conflito em dois sentidos: em primeiro lugar a) o conflito com o presente perceptivo atual - trata-se do conflito entre a imagem enquanto aparição do objeto-imagem e a imagem enquanto imagem-coisa física; b) em segundo lugar, o conflito entre a aparição do objeto-imagem e a representação do *tema* que se entrelaça com ela, ou, antes, se sobrepõe a ela. Quanto maior for a extensão da correspondência entre objeto-imagem e tema da imagem, isto é, obviamente, da correspondência consciente que se anuncia justamente na consciência figurativa imanente, tanto mais perfeitamente o tema é intuído, tanto mais sentimos,

⁵³ Nota bene. (NA)

⁵⁴ Introduzido posteriormente: “intencional” (NE)

enquanto absortos (*hineinschauend*) na observação da imagem, o objeto como presentificado, e tanto menos vem à tona o antagonismo dos momentos restantes que funcionam como preenchedores de lacunas, contrariando a visada do tema. Entretanto, mesmo nos casos em que há uma diferença considerável, a intenção que vai além do objeto-imagem ou que busca uma complementação, uma intuição mais plena, pode recuar. Isso ocorre nas contemplações estéticas, em que, sobre a mesma base de apreensão, a visada não se volta exclusivamente para o tema: o interesse - um interesse estético afetivo - se fixa, antes, no objeto-imagem, e se volta também a seus momentos não analogizantes. Já que não falamos sobre isto, chamo aqui a atenção para a função estética dos meios e materiais de reprodução, ou seja, para a pincelada larga de certos mestres, para o efeito estético do mármore, etc. A consciência do tema da imagem também está dada aqui e de modo algum é inessencial, pois sem isso não há imagem estética, mas o modo de visar, a distribuição das intenções que visam bem como das intenções afetivas se diferenciam completamente daquelas que temos, por exemplo, numa fotografia que não intuimos esteticamente, mas como imagem de um amigo, de um grande homem, ou algo assim. Aqui podemos ver somente a pessoa, tendo a *imagem* como meio.

Até aqui falamos o suficiente sobre a figuração interna, considerada por nós a consciência propriamente imaginativa. Distinguimos desta em segundo lugar uma figuração externa, transcendente, uma outra forma de representação por semelhança, pertencente à mesma linhagem da representação signitativa, ou que ao menos faz surgir a consciência imaginativa por intermédio da signitativa. Uma fotografia quando é muito boa presentifica para nós uma pessoa. O olhar é projetado na fotografia. Uma fotografia pode nos fazer *lembrar* uma pessoa, do mesmo modo que o signo faz lembrar o designado. Se esse é o caso, então a imagem se caracteriza fenomenologicamente como aquilo que faz lembrar; e a pessoa mesma, por outro lado, que nos é dada intencionalmente numa segunda representação, diferente embora vinculada à primeira - numa representação de fantasia (eventualmente também numa intenção meramente vazia) - a pessoa, digo, aparece como aquilo que a imagem fez lembrar. As imagens podem também funcionar exatamente como os signos, *contanto que* elas, assim como os signos, sejam determinadas convencionalmente ou com base na estipulação arbitrária de alguém a desempenhar o papel de “motores da memória”. Nesse caso, as imagens, tanto quanto os signos, possuem um caráter fenomenológico próprio, elas são incumbidas de um *dever*: elas não apenas trazem consigo a representação do objeto significado, mas

também apontam para ele como aquilo que deve ser visado, desviando o interesse de si propositalmente, por assim dizer. O índice ilustrado⁵⁵ para uma coleção de obras de arte (que são aquilo que é propriamente visado e designado), um hieróglifo⁵⁶, etc., nos servem de exemplo.

O olhar sobre a imagem sempre traz consigo, naturalmente, uma certa imaginação primária, uma consciência figurativa interna. Mas essa consciência normalmente imperfeita é apenas o suporte para uma consciência simbólica a ela vinculada e direcionada ao exterior. O semelhante remete a algo outro que não é intuído em seu interior, mas representado numa nova representação. A *imagem-cópia* não é uma ilustração, ou não é apenas uma ilustração: trata-se⁵⁷ essencialmente ou *ao mesmo tempo de um signo*, de um símbolo da imagem original. “Ao mesmo tempo” não pode naturalmente ser entendido como “ao mesmo tempo em sentido temporal”. Pois ambas as funções fundam-se uma sobre a outra *sucessivamente*, ao passo que se excluem na coexistência. Quem olha para dentro não olha para fora, quem procura e vê o tema *na imagem* não pode, enquanto o faz, procurá-lo e vê-lo ao mesmo tempo fora dali⁵⁸. Mas quem não se satisfaz com a intuição imanente⁵⁹ (*Hineinschauen*) pode muito bem buscar outra imagem melhor, outra representação intuitiva. E assim, ao se avistar ligeiramente a apresentação interna do tema, pode-se desviar o olhar da imagem e voltá-lo, numa intenção simbólica atrelada, ao exterior, para o que é simbolizado e eventualmente presentificado de modo intuitivo.

Já havíamos visto tudo isso em linhas gerais - eu o repeti propositalmente, pois com essa apresentação que acabei de fazer talvez me tenha sido possível expor a situação de um modo mais claro e preciso do que antes. Em todo caso é necessário assimilá-la bem para que possamos continuar construindo com segurança.

⁵⁵ A imagem física remete à imagem física, o ficto é a remissão-imagem de um outro ficto, a apreensão de imagem, remissão a uma outra apreensão de imagem. (NA)

⁵⁶ Introduzido posteriormente: “esboços como imagens-lembrança”. (NE)

⁵⁷ “essencialmente ou” riscados posteriormente. (NE)

⁵⁸ Mas isto é apenas uma questão da atenção. (NA)

⁵⁹ “Hineinschauen” significa “ver em”. Neste sentido a intuição é “imanente”. (NT)

Capítulo V

A aparição de fantasia contrastada à aparição figurativa física e à aparição perceptiva

§26. *O ficto e a questão do modo de aparição da imagem de fantasia*

Nosso objetivo no final da última aula consistiu em diferenciar a representação de fantasia da representação de imagem comum. A representação de imagem tornou-se perfeitamente clara para nós. A representação de fantasia apresentou ainda sérias dificuldades e pontos obscuros. Sua consideração sob o título de imaginação parecia exigir que a concebêssemos também como uma representação figurativa, a saber, como representação de imagem imanente. Por outro lado, permanecemos com certo sentimento de insatisfação. Pressentíamos que a situação não era a mesma no caso da representação de fantasia e da representação de imagem.

Uma coisa é certa: a “imagem” no caso físico – o objeto-imagem – é um *ficto*, um objeto perceptivo, mas um objeto ilusório. Ele aparece como uma coisa física real, mas aparece em conflito com o presente atual produzido numa percepção sem conflito. Este *ficto*, ou melhor, esta consciência de ficção, se entrelaça com a consciência de representação. Deste modo surge aqui a consciência imaginativa. E esta surge no novo conflito entre *fictum* e *imaginatum*.

Por outro lado, se olhamos para a fantasia, *falta aqui o ficto*. Neste sentido a “imagem da fantasia” não é uma imagem que se estabelece em meio à realidade do presente atual. Ela não aparece na forma de uma apreensão perceptiva; não se constitui como algo quase real em meio às realidades fenomenais do campo visual, nem tampouco se revela como ficto por meio de seu conflito com a realidade em si mesma incontestada do presente. Como aparece então? Aparece realmente no modo de uma imagem? Constitui-se na fantasia efetivamente um objeto-imagem através do qual um tema é intuído? Tenho de confessar que aqui sempre tive sérias dúvidas. Uma parte das dificuldades foi resolvida depois que se mostraram as diferenças entre a figuração interna e figuração externa. Normalmente, a aparição de fantasia não funciona da mesma maneira⁶⁰ que a figuração externa, ela não representa para o exterior. Ou melhor, ela não precisa fazê-lo,

⁶⁰ Introduzido posteriormente: “de uma imagem no sentido”. (NE)

mas *pode* fazê-lo: como quando construímos a imagem de um país segundo um relato de viagem, com a consciência, naturalmente, de que se trata de um análogo mais ou menos distante; ou quando representamos uma obra musical por intermédio de temas, de um trechinho da melodia – em que o representado além de sua figuração interna também contém intenções que apontam para o exterior, ou algo assim. Mas também aqui a figuração interna é algo primeiro, e o apontar para algo outro que virá à intuição em outras representações é algo que lhe é acrescido. Deixemos então as intenções *externas* de lado, visto que elas de qualquer jeito pressupõem as internas, às quais serão atreladas. Questiona-se então em relação a essas intenções internas como podem ser compreendidas e se realmente podem ser consideradas intenções de imagem⁶¹. Se elas o são, a consciência de imagem se constitui em todo caso sobre outro fundamento. Aquele conflito do presente atual com aquilo que se instalava em seu meio como ficto não ocorre. Neste caso não deveríamos supor a ocorrência de outro conflito? Se nada está em conflito com a aparição, ela não deveria valer como percepção? A apreensão direta simples não é aquilo que produz a aparição, de modo que a aparição em sentido primeiro e verdadeiro sempre implicaria o mesmo modo de apreensão?⁶² O que caracteriza uma aparição enquanto aparição de algo presente e a outra como aparição de algo ausente? Nós compreendemos que no ficto algo ausente pode aparecer e ser, por conseguinte, presentificado. O ficto caracteriza-se diferentemente de qualquer outra aparição presente: ele traz consigo a marca da nulidade, ele é representação de uma objetividade, mas o conflito a assinala como uma aparição não presente. Se o conflito estivesse ausente, como a aparição poderia representar algo outro que não o presente?

§27. *A aparição de fantasia: graus e níveis de adequação da representação ao seu objeto no caso da figuração física e na fantasia*

Examinemos então melhor a aparição de fantasia. Aqui temos de distinguir⁶³ primeiramente os diferentes graus e níveis de adequação da representação a seu objeto. No âmbito das imagens físicas também encontramos diferentes níveis de adequação na

⁶¹ De “se” até “imagem” posteriormente substituído por “e se realmente sua compreensão como intenções de imagem pode ser sustentada até o final”.(NE)

⁶² A última frase foi posteriormente modificada para: “a apreensão direta simples, aquilo que perfaz/produz a aparição, não é sempre a mesma? De modo que aparição no sentido primeiro e verdadeiro sempre significa o mesmo modo de vir à representação (Vorstelligwerdung)?”(NE)

⁶³ Introduzido posteriormente: “O mesmo objeto pode ser representado na fantasia de infinitas formas” (NE)

apresentação do tema através do objeto-imagem. Em primeiro lugar, no tocante à *extensão*, à quantidade de momentos figurativos, pode haver ora mais ora menos momentos da aparição da imagem implicados na figuração. A quantidade é maior na pintura ou na impressão a óleo do que na gravura ou na aguada oriental. Mas pode haver maior ou menor adequação ainda num outro sentido, a saber, quanto à *intensidade*, por assim dizer, da figuração, ou seja, quanto ao grau das semelhanças primitivas em questão. Um desenho que apenas sugere contornos pode fazê-lo em perfeita semelhança e, deste modo, garantir uma perfeita consciência de figuração interna em relação a este momento *específico*. Uma moldagem em gesso pode ser boa ou ruim, e isso falando não objetivamente, mas fenomenologicamente. Isto é, a forma plástica pode nos proporcionar uma imagem perfeita do objeto: vemos no gesso sem qualquer consciência de conflito ou distanciamento a forma plástica do objeto apresentado, como, por exemplo, no Moisés de Michelangelo. O contrário também pode se dar. Sentimos o distanciamento. Uma impressão colorida pode reproduzir perfeitamente a forma, mas não a coloração: esta é tomada aqui como portadora da figuração, mas a analogia é imperfeita para nossa consciência - a representação é perceptivelmente inadequada.

Essas diferenças graduais no caso da figuração física não alteram em nada o fato de que o ficto nos aparece com toda a força e plenitude da percepção. Mesmo que a impressão colorida, a gravura e o desenho sejam ruins eles trazem à aparição um objeto-imagem com a mesma força e plenitude de qualquer percepção verdadeira. Se abstrairmos dos caracteres de ato que os acompanham - em que são vividos a validade ou a não validade, a adequação ou não adequação, a significação representativa, etc., então não há mais diferença de princípio entre uma coisa pintada e uma coisa real. Ou melhor: entre aparição de coisa num caso e no outro.

Como fica então a situação da *fantasia* no tocante a esses aspectos? Certamente teremos na fantasia aparições no mesmo sentido ou ao menos num sentido muito aparentado em que as temos na percepção ou na figuração física. Os objetos (e freqüentemente os mesmos objetos) que estão diante de nós na percepção ou na afiguração também estão diante de nós na fantasia e podemos tomar *a priori* como evidente o fato de que todo objeto que pode aparecer em uma das formas pode aparecer em qualquer destas formas exibindo as mesmas diferenças de apresentação própria e imprópria, de lados aparentes e não aparentes, etc. Por outro lado, é certo que existem grandes diferenças. E sobretudo em relação ao ponto que acabamos de mencionar. Geralmente, o objeto que aparece na fantasia não aparece de modo que possamos afirmar, como afirmamos acerca dos

objetos-imagem físicos, abstraindo dos diferentes caracteres de ato, que eles em princípio não se diferenciam da aparição perceptiva. A coisa da fantasia não apenas não aparece no campo visual da percepção – ela aparece, por assim dizer, num mundo completamente diferente e separado do mundo do presente atual; além disso, normalmente há também uma diferença nesta própria coisa - a coisa da fantasia aparece como algo que tem uma forma, uma cor, etc., e, no entanto, não podemos esperar encontrar algo exatamente assim em meio aos objetos da percepção. Se apagarmos em pensamento o caráter de nulidade e de figuração no objeto-imagem da figuração física, obtemos um objeto perceptivo como qualquer outro. Mas se fizermos o mesmo com a coisa da fantasia, não obteremos isto. Não podemos encontrá-la em nenhuma percepção exatamente do mesmo modo como ela aparece na fantasia.

§28. *O caráter proteiforme da aparição de fantasia: a flutuação quanto à plenitude, força e vivacidade e a alteração correspondente na adequação da representação*

Contudo, eu disse há pouco com certo cuidado: *em geral* as coisas se dão assim. Que tipo de limitação impõe essa generalidade? Todos nós distinguimos as fantasias vivas, claras e fixas das fantasias pálidas, obscuras, muito fugazes e vagas. Ocasionalmente - e para a maioria das pessoas apenas muito excepcionalmente - as aparições da fantasia vêm à tona num modo que se aproxima daquele da aparição perceptiva, e que parece aproximar-se dele até o ponto da identidade fenomenológica. É difícil decidir se há ou se é possível haver de fato identidade. Já basta que se duvide seriamente de que haja em geral ainda uma diferença para certas classes de pessoas e casos; mas nestes casos-limite também é questionável se a alucinação ou uma apreensão de imagem física fundada sobre ela substituem a verdadeira apreensão de fantasia. Naturalmente, devemos excluir aqueles casos em que as alucinações adentram o campo perceptivo e lá se afirmam como verdadeiras aparições perceptivas. Neste caso já não se pode mais falar em fantasia.

Pertence à essência da fantasia ser consciência de algo *não presente*. Vivemos num presente; temos um campo de visão perceptivo. Mas além disso temos também aparições que representam algo não presente, algo completamente exterior a esse campo de visão.

Seja qual for a situação quanto à proximidade do limite de homogeneidade essencial com a aparição perceptiva (não queremos discutir isso em detalhe aqui), há muitos casos

em que as aparições de fantasia se apresentam como configurações robustas, e trazem à intuição objetos desenhados com precisão, plásticos e com saturação de cor. Em inúmeros ou na maior parte dos casos isso não ocorre. Os objetos da fantasia aparecem como *esquemas vazios*, com uma palidez transparente e cores insaturadas, com uma plástica imperfeita, com contornos vagos e flutuantes, preenchidas com um *je ne sais quoi*, ou preenchidas propriamente com um nada, com nada que pudesse ser reconhecido como a superfície delimitada e colorida de tal ou tal maneira do objeto que aparece. A aparição se transforma de modo proteiforme, algo como uma forma plástica ou cor aparece à maneira de um relâmpago e logo desaparece, e a cor, mesmo ao aparecer, tem algo de propriamente vazio, insaturado, sem força; e, semelhantemente, a forma tem algo de vago, obscurecido, de modo que não nos ocorreria inseri-la na esfera da percepção atual ou da figuração. Estas são distinções que descrevemos com expressões provenientes do campo perceptivo, mas que não podemos encontrar nesse campo – são distinções novas.⁶⁴ Cores insaturadas na percepção são cores que se aproximam do cinza. Mas o cinza pode ser algo tão claro, fixo e real como qualquer outra cor. O vermelho que aparece na fantasia não se aproxima simplesmente do cinza, embora ele possa prontamente fazê-lo; pois quando ele de fato vira cinza, esse cinza da fantasia exhibe então um vazio indizível, que contrasta com a plenitude do cinza percebido. Podemos encontrar algumas analogias no campo perceptivo: recordo aqui as aparições que temos no crepúsculo, sobretudo quando há névoa, e à meia luz; e as diferenças de plenitude que as aparições exibem conforme as variações na intensidade de luz. E, todavia, elas ainda aparecem de outra maneira.

Assim, ao passo que na figuração física as aparições primárias - dos objetos-imagem - possuem a plenitude e a força da percepção, no caso das imagens da fantasia - das aparições de fantasia primárias – abre-se uma esfera de diferenciações e nuances que dizem respeito à plenitude e à vivacidade da aparição; e essas diferenciações têm seu fundamento em diferenciações correspondentes nos conteúdos de apreensão, os fantasmas. É manifesto que essa variação na plenitude e vivacidade está ligada ao grau de adequação da representação de fantasia. Dito de um modo geral, é certo que as representações de fantasia partilham com as representações de imagem a diferença entre apresentação perfeita e imperfeita. Mas ainda ocorre uma variação gradual na

⁶⁴ Trata-se, mais exatamente, de duas distinções. 1) a distinção entre força e falta de força e entre vivacidade, plenitude e vazio e ausência de vivacidade (?). Essa primeira diferença diz respeito aos momentos primitivos da apresentação: os mesmos momentos podem ser mais fortes, menos fortes, etc. (NA)

adequação da representação de fantasia que não encontramos na figuração física. E *ao mesmo tempo* percebemos que aqui a imagem costuma ser uma imagem estável, que mantém para sempre seu grau de adequação. Aqui a imagem é algo que paira, oscila, se modifica; que ora ganha, ora perde sua plenitude e força, ou seja, algo que, em sua imanência, varia constantemente na escala da perfeição. Isso, contudo, já diz respeito a um segundo ponto.

§29. *Continuidade e descontinuidade na aparição perceptiva, na aparição figurativa física e na aparição de fantasia*

Uma segunda diferença ausente nas imagens comuns consiste justamente no *caráter descontínuo* (não apenas em relação ao momento da vivacidade) da sequência da aparição com base numa mesma intenção de representação, que se mantém idêntica - frente ao caráter contínuo no caso da aparição da imagem física, que lá se comporta exatamente como na percepção.

Numa palavra: o *caráter proteiforme* da fantasia.⁶⁵

Na unidade de uma percepção, as únicas alterações possíveis na base da aparição são aquelas que transformam algo em algo que lhe é homogêneo. A unidade da síntese do nexos perceptivo ou do nexos na base da apreensão exibe uma ordem estável. Nesta ordem cada membro tem seu lugar determinado.

O mesmo vale para a unidade da imagem representativa na representação de imagem física. Todas as modificações que surgem quando nosso olhar passeia pela imagem estão em nexos, nelas se constitui o respectivo “lado” do objeto. E quando a imagem se movimenta, como no estroboscópio ou no cinematógrafo, mantém-se a unidade do nexos presentativo e, correlativamente, do nexos representativo (ao qual corresponde a unidade do objeto⁶⁶ que nele se desenvolve).

É nisso que consiste a continuidade e a constância da aparição. Como quer que a aparição se modifique, justamente onde a base de apreensão é fluida, a modificação se move dentro dos limites prescritos pela unidade sintética do nexos *presentativo*. Em todas as variações aparece o mesmo objeto-imagem e por meio dele o mesmo objeto figurado é representado. Temos aqui, portanto, uma mesma relação representativa. Cada

⁶⁵ Husserl inseriu um papel datado de 2.10.1898 neste ponto do manuscrito do curso de 1904/1905. Ele contém o texto reproduzido a partir daqui até o fim do parágrafo 29. (NE)

⁶⁶ “Do objeto” substituído posteriormente por “do objeto-imagem e do tema da imagem”. (NE)

momento representativo conserva em toda variação sua função representativa; isto é, o momento pertence à unidade idêntica do objeto-imagem que se desdobra, na aparição cambiante, nesta ou naquela direção.

Opõe-se a isto *o caráter proteiforme da aparição de fantasia*. Este faz com que a *unidade* da imagem representativa não se mantenha na unidade da representação de fantasia. O objeto que faz o papel de imagem não permanece inalterado na unidade da representação figurativa - na unidade idêntica da intenção que se volta ao mesmo objeto inalterado: ao contrário, ele se altera incessantemente. E a fartura ou carência de momentos representativos se alteram com ele. A imagem é ora um representante fiel do objeto, ora representante menos fiel. Eis que de repente aparece um objeto que pode ter derivado do anterior, mas que já não é o mesmo; é outro, com momentos representativos menos ricos. Muitas vezes ocorre de a imagem representativa dada primeiramente se *alterar*, mas também podem surgir no interior de uma representação de fantasia diferentes objetos representativos que não valem como modificações uns dos outros. Um exemplo: represento-me Bismarck em uniforme curássico tal como ele é representado em uma de suas conhecidas imagens; e eis que emerge repentinamente outra imagem sua em traje civil, etc. A despeito disso, a unidade da consciência representante (*vorstellende*) pode persistir, de maneira que podemos falar numa única representação de fantasia com representação (*Repräsentation*) descontínua.

Se abstrairmos dessas discontinuidades, observaremos outras: a saber, a *intermitência* da imagem. Seu caráter fugidio, seu desaparecer e retornar. No tocante à variabilidade de cada uma delas, àquilo que não desaparece nem tampouco permanece inalterado, deve-se levar em consideração que a *modificação da imagem* constatada numa representação de fantasia não de todo curta não deve em absoluto ser confundida com as modificações da aparição que obedece à síntese do nexo de aparição. No último caso, o objeto que figura permanece inalterado, e no primeiro caso ele se altera. Quando um amigo querido aparece para mim inicialmente com a vivacidade e saturação de cor e então, preservada sua forma, as cores se dissipam transformando-se num cinza vazio, ou quando toda a aparição se desvanece de uma maneira tão parecida, mas ao mesmo tempo tão outra que as aparições perceptivas externas no início do crepúsculo e da escuridão – temos então modificações que anulam a identidade do objeto figurativo. Quando, ao contrário, a fantasia se mantém muito viva (supomos aqui uma vivacidade que não perde em nada para a vivacidade da percepção) e o amigo aparece na representação falando e se movimentando de várias maneiras, ou algo assim, trata-se

então de modificações que pertencem à unidade idêntica da objetividade representativa. Na representação de fantasia combinam-se ambas as modificações. E a unidade da consciência representativa não se afirma somente nas modificações da aparição que pertencem à identidade do objeto figurativo, mas também nas outras modificações da aparição em que o objeto se modifica de maneira proteiforme.

Capítulo VI

Recapitulação da opinião de que a representação de fantasia pode ser interpretada como representação figurativa⁶⁷

§30. Paralelismo entre imaginação comum e imaginação da fantasia

Podemos formular da seguinte maneira as questões que começamos a tratar na aula passada:

Qual é a relação da fantasia com a função imaginativa comum? A fantasia é de fato também uma imaginação? E se ela o for, como podemos tornar compreensível sua essência comparando-a à essência da imaginação comum esclarecida por nós?

Na imaginação física temos de diferenciar a aparição primária, que porta a figuração, desta última. Na primeira aparece o objeto-imagem e na última nos referimos ao tema. A apresentação do tema por meio da imagem pode se dar em diferentes graus de adequação possível, tanto no tocante ao seu alcance quanto em relação à acuidade interna dos momentos singulares da figuração. A diferença correspondente na fantasia é aquela entre a aparição primária, direta e sua relação consciente com o objeto fantasiado. Aqui também temos uma diferença entre aparição e coisa. E essa diferença aqui presente como também na imaginação comum não pode ser confundida com a diferença entre aparição e coisa na percepção: esta última diz respeito à representação da coisa por seus múltiplos lados; a primeira, ao contrário, diz respeito à sua representação por um único lado.

Além disso, o objeto fantasiado apresenta-se também aqui mediante a aparição primária com diferentes níveis de perfeição, tanto no que diz respeito ao seu alcance, quanto em vista do grau de semelhança dos momentos primitivos.

Nesta medida, portanto, existe uma correspondência entre a imaginação comum e a imaginação que ainda nos resta a estudar, a de fantasia; e este paralelismo deve existir, obviamente, se quisermos falar de imaginação no caso da fantasia.

§31. Diferenças fortes e fluidas entre imaginação comum e fantasia

⁶⁷ Esta aula não foi dada. (NA)

Descobrimos as seguintes diferenças entre os dois casos:

- 1) A aparição de fantasia não aparece dentro do campo de visão perceptivo e por isso não é um ficto perceptivo.
- 2) Em geral, a aparição de fantasia (sempre me refiro à aparição primária) não pode ser transposta para o interior do campo visual, não é admitida dentro dele, pois possui um caráter visivelmente distinto de qualquer aparição perceptiva (e portanto também de qualquer aparição comum do objeto-imagem).

Normalmente se notam:

- a) Diferenças internas *quanto aos conteúdos representantes* e, correlativamente, quanto aos momentos que pertencem à aparição primária do objeto. Trata-se das diferenças concernentes à força, à vivacidade e à plenitude.
- b) No caso da fantasia: a falta de estabilidade, a fugacidade e a variação contínua dos conteúdos representantes, não apenas em relação à plenitude, mas também em relação à sua qualidade, ao seu caráter específico como um todo.⁶⁸
- c) Com essa variação proteiforme dos conteúdos representantes alteram-se também *eo ipso* e em paralelo as aparições objetivas, e estas não somente se alteram, como o fazem normalmente de maneira abrupta. Frisamos especialmente o fato de que essa variação e essa mudança não transformam aparições umas nas outras de maneira que elas conservem seu nexos na síntese uniforme ideal pertencente a um único objeto. À síntese do nexos perceptivo, na qual se desdobra de maneira completa e multilateral a essência perceptiva do objeto, corresponde também a síntese de um nexos intuitivo possível na fantasia e na memória. Comumente, contudo, as aparições não se sucedem na fantasia nessa ordem. Num determinado momento o objeto se apresenta de frente, e de repente ele se apresenta por trás; ele ora se apresenta com a aparência que tinha em determinada época e de repente surge com a aparência de uma época completamente diferente – sendo que essas épocas são muito distantes. Ao examinarmos mais precisamente, notamos que isso vale para a apresentação do objeto fantasiado *por intermédio de* aparições primárias. A intenção se dirige de fato ao mesmo objeto, mas não conforme à ordem dos nexos intencionais pertencentes à síntese ordenada. Acrescenta-se a isso a variabilidade do material representante, das próprias aparições primárias e, por fim, da objetividade que nelas aparece primariamente. Na verdade, nessa variação proteiforme não se constitui continuamente um único objeto *primário*, no mesmo sentido em que

⁶⁸ E também a ausência de plenitude dos momentos representantes, plenitude no sentido de Bain. (NA)

temos um único objeto estável na figuração física. O objeto-imagem da *gravura em aço* não aparece ora cinza em toda sua extensão, ora vermelho em algumas partes, ora verde, etc. Ele não tem sua forma constantemente alterada; não aparece ora completamente, ora parcialmente.

Mas na fantasia as coisas são assim: ainda que se preserve a intenção objetiva o objeto da aparição primária sofre alteração. Temos, portanto, variações de dois tipos: 1) intenções que se modificam abruptamente ao se dirigirem a um mesmo objeto empírico e ausência de nexos na síntese; como essa variação abrupta não se dá por partes, 2) ocorre uma variação na aparição primária, e, desta maneira, há alteração e falta de nexos no objeto primário (no objeto-imagem).

Há evidentemente fortes diferenças entre, de um lado, o modo como as aparições de imagem se constituem e se dão na fantasia e como por meio delas se dá a relação ao objeto fantasiado e, de outro, a maneira como o paralelo sucede na imaginação comum. Por outro lado essas diferenças são *fluidas*. Há também fantasias claras e estáveis, e, em particular, memórias claras e estáveis. Estas mantêm a continuidade empírica da aparição e daquilo que aparece por grandes extensões e, no tocante aos conteúdos representantes, aproximam-se de tal modo da percepção em vista de sua força, frescor sensível ou plenitude, que se pode até duvidar, como se duvidou, de que ainda haveria em geral diferenças. Pensaremos aqui automaticamente nos casos em que as aparições possuem de fato tal feição que hesitamos entre uma apreensão perceptiva e uma apreensão de fantasia e perguntamos acerca da mesma aparição: isto foi realmente ouvido, visto, ou apenas fantasiado? Estes seriam apenas casos isolados, que exigiriam uma discussão particular. Em geral não temos essa dúvida, mesmo nos casos das fantasias mais vivas. Por que não? Por que, devemos questionar, as aparições primárias em todos os casos de memórias ou imaginações claras e fixas não têm para nós o valor de percepções? Elas não trazem consigo a consciência do ser, ou melhor, a consciência do ser presente. Ao contrário, do modo como estão lá, elas valem para nós como *não sendo*. Há uma razão para isso?

§32. *Relação de conflito entre o campo da fantasia (e da memória) e o campo perceptivo e o ficto da fantasia nos casos de fantasia clara*

Se uma aparição clara e estável da memória se inserisse no campo de visão perceptivo e entrasse em conflito com suas exigências empíricas, explicar-se-ia então a consciência

de nulidade. Pois então teríamos um ficto da mesma espécie daquele que encontramos em toda imagem comum. Mas aqui a aparição de fantasia *não* se insere no campo de visão da percepção, ela tem seu campo próprio, um campo completamente separado daquele da percepção. Se aceitássemos a opinião de que nesses casos os conteúdos representantes poderiam ser identificados àqueles da percepção, de que não haveria nenhuma diferença de princípio entre os fantasmas e as sensações normais, restaria ainda algo que pudesse distinguir a aparição de fantasia (primária) da aparição perceptiva? Algo percebido e algo fantasiado só podem constituir uma unidade de aparição desde que se sucedam um ao outro, na forma da sucessão.⁶⁹ E no geral a passagem de um a outro provoca uma descontinuidade. Com exceção do caso da memória fresca, onde a percepção se transforma continuamente em memória e uma continuidade conduz do campo perceptivo a uma série de campos da memória, a transição entre uma representação de fantasia realizada agora e uma representação perceptiva é um salto, uma enorme distância - *contrastando* com a percepção e numa espécie de *conflito* com ela a aparição de fantasia revela-se uma mera *ficção*. Há também aqui uma relação de conflito, mas de uma espécie completamente diferente daquele que se dá em meio ao campo de visão. Aqui todo o campo da fantasia conflita com todo o campo perceptivo, sem nenhuma permeação. Quando estamos completamente absorvidos na fantasia, não atentamos para os objetos perceptivos, mas estes continuam aparecendo, estão lá e exercem seu antagonismo em relação ao campo correspondente da fantasia. O antagonismo se dá entre os campos sensíveis correspondentes da fantasia e da percepção e entre partes correspondentes desses campos. Então também aqui, se eu não estiver enganado, uma espécie de conflito determina o *ficto* da fantasia. A imagem da fantasia se constitui como uma aparição que se afirma por um tempo sobre o campo de visão perceptivo; mas nessa oposição ela adquire a característica fenomenológica que surge assim que passamos à percepção e retornamos à imagem. A percepção sem conflito, que não é contestada nem pelo interior nem pelo exterior (mediante intenções da experiência), constitui a aparição do presente atual. Aquilo que conflita com ela não é presente. O objeto da fantasia não pode coexistir em unidade com o presente, e isso não constitui apenas uma impossibilidade objetiva: o objeto da fantasia é, fenomenologicamente, incompatível com o presente. Aquilo que aparece na fantasia não está, portanto, presente. Dito mais precisamente: o

⁶⁹ Mas e quando fantasio algo sobre a folha de papel branca? Tenho então, embora de modo fugaz, uma imagem “sobre” o papel. (NA)

objeto primário da fantasia é um *ficto*. Logo, nada nos impede de compreender o modo de representação pelo qual, por intermédio desse objeto, o objeto fantasiado⁷⁰ vem à consciência, como uma imaginação normal.

O ficto pode, da mesma maneira que a figuração por meio de imagem, representar algo semelhante a ele. Certamente teríamos também de considerar a possibilidade de que talvez ele não represente, mas seja tomado simplesmente como é, sem apresentar nada de exterior a si mesmo. Se supuséssemos em ambos os lados os mesmos conteúdos sensíveis e a mesma apreensão, não restaria nenhuma diferença interna. Poderia ainda haver, contudo, diferenças externas, determinadas pelo contexto fenomenológico, que possibilitassem e tornassem necessária a vinculação de diferentes caracterizações intencionais - assim como, se consideradas *per se*, não há diferença entre aparição de imagem física e aparição perceptiva e, no entanto, uma diferença vem à tona na caracterização por intermédio do conflito com o campo visual dado: o objeto-imagem se torna um ficto.⁷¹

Podemos encontrar então essa diferença? Segundo nossa constatação, ela não pode ser a mesma que distingue o objeto-imagem comum, dada a separação dos campos da percepção e da fantasia. Mas não haveria alguma diferença de outra espécie e que tivesse função semelhante?

Penso que sim. Observemos a relação entre os campos da fantasia e os campos da percepção. O campo de visão perceptivo é um entrelaçamento associativo de vários campos sensíveis separados. O campo visual é separado do campo tátil, e assim por diante. Por outro lado, eles não são, em sua coexistência, incompatíveis entre si, eles se entrelaçam continuamente na forma de objetividades perceptivas que aparecem de modo coeso. Quando atentamos exclusivamente para os momentos do campo visual, deixamos de atentar para o campo tátil, mas ele não desaparece. E podemos atentar ao mesmo tempo para ambos, como quando olhamos para a mão e atentamos ao mesmo tempo para a pressão que faz sobre seu apoio. Da mesma maneira: ouvimos e vemos concomitantemente e podemos vincular ambos os conteúdos sensíveis em uma apercepção em que ambos dão origem a uma unidade coexistente. A divisão dos diferentes campos corresponde aqui à divisão dos gêneros essenciais de conteúdos. Aquilo que é aparentado segundo o gênero e a espécie se funde numa unidade. A

⁷⁰ Objeto fantasiado traduz “phantasierte Objekt”.(NT)

⁷¹ Pressupõe-se aqui que o campo de visão se distinga já como campo do presente e mantenha essa distinção. (NA)

unidade da apercepção objetiva se sobrepõe a essas unidades de conteúdo e suas divisões. Ela toma os conteúdos dos diversos campos (sem retirá-los deles) e forma, a partir deles, as unidades da coexistência.

Será que ela também pode fazer isto com os campos da percepção e da imaginação?

É claro que o campo da fantasia não se relaciona com o campo perceptivo da mesma maneira que, por exemplo, o campo visual se relaciona com o campo auditivo ou como parte do campo visual já objetivado se relaciona com outra parte. Diz-se que a fantasia complementa a percepção de diversas maneiras, mas no sentido aqui em questão ela nunca pode fazê-lo. Nunca se pode olhar ao mesmo tempo para o campo perceptivo e para o campo da fantasia. Logo que atentamos para o objeto da percepção o campo da fantasia *desaparece*. Não se pode, por exemplo, aumentar o campo do presente atual acrescentando-lhe um novo componente que se integra a ele como o campo tátil de uma mão se integra ao resto do campo tátil. Aquilo que pertence à unidade do campo visual está lá *concomitantemente*, é presente, e *lá tudo* é concomitante. Aquilo que pertence à unidade do campo da memória ou do campo da fantasia de qualquer tipo também está lá ao mesmo tempo, mas não podemos falar em *concomitância* quando nos referimos ao campo perceptivo e ao campo da fantasia tomados juntos, se, *nota bene*, essa concomitância tiver também de ser dada intuitivamente.

§33. *Os casos das fantasias obscuras e a questão de saber se aqui podemos em geral fazer distinção entre objeto-imagem e tema da imagem. Referência às aparições análogas na esfera perceptiva: as imagens duplas e a concorrência dos campos visuais no caso do estrabismo*

Até agora tratamos das fantasias claras. Observemos os casos de obscuridade. O que faz com que uma consciência perceptiva não venha à tona aqui, qual é aqui o conflito com o presente atual que caracteriza o objeto da aparição imediata como algo que não é por si e com isso possibilita que este sirva como imagem de algo outro? Conclui-se já a partir de nossas descrições das aparições comuns de fantasia que, embora não haja em princípio diferença alguma quanto ao material de apreensão e ao caráter de apreensão em relação à percepção normal, ainda assim restariam diferenças em relação às aparições perceptivas normais e também às ficções normais da esfera perceptiva. Já mencionei que o ficto no interior do presente atual é algo tão estável e claramente delimitado quanto uma coisa real. Na fantasia, contudo, ele é algo vago, oscilante, tão

diferente em seu conteúdo e caráter geral da aparição perceptiva normal, que não poderia se dar no domínio desta última. Mas aqui surge uma dúvida: podemos em geral distinguir tema da imagem e objeto-imagem? Nessas aparições completamente vagas aparece inicialmente um objeto por meio do qual se toma então consciência de um tema? A referência às aparições análogas na esfera do campo visual pode nos ajudar aqui. Chamo a atenção para as imagens duplas e a concorrência dos campos de visão no caso do estrabismo. Aparições transparentes. Vagas, oscilantes. Elas são então tomadas como meras aparências e ao mesmo tempo como referências análogas e simbólicas a certas percepções. O objeto-imagem é aqui diferente de um objeto-imagem normal. Ele surge como uma aparência fantasmática com certa denotação de ser. Não temos aqui um objeto estável dotado de realidade palpável, por assim dizer; e todavia também não falta uma objetivação, que serve de base para uma figuração e simbolização.

Algo semelhante ocorre nas fantasias vagas. Também aqui duvidaremos, em primeiro lugar, se esses esquemas vazios podem valer como objetos, ou seja, se aqui podemos falar igualmente de objetos-imagem. Entretanto, se olharmos mais precisamente, veremos que algo sempre aparece, digamos, o contorno de um objeto ou pelo menos uma parte deste, apercebido de maneira semelhante à maneira em que um desenho é apercebido, ou melhor, como são apercebidos os contornos vagos e descontínuos de uma imagem dupla da percepção que não triunfa completamente no conflito. A interpretação vai além daquilo que é sentido e intuído. Ocorre uma certa objetivação, embora imperfeita, e sobre ela se funda então a apreensão do tema: a relação ao fantasiado, que aqui se faz intuir certamente de maneira muito pobre.

Observando precisamente, também encontraremos aqui os objetos duplos e, conseqüentemente, essencialmente as mesmas espécies de funções que temos na figuração comum.

A nulidade da imagem decorre aqui de diferentes razões. Temos em parte aquele conflito com o campo perceptivo, e também o conflito com a experiência (analogamente aos objetos-imagem, cuja análise ainda tem de ser concluída).

Capítulo VII

Tentativa de estabelecer uma diferença essencial entre representação figurativa e representação de fantasia

§34. *O nexa do campo visual da consciência perceptiva e seu fundamento nos nexos das sensações nos campos de sensação*

A percepção pode se transformar em ficção e em figuração física sem que a apreensão perceptiva em sua base tenha de se modificar essencialmente; por outro lado, a percepção pode com freqüência se transformar claramente numa imaginação fantasiosa. O ponto de partida natural aqui é a observação feita há pouco de que não há, na base da apreensão de fantasia, um ficto, ou, dito de um modo mais correto, de que não se constitui nessa apreensão um objeto-imagem primário no mesmo sentido em que este se constitui na apreensão da imagem física; ou seja, nela não se constitui um objeto-imagem que aparece no nexa do campo de visão perceptivo.

Essa observação nos conduz a análises necessárias. Estamos falando do nexa do campo de visão. Atenhamo-nos a um único momento temporal do campo visual, isto é (em sentido fenomenológico), ao campo visual em que as objetividades não estão aparecendo umas após as outras, mas ao mesmo tempo. As múltiplas percepções dessas objetividades ou suas aparições perceptivas correspondem a este campo. Estas são também simultâneas e não sucessivas. O campo visual compreende, segundo seu conceito, todas as aparições que coexistem na forma da simultaneidade; e estas constituem um único nexa, ou seja, nelas aparece um nexa objetivo. Essa coexistência diz respeito a uma seção transversal da consciência perceptiva. Na verdade, o nexa avança continuamente na sucessão: a objetividade percebida se estende no tempo, ou seja, na ordem da sucessão, e o faz de maneira contínua. Mas ela já forma, em cada seção transversal, um nexa coeso. Ela só o pode formar na sucessão, desde que já o forme em cada ponto da coexistência.

Esse nexa que impera entre as percepções e traz à aparição, enquanto unidade de uma apreensão, uma objetividade coesa, tem seu fundamento nos nexos essenciais dos conteúdos de apreensão, das sensações nos campos sensíveis. As sensações não estão isoladas no campo visual, mas formam continuamente um nexa coeso, fundem-se umas nas outras. O mesmo ocorre com os conteúdos táteis no campo tátil. E também nos

outros campos dos sentidos, embora a forma da espacialidade não seja o que produz seu vínculo. Mas é somente o nexu aperceptivo que apresenta a unidade entre os diferentes campos dos sentidos. No objeto que aparece aos sentidos e é ao mesmo tempo visto e tocado, os conteúdos visuais e táteis constituem uma unidade tangível, a unidade do co-pertencimento objetivo, da coincidência intencional de fatores que remetem uns aos outros.

A percepção simultânea possui a mesma extensão que o nexu coeso e intuitivo da objetividade fenomênica, da unidade do presente intuitivo e atual. (A palavra “presente”, como veremos ainda, emprega-se aqui segundo a acepção mais estrita ou mais lata do conceito de simultaneidade.)

A aparência sensível também pertence a essa esfera. Aquilo que é apreendido como objeto, e, mais especificamente, por intermédio da apreensão de uma seção do campo sensível, também tem o seu lugar no nexu. A não-coisa também aparece, ela apenas conflita com certas exigências objetivas do restante da percepção. Mas isso não altera nada no fato de que ela aparece perceptivamente em seu meio. Enquanto objeto da percepção, ela tem seu lugar espacial entre aqueles objetos dos sentidos. Tudo o que aparece perceptivamente aparece espacialmente⁷². Mas naturalmente esse espaço não deve ser pensado como espaço infinito: enquanto espaço perceptivo, ele tem o mesmo alcance da objetividade perceptiva.

§35. *A relação dos fantasmas e das aparições de fantasia com os nexos do campo perceptivo*

Qual é então a relação dos fantasmas e das aparições de fantasia com esses nexos? Por que os fantasmas se separam das sensações e as aparições de fantasia das aparições perceptivas, entre as quais também estão as ficções perceptivas? Os fantasmas também são conteúdos sensíveis e pertencem aos mesmos gêneros e espécies que aqueles que se encontram na sensação. Sensação de som e fantasma de som, sensação de cor e fantasma de cor são da mesma espécie, no que diz respeito ao seu conteúdo; um não

⁷² Perceptivamente traduz “perzeptiv”. A palavra *Perzeption* designa algo diferente da palavra *Wahrnehmung*, as quais traduzimos por percepção. *Wahrnehmung* é a percepção acompanhada do momento da crença; *wahrnehmen* significa “tomar por verdadeiro”. Já a palavra “perzeptiv” se refere ao modo de aparição “em carne e osso”, que não inclui necessariamente o momento da crença. O ficto é, neste sentido, perceptivo. Cf. Hua XXXVIII, p. 81 e 82. Aqui Husserl afirma: “Na percepção o objeto vale para nós como sendo. Este momento no perceber pode mudar, sem que o objeto deixe de aparecer de maneira perceptiva (perzeptiv)(...). O objeto aparece de repente como um nada(...). (NT)”

remete ao outro indiretamente, tal como o signo arbitrário àquilo por ele designado. Além disso, não há dúvida de que possamos vivenciar ao mesmo tempo sensações e fantasmas, como quando, por exemplo, lemos as notas e as acompanhamos com fantasmas de som, ou como quando fantasiamos uma melodia e acompanhamos nossas percepções visuais. Qual é a relação entre ambos os conteúdos sensíveis? A apercepção perceptiva escolhe alguns dentre os conteúdos sensíveis simultâneos, embora estes não apresentem de antemão qualquer marca distintiva? Afirmamos que as sensações possuem uma unidade sensível nos campos sensíveis, uma unidade fenomenológica. Essa unidade poderia quem sabe se estender e abarcar sem exceção todos os conteúdos sensíveis do mesmo gênero? Experienciamos, digamos assim, todos os conteúdos visuais como uma unidade, e a percepção faz um corte nesta unidade? Esses conteúdos compõem um único campo visual, de que uma parte é apreendida como percepção e outra como fantasia? Naturalmente, a resposta é não. Os fantasmas do assim chamado sentido da visão também aparecem no campo visual, mas, de um modo geral, não formam uma unidade com o campo de visão perceptivo. E isso é o mesmo que dizer que falta a unidade essencial, que um jamais – e por essência – se insere no outro. Agora mesmo me vem à mente o Roons⁷³ – tenho uma aparição de fantasia do Roons, tal como ele havia se mostrado perceptivamente de minha janela. A essa aparição de fantasia pertence uma extensão coesa de conteúdos visuais, um campo sensível de fantasia. Mas esses conteúdos sensíveis prescindem fenomenologicamente de qualquer nexo com meu campo sensível perceptivo atual. E isso tem a ver com o fato de que o nexo das aparições e dos objetos fenomenais que se fundam sobre a base de sensações e fantasmas não é coeso. A objetividade que aparece na fantasia é uma, e a que aparece na percepção é outra, ambas podem estar ligadas por vínculos intencionais, mas não por aqueles vínculos de co-pertencimento intencional mútuo, que constituem uma unidade da intuição, uma objetividade intuitiva coesa: da maneira em que fantasia e percepção constituem cada uma por si e separadamente tal unidade.

§36. *Discussão aprofundada da questão da coexistência ou conflito entre o campo perceptivo e o campo da fantasia com base no exemplo de campos sensíveis isolados*

⁷³ O Roons é uma colina em Göttingen, onde há um restaurante. (NE)

E o que dizer agora de ambos esses campos⁷⁴? Sua coexistência é compatível tal como a dos diferentes campos perceptivos – o visual e o tátil, por exemplo? Temos então ao mesmo tempo diferentes campos visuais, iguais em sua essência, dado que contêm conteúdos sensíveis do mesmo gênero e sensações de estatuto da mesma espécie, que só se distinguem pelo fato de que sobre uns se funda a chamada apreensão perceptiva e sobre os outros uma apreensão de nuance diferente, a chamada apreensão de fantasia? Por que não seria possível então que sobre ambos se fundasse de uma só vez a apreensão imaginativa ou a apreensão perceptiva?

Notamos aqui novas diferenças. O campo visual e o campo tátil ou auditivo da percepção coexistem; os grupos de sensação estão separados, mas podem ser vistos em conjunto e se fundem em unidades aperceptivas intuitivas. Aparecem objetos que podem manter unidas as sensações, apenas indicadas, dos respectivos campos. Algo diferente ocorre quando tomamos o campo visual da percepção e o campo visual da fantasia. Eles não podem ser vistos em conjunto. Quando olhamos para um, o outro é, por assim dizer, suprimido, e vice-versa. Dá-se algo semelhante à concorrência entre os campos de visão, e por razões parecidas. Se olhamos para o campo visual perceptivo, se atentamos para seus conteúdos sensíveis ou para os objetos da percepção, não intuimos o Roons. Mas se, num piscar de olhos, essa intuição vier à tona como uma intuição efetiva, e não como uma mera intenção vazia, o campo visual perceptivo ficará como que desabitado por um momento, do mesmo modo que com a ruptura de uma parte do campo visual direito, na concorrência estereoscópica dos campos de visão, a parte correspondente do campo visual esquerdo desaparece e vice-versa. Mas sua diferença é também evidente. Na concorrência há pouco mencionada surge sempre um campo de visão perceptivo coeso e eventualmente um campo em que as partes de ambos os campos em conflito se impõem. Este não é o caso aqui, embora às vezes tenhamos a impressão de que a imagem da fantasia se insira do campo visual da percepção. A imagem que se insere nunca se dá como aparição perceptiva, como parte do campo perceptivo. Refiro-me aqui tão somente à aparição, sem levar em conta outras apreensões. Esse conflito também se dá nos campos táteis da fantasia e da percepção, e de ambos os lados ele concerne às partes correspondentes dos campos. Já o campo auditivo da fantasia e o campo tátil da percepção não entram em conflito, e o mesmo

⁷⁴ Campos sensíveis da sensação e da fantasia. Enquanto os campos sensíveis da sensação são constantemente preenchidos e se modificam segundo leis no curso da vida da consciência, o mesmo não ocorre nos campos sensíveis da fantasia. Eles vêm e vão, e os diferentes campos da fantasia pertencentes ao mesmo sentido não formam uma unidade contínua no fluxo do tempo. (NA)

ocorre em geral com os campos de sentidos diferentes. O conflito parece também não se dar no campo auditivo. Ele diz respeito apenas à *localidade*, que é o fundamento da ordem espacial fenomenal objetiva (objektiv-fenomenal Raumordnung). Os campos visuais da percepção e da imaginação ocupam as mesmas posições nesta ordem (haben dieselben Ordnungswerte), os mesmos lugares no fenômeno (dieselben phänomenologischen Ortsanordnungen). Contudo, duas intuições, cujos valores de lugar se repetem, não podem ser trazidas à unidade de uma intuição.

Naturalmente, não há em sentido verdadeiro um fantasiar que se insira na percepção, como se ali pudesse surgir de fato uma mistura. Quando fantasio o giz branco como sendo vermelho, tenho momentaneamente uma fantasia triunfante “giz vermelho”, que imediatamente reveza com a percepção “giz branco”: ambas são trazidas à síntese do conflito. A síntese conduz as partes correspondentes dos campos à unidade sintética, à unidade da concordância ou ao conflito; mas essa unidade dada na consciência intelectual transitória não é a unidade da aparição, a unidade da intuição perceptiva ou da intuição imaginativa.

§37. Se a percepção não deve ter uma prioridade original, visto que as sensações são elas mesmas fundadoras da realidade presente. Dificuldade em relação aos fantasmas irrealis enquanto conteúdos sensíveis presentes. Tentativa de resposta: apreensão imaginativa dos fantasmas constitui imediatamente uma consciência de presentificação; possibilidade de integração ulterior da aparição de fantasia e dos fantasmas fundantes no presente

Eis que surge então uma nova questão. Os campos espaciais correspondentes da percepção e da fantasia se alternam, eles excluem a possibilidade da unidade em uma aparição; ora tenho em meu campo de visão “esta casinha”, ora tenho nele “Hainberg e Roons”. Mas por que um é a percepção da casinha e outro uma representação de fantasia do Roons? Em que as diferentes apreensões podem se apoiar? Por que não varia também a apreensão, ou por que não se toma ora isto ora aquilo como sendo o presente atual? Damos conta de resolver a questão apenas com características secundárias? Suponhamos que já discernimos uma percepção. E agora ela é rompida por uma fantasia. Na passagem de uma a outra vivemos uma descontinuidade objetiva. Mas por que é a continuidade que vale e não a descontinuidade? Por que aquilo que rompe é

tomado como fantasia? Por que essa não vale como algo não presente que poderia eventualmente se unir à percepção atual mediante um nexo perceptivo possível?

Em todo caso, a percepção não deve ter uma prioridade original que possibilita a remissão a ela de toda objetividade? De fato parece haver já nos conteúdos sensíveis de ambos os lados uma diferença fenomenológica. Só as sensações possuem realidade verdadeira – isto é, a realidade do presente – e são fundadoras da realidade autêntica⁷⁵ em nexos intencionais. Comparados a elas, os fantasmas são como nulidades. Eles são irreais, não valem por si, mas apenas como representantes de algo outro, que, se estivesse dado, seria justamente sensação.

Aqui, contudo, surge uma grande dificuldade. A evidência da *cogitatio* me ensina que as fantasias, tanto quanto os fantasmas, são vividos reais. Os fantasmas são na verdade algo presente, conteúdos sensíveis presentes, e, enquanto partes de realidades, em si mesmos reais⁷⁶.

Poderíamos responder assim: às sensações pertence essencialmente a apreensão perceptiva. Elas são primeiramente apreendidas como presentes elas mesmas; sobre elas se fundam apreensões empíricas ampliadoras ou modificadoras, que constituem o percebido transcendente. Aos *fantasmas*, contudo, pertencem as apreensões imaginativas. Essas apreensões imaginativas não se fundam em apreensões diretas de espécie perceptiva⁷⁷, as quais estipulam o conteúdo sensível como algo presente e então o tomam como imagem de algo outro; ao contrário, dada sua semelhança relativamente distante com estas, elas fundam de maneira imediata uma consciência imanente de presentificação, uma consciência modificada que enxerga no vivido o visado, sem que o vivido sensível valha primeiro por si, ou seja, como presente. Posteriormente podemos abstrair então deste caráter da imaginação (Imagination) e estipular a simultaneidade da aparição concreta de fantasia, apreendendo-a como simultânea a um dado da percepção. Ou seja, podemos apreender uma aparição visual como um agora, como simultânea a um grito que ouvimos e então separar mediante análise, no encadeamento da aparição de fantasia, o fantasma que está, enquanto parte do todo, presente. Somente o processo mediato produz aqui sua inserção no presente, o qual, por sua vez, já é um presente objetivado por mediações e não um presente sentido de forma imediata.

⁷⁵ “Realidade autêntica” traduz “echte Realität”. (NT)

⁷⁶ “Reais” traduz “real”. (NT)

⁷⁷ “De espécie perceptiva” traduz “perzeptiver Art” (NT)

Se nos ativésemos, contudo, ao dado imediato, então todo fantasma sofreria *eo ipso* uma apreensão imaginativa e, numa formação posterior, uma apreensão imaginativa transcendente.

§38. *Caracterização da diferença entre apreensão de fantasia e apreensão perceptivo-imaginativa pela ausência da consciência de algo presente, que teria de funcionar primeiramente como suporte para a consciência figurativa.*

Com isso também compreenderíamos a diferença entre apreensão de fantasia e apreensão perceptivo-imaginativa. Nesta, quero dizer, na apreensão de imagem comum, algo que aparece no modo perceptivo, ou seja, algo fenomenalmente presente (que pode também ser caracterizado como objeto ilusório) serve como representante de algo outro. No entanto, quando nos exercitamos na consciência de imaginação imanente, vemos no interior daquilo que aparece o não presente, mas aquele aparece como algo presente, perceptivamente.

Na fantasia não temos nada “presente”, e, neste sentido, nenhum objeto-imagem. Na *fantasia clara* vivenciamos fantasmas e apreensões objetivantes que não constituem algo que está lá de modo presente – o qual, por sua vez, viria a funcionar como suporte de uma consciência figurativa. Na própria aparição já não há relação alguma ao presente. Dá-se imediatamente a intuição do visado naquilo que aparece. Subsequentemente podemos realizar a apreensão: agora aparece para mim isto aí, tenho agora esta aparição da prefeitura, etc., e por intermédio dela me refiro à prefeitura mesma. Contudo, no vivido simples de fantasia não se dá o apreender de uma “aparição presente da prefeitura”, de um objeto-imagem que se apresenta no presente.

Já as fantasias *obscuras* parecem exigir certa mediação. Pois nós podemos dizer que a aparição oscilante, obscura, remete a uma aparição clara possível, que lhe concederia uma consciência enriquecida do objeto, uma espécie de preenchimento. Um preenchimento efetivo só seria dado de fato pela percepção correspondente. Não obstante, no próprio vivido tomado em si mesmo, sem levar em conta as objetivações realizadas posteriormente pela reflexão, efetua-se a *intenção* imaginativa: sobre a base dos fantasmas, ela visa o semelhante naquilo que se lhe assemelha, e onde ela não encontra qualquer similaridade, trata-se de uma parte *vazia* da intenção. Também está dada aqui a possibilidade de considerar o fenômeno, tal como ele se apresenta, a fenomenalização de um objeto-imagem que aparece no presente e é muito diferente do

tema. Mas não há consciência do presente em absoluto, nem tampouco, por conseguinte, mediação. Os momentos figurativos dão suporte à imaginação; os restantes não são determinados e não valem como determinados; eles são, ao contrário, “indeterminações”. E estas nem sempre conflitam com a intenção e, consequentemente, não trazem à tona nenhuma consciência contrastante de objeto-imagem. Se, caso contrário, se efetua de fato uma consciência de objeto-imagem, este não aparece como presente, mas já ele próprio como imagem. O objeto-imagem imaginativo funciona aqui da mesma forma que um objeto-imagem perceptivo na percepção.

§39. *Consequência da interpretação ensaiada: ausência de consciência imaginativa direta na esfera da percepção e estabelecimento de uma diferença fenomenológica original entre sensação e fantasma. Alusão ao caráter de crença e classificação das representações de fantasia em meras representações e memórias.*

A consequência da interpretação que acabamos de apresentar é a de que não haveria na esfera da percepção uma consciência imaginativa *direta*, do tipo que descrevemos no caso da fantasia. Quando se efetua em geral uma consciência imaginativa com base em sensações, isso ocorre em virtude da mediação de apreensões perceptivas, que constituem uma presença, um objeto-imagem dado no presente. Se perguntarmos quais as razões para isso, a resposta será: a sensação não cede à exigência de valer como mera imagem. Ela é o selo da realidade, ela é a medida de toda a realidade, ela é o presente primário, atual. Mas enquanto faz aparecer o presente, ela pode desviar a consciência para algo análogo e permitir que se possa ver aqui simultaneamente algo outro, não presente. O *fantasma*, por outro lado, o conteúdo sensível da fantasia, se dá como não presente, não cede à exigência de ser tomado como presente, ele traz consigo desde o princípio o caráter de irrealidade, ele tem primariamente a função de valer por algo outro. É somente a reflexão indireta que lhe garante a aquisição de um presente.

Chegaríamos então ao estabelecimento de uma diferença fenomenológica entre sensações e fantasmas (impressão e idéia), sobre os quais se fundariam originalmente percepção, de um lado, e originalmente representação de fantasia, de outro. À sensação pertenceria essencialmente a percepção, e todas as formações de percepções transcendentais teriam em comum o fato de pressuporem o núcleo da sensação como aquilo que possibilita a percepção. A percepção dá, assim, o presente atual, o presente primário, intuído. Aquilo que é intuído em sentido estrito está relacionado à percepção

adequada. A percepção não contestada é crença, a saber, crença intuitiva originária, a qual constitui fenomenalmente o presente efetivo enquanto tal. O presente contestado, ou seja, o conflito entre uma aparição presente e uma outra aparição presente não contestada resulta na ilusão intuitiva, na não-coisa que supostamente aparece para nós como presente.

Que a crença não é a marca distintiva da percepção, eu mal preciso afirmar. As representações de fantasia dividem-se em meras representações e memórias. As últimas distinguem-se igualmente pela crença.

Na memória uma objetividade aparece intuitivamente, mas dela nada está dado em sentido primário. A objetividade aparece de perfil, da mesma maneira que apareceria apenas de perfil na percepção. Mas ao passo que aqui o perfil que aparece é o presente atual da coisa, no caso da memória ele é apenas o rememorado atualmente, o rememorado em sentido primário. O resto do objeto é, em ambos os casos, apreendido de maneira suplementar.

Capítulo VIII

Resultados e preâmbulo da análise da consciência do tempo

§40. *Determinação da diferença essencial entre a imaginação (Imagination) no sentido autêntico (imaginação perceptiva) e imaginação enquanto fantasia*⁷⁸

Podemos recapitular o resultado de nossas últimas investigações da seguinte maneira: Existe uma diferença essencial entre imaginação em sentido próprio (p. ex. figuração física) e imaginação no sentido da fantasia simples.

1) Imaginação em sentido próprio, ou representação por meio de uma *imagem*, consiste em que um objeto que aparece valha como cópia de outro objeto, igual ou semelhante a ele. No caso de uma imagem física, o objeto que aparece se constitui numa percepção. Um objeto que aparece como presente funciona como imagem representante de um objeto não presente, ou melhor, de outro objeto que não se apresenta nesse ato. As apreensões se permeiam aqui de múltiplas maneiras, assim como no caso da função signitiva ou da função simbólica: o símbolo aparece por si, mas é suporte de uma relação a algo outro, nele designado. O mesmo ocorre na função de imagem autêntica, em que a “imagem” se constitui numa apreensão objetiva própria e é suporte da relação ao figurado. Entretanto, diferenças importantes foram constatadas entre a função de simbolização e aquela que representa em imagem. A primeira representa exteriormente, a segunda interiormente - vendo a coisa na imagem⁷⁹. Em toda representação de imagem distinguimos os suportes da consciência de figuração dos momentos que não participam desta consciência. Em qualquer circunstância, os conteúdos-suporte para uma figuração *material* devem ostentar uma forma *plástica*, mas não as determinidades qualitativas. Na consciência pura de figuração, o tema é intuído na imagem em vista deste núcleo-suporte e identifica-se completamente com ele. Mas a consciência da coincidência também pode ser impura, ou seja, a distância entre a intenção do tema e a aparição do objeto-imagem pode ser considerável, inclusive no que diz respeito aos momentos figurativos – estes são fenômenos de passagem à consciência de imagem com função *simbólica*. A imagem aponta então *para fora de si*, aponta para algo que se dela destaca, que ela faz lembrar por sua semelhança e que figura ao representar por

⁷⁸ 7/02/1905. Resumo. (NA)

⁷⁹ “Vendo a coisa na imagem” traduz “ins Bild die Sache hineinschauend”. (NT)

semelhança. Essa função de figuração externa também é inerente à imagem “fiel”, desde que a atenção se volte para aqueles momentos do objeto-imagem que apresentam um déficit em relação à representação, a saber, aqueles que não representam. Sempre há esses momentos: a imagem não é ela mesma o original. Já tratamos o suficiente da imaginação em sentido próprio, sobretudo na forma de imaginação física. 2) *Imaginação enquanto fantasia*. Ela se distingue radicalmente da função de imagem autêntica, independentemente de nela prevalecer a consciência de imagem imanente ou transcendente, visto que lhe falta um *objeto-imagem* que se constitua propriamente, um objeto-imagem que apareça como presente. Aqui não ocorre o mesmo que na figuração física. O tema não é intuído num objeto-imagem que aparece como presente e que se porta como membro do conjunto de objetividades do campo visual. Nem tampouco ele é figurado exteriormente ou simbolizado segundo semelhança remota por um objeto desses. Na representação de fantasia temos de fato a aparição de um objeto, mas não a aparição de algo presente, através da qual viesse à tona a aparição de algo não presente. Veremos a seguir que as representações de fantasia simples carecem de um objeto-imagem em qualquer outro sentido.

§41. *Diferenciação da representação simples de fantasia da representação mediada por figuração; a representação simples de fantasia como pressuposto para a verdadeira função imaginativa na fantasia.*

Para fins de clareza, temos de distinguir agora dois casos: 1) a *representação simples de fantasia*, 2) a *representação mediada por figuração*. No último caso, a representação remete de forma mediata ao objeto – ou seja, por meio de uma representação de imagem – de modo que se constitui uma consciência de imagem, como ocorre de maneira análoga no caso da função de imagem física. Na representação de fantasia simples isso não se dá. Na representação figurativa, duas funções de representação estão fundadas uma sobre a outra e mantêm uma com a outra uma relação figurativa, sendo que a representação fundante é uma representação de fantasia. Ela constitui um objeto ao modo peculiar da fantasia, que por sua vez é investido de função imaginativa. Isso ocorre, por exemplo, quando um geólogo cria para si uma representação intuitiva de

uma espécie animal pré-histórica com base em marcas características sugeridas por fósseis.⁸⁰

E assim é em geral, quando uma imagem da fantasia serve de mera imagem para algo que não é tomado como intuído ele mesmo na imagem. Aqui pode prevalecer, conforme o caso, a intuição imanente⁸¹ ou a simbolização e analogização. A diferença entre essa função de imagem verdadeira e própria na *fantasia* em oposição à mesma função no caso da *figuração da percepção* é clara: o objeto-imagem aparece neste caso de maneira presente, e no caso da fantasia ele aparece em fantasia, ou seja, de maneira não presente. Por outro lado, a consciência verdadeira de figuração se destaca como um traço comum. Além disso, é claro que a função imaginativa na fantasia pressupõe uma representação de fantasia, que por sua vez não é imaginativa, ao menos não no mesmo sentido. Somos advertidos das representações de fantasia simples; assim como a figuração perceptiva se funda na percepção, a figuração de fantasia se funda na fantasia, que não é ela mesma figuração.

§42. *Delimitação do conceito de representação de fantasia simples enquanto efetuação de uma consciência de presentificação pura; consciência imanente de imagem enquanto consciência de fantasia. Fixação terminológica das oposições percepção – fantasia ou apresentação – presentificação.*

Como podem ser compreendidas as representações simples de fantasia? Quando nossa fantasia se entretém com anjos e demônios, anões e ninfas, ou quando nossa memória nos transporta ao passado que passa diante de nosso espírito em configurações intuitivas, as objetividades que aparecem não têm o valor de objetos-imagem, de meros representantes, análogos ou imagens de outra coisa: enquanto nas imagens autênticas é possível e ocorre um intuir para além, uma remissão a algo outro, aqui, se olharmos bem, isto não têm sentido algum. A palavra “imaginação”, o discurso acerca de imagens da fantasia, etc., não deve nos confundir aqui na mesma medida que o discurso acerca de “imagens” no caso da percepção. Esses discursos têm sua origem na reflexão que opõe as aparições da fantasia às possíveis percepções da mesma objetividade, e estas às “coisas em si” - que não podem ser dadas na percepção.

⁸⁰ Aqui está envolvida uma crença, uma conjectura. Portanto, a representação não é uma “mera” representação.(NA)

⁸¹ Intuição imanente traduz “Hineinschauen”, que significa “ver em”. O tema é visto na imagem, ou seja, não temos uma simbolização ou significação, em que o olhar é desviado do objeto intuído.(NT)

A aparição de fantasia simples, que não tem edificado sobre si o peso de figuração alguma, refere-se ao objeto de maneira *simples*, tal como a percepção. Mas aqui temos de separar novamente as fantasias claras, perfeitamente adequadas, das fantasias obscuras e até mesmo completamente ofuscadas. Observemos as *fantasias claras*, por exemplo, as memórias claras, e coloquemos à prova o que acabamos de dizer sem nos preocuparmos com as fantasias obscuras. Pode-se dizer das fantasias claras que nelas se dá uma consciência pura de presentificação com base nos fantasmas e na apreensão que os objetiva. Quando os fantasmas são objetivados, *não se constitui* primeiro um objeto-imagem que paira diante de nós e aparece de modo presente, mas aquilo que aparece é imediatamente o não presente. A intenção objetiva, voltada para o objeto fantasiado, tem seu preenchimento nos fantasmas vividos, da mesma maneira que a intenção objetiva da percepção tem seu preenchimento nas sensações. Isso não impede em absoluto que a fantasia de certa maneira se relacione essencialmente com a percepção, a saber, que ela se fortaleça ou seja preenchida de maneira mais rica e profunda ao se identificar com uma percepção correspondente, e que surja a consciência: “o fantasiado é a mera presentificação daquilo que é dado em si mesmo e efetivamente aqui na percepção, e, em certo sentido, a fantasia nos dá uma mera imagem da objetividade perceptiva, ou seja, da objetividade mesma”. Mas a representação de fantasia não contém em si mesma nenhuma intenção múltipla, a *presentificação é um modo último de representação intuitiva*, tal como a representação perceptiva, a apresentação.

O que por vezes nos atrapalhou e enganou foi o parentesco interno evidente entre a consciência de imagem imanente, voltada ao interior, e a consciência de fantasia. De fato, a consciência é de ambos os lados essencialmente a mesma; isto é, teremos de afirmar com toda razão que essa consciência de imagem imanente é consciência de *fantasia*, ou seja, não se diferencia em nada de uma consciência de fantasia correspondente tomada em si mesma. Mas aqui ela está entrelaçada com uma consciência presentativa. Os mesmos conteúdos sensíveis, as mesmas sensações são apreendidas como objeto-imagem e fazem o papel de fantasmas (ao menos uma parte deles), dando suporte a uma consciência de fantasia. Sobre a percepção se funda uma consciência de fantasia, mas isso só é possível em virtude dos conflitos mencionados, os quais suspendem a função presentante das sensações. Se não houver conflito, a sensação será sempre objetivada como presente e, desta maneira, excluirá evidentemente o “não presente” da fantasia. Embora se possa falar em certo sentido de figuração na fantasia, e apesar de a fantasia consistir no momento mais essencial da figuração comum, como

reconhecemos há pouco, parece-nos mais adequado falar em “figuração”, em “apreensão figurativa”, apenas nos casos em que de fato aparece uma imagem, que por sua vez funciona como representante de algo figurado. Na fantasia simples, portanto, onde isso não se dá (por maior que seja a tentação de supor aqui o mesmo estado de coisas), é melhor usar outro termo. É necessário ir até a raiz profunda dos fatos a fim de se reconhecer que, em determinado sentido, podemos afirmar com evidência que na consciência presente o não presente é representado - que os fantasmas e as apreensões presentes representam aquilo que é intencionado de fato, mas não está presente - e que essas expressões tão aparentadas ou idênticas possuem aqui um significado fenomenológico completamente diferente. Se tivermos clareza disso, careceremos de outra terminologia. Ou usamos a palavra “*fantasia*” ela mesma, ou a palavra “presentificação”. Assim, a percepção se contrapõe à fantasia, a apresentação à presentificação (ou representação). Onde houver a possibilidade de confundi-la com a representação figurativa ou com a representação signitativa, empregaremos os termos mais precisos “presentificação própria”, “simples” - em contraposição a “representação figurativa”, “simbólica”, “signitativa”, “imprópria”.

§43. *A situação das fantasias obscuras: a representação de fantasia simples é sempre pressuposta. Panorama conclusivo dos modos de representação depreendidos das análises*

Até o presente momento nos ocupamos somente das “fantasias claras”. Tenho de confessar que as fantasias *obscuras* sempre provocaram em mim grande inquietação. Aqui a “imagem” não apenas oscilante e fugaz, mas também deveras inadequada em seu conteúdo, diverge consideravelmente do objeto fantasiado. No entanto, finalmente cheguei à conclusão de que apreender esses fenômenos como figurações próprias de nada nos ajudaria. *Ainda que* as fantasias obscuras se constituam sobre a base de uma figuração, o objeto-imagem primário já é um objeto da fantasia. E assim a função de fantasia pura e simples já está de qualquer modo pressuposta. Desta maneira, nossa análise não pode em princípio alcançar nada de novo. Trata-se de uma mera questão de fato.

Eu gostaria de crer, com base em repetidas observações dos fenômenos (que aliás não são nada estáveis), que a representação normalmente não é mediata (o que, por razões genéticas, também seria difícil de compreender). Quando a fantasia exhibe minimamente

uma clareza relativa e parcial, a intenção voltada ao objeto encontra uma base de sustentação, um preenchimento nos traços representantes (que correspondem aos traços figurativos da consciência de imagem mediata); os outros traços não têm valor, são um nada. A diferença entre o objeto visado na intenção e aquilo que está dado no fantasma e sofre objetivação não produz uma consciência de conflito ou uma diferenciação entre ambos os objetos. No caso do objeto-imagem *físico*, a *sensação* se impõe de um modo geral. Na medida em que se tem a sensação, também se tem uma objetivação fechada, e, portanto, um objeto-imagem de constituição estável e concreta. Mas aqui, apesar da diferença, na maioria das vezes não se constitui o objeto-imagem. É certo que também não temos nesse caso uma intuição própria do objeto. Não se trata nem de uma intenção meramente vazia, nem de uma intuição plena, mas de um prelúdio de intuição - uma sombra de intuição em vez dela mesma. No caso das fantasias muito obscuras, a presentificação é reduzida a um resíduo insignificante, e se este desaparece por completo, como na intermitência dos fantasmas, resta ainda a intenção *vazia* voltada ao objeto; com o ressurgimento dos resíduos, a intenção recobra forças e é preenchida conforme a estes ou aqueles momentos. Entretanto, ela só se vem a ser uma intuição de fato quando está dada uma imagem rica em conteúdo. As lacunas, as colorações evanescentes, etc., que desaparecem na poeira luminosa do campo de visão da fantasia, tudo isso só é objetivado se quisermos - se quisermos interpretá-lo em analogia a uma objetividade real. Senão, esses conteúdos permanecem simplesmente sem interpretação objetiva, e por isso não conflitam nem originam uma objetivação dupla. Tal objetivação vem à tona imediatamente quando emerge na fantasia uma imagem clara e estável, parcialmente coincidente com a intenção de fantasia, mas divergente dela em alguns pontos. Por vezes a memória pode agir de maneira a modificar a intenção, provocando o conflito. Por exemplo: uma imagem clara da memória preenche intuitivamente uma intenção voltada ao amigo X. A imagem traz inicialmente uma barba preta, e a intenção, modificando-se no fluxo da memória, exige uma barba castanha. Neste caso a imagem normalmente não permanecerá, mas se modificará intuitivamente de maneira correspondente.

A partir de nossas análises, vieram à luz os seguintes modos primários de representação: 1) dois modos simples de representação própria, a percepção e a representação; 2) um modo simples de representação imprópria: as intenções vazias; 3) os modos fundados de representação, fundados sobre as intenções intuitivas simples ou sobre intenções vazias. As diferentes formas primárias de fundação ainda teriam que ser estudadas aqui. Já

distinguímos: as representações figurativas, as simbolizações por semelhança e as simbolizações por mera significação (sem relação de analogia). Analisando mais precisamente, temos as figurativas, em que percepção e fantasia ou fantasia e fantasia se entrelaçam e fundam uma intenção de figuração.

§44. *Isolamento de um novo conceito de aparição em vista dos caracteres de consciência “apresentação” e “presentificação”, compreendidos como aquilo que diferencia a percepção da fantasia. Referência à passagem às análises da consciência do tempo para uma distinção mais precisa das diferenças entre consciência perceptiva e fantasia.*

Já podemos nos dar por satisfeitos com a clareza de nossos resultados até aqui. Agora nos cabe apenas dar prosseguimento, o que logo nos conduzirá à esfera da discriminação mais precisa das múltiplas diferenças entre consciência perceptiva e fantasia, e isso quer dizer, sobretudo, às formas da consciência do tempo.

Em primeiro lugar acordemos no seguinte: quando presentificamos na fantasia um objeto, um acontecimento ou uma objetividade seja ela qual for, esta se apresenta numa aparição determinada – que corresponde exatamente a uma aparição determinada de uma percepção possível. A síntese do nexos perceptivo possível corresponde exatamente à síntese de um nexos de fantasia possível no que diz respeito à unidade do mesmo objeto. O mesmo objeto se exhibe do mesmo lado, com as mesmas determinidades fenomenais, as mesmas cores, gradações de luminosidade, perfis em perspectiva, etc., numa palavra, com “a mesma aparição” - de modo presentativo e representativo. Essa mesma aparição significa, naturalmente, algo idêntico nos *vivididos*; da mesma maneira, algo idêntico corresponde à consciência intencional que em ambos os casos se dirige ao mesmo *objeto*. Mas o idêntico não é o mesmo num e noutro caso.. A relação ao objeto diz respeito ao sentido da apreensão. No entanto, o que foi aqui considerado idêntico sob o título de aparição não concerne ao mero sentido da apreensão. Ele seria o mesmo, se não tivéssemos de ambos os lados elementos da síntese objetiva exatamente correspondentes um ao outro. A aparição, tal como a concebemos agora, não corresponde exatamente ao que havíamos denominado conteúdo perceptivo puro (em

relação à percepção) em cursos anteriores e também nas *Investigações Lógicas*⁸²; nem tampouco àquilo que num outro sentido chamamos de aparição. O *novo conceito de aparição* surge com a identidade aqui constatada entre representação perceptiva e representação de fantasia. Aparição não é representação perceptiva, ou seja, percepção sob a abstração do momento da *crença*, ela também não é a representação perceptiva pura restante após a abstração dos componentes simbólicos (e eventualmente dos componentes imaginativos inerentes). Pois se trata de algo que aparece tanto na representação de fantasia quanto na representação perceptiva e que em ambos os lados é idêntica ou pode ser idêntica. Aqui está claro aquilo de que podemos e devemos abstrair, a saber: daquilo que, de um lado, caracteriza a aparição como apresentação, e, de outro, como presentificação.

Parece-nos, portanto, que devemos conceber a constituição das representações próprias simples da seguinte maneira: os conteúdos sensíveis que sofrem apreensão o fazem segundo um sentido de apreensão que lhes confere relação ao objeto em questão. Isso ocorre, contudo, de maneira que existam múltiplas possibilidades para o mesmo sentido de apreensão. O sentido da apreensão é uma abstração que se particulariza na forma de uma aparição. O objeto é intuído na aparição não apenas como o objeto determinado de tal ou tal maneira, mas ele só pode ser determinado desta ou daquela maneira, pois este ou aquele lado do objeto vem à aparição, ou melhor, pois o objeto aparece por este ou aquele lado. Aparição significa aqui a particularização determinada do sentido de apreensão em unidade com os conteúdos de apreensão. A aparição ainda traz consigo certo caráter de consciência que é ele próprio o responsável pela distinção entre percepção e fantasia: a aparição é ou aparição presentante ou aparição presentificante, isto é, ela possui outro caráter que a distingue como uma e como outra.

Também podemos dizer: as coisas se apresentam aqui de tal modo que uma objetivação é realizada nos atos intuitivos simples, os quais a princípio não contêm nada da caracterização como presente ou não-presente (fantasiado, passado, futuro, etc.), e que esta, antes, se lhes acresce posteriormente. É certo que essa primeira objetivação não é algo que possa existir por si, pois é evidente que aquilo que aparece é, fenomenalmente, ou presente ou não presente.

⁸² Cf. “Sexta Investigação”, “§23. As relações de equilíbrio entre o conteúdo intuitivo e o conteúdo signitivo de um mesmo ato. Intuição pura e significação pura. Conteúdo de percepção e conteúdo de imagem, percepção pura e imaginação pura. As gradações de plenitude.” (1. Edição, 1901). (NE)

A relação entre apresentação e presentificação e a questão de saber se elas são caracteres que se equiparam – duas “meras colorações”, por assim dizer, diferindo somente em espécie, ainda nos apresentam de fato sérias dificuldades, como veremos. Mas de toda forma, nossas diferenciações já dão conta de uma primeira aproximação e conferem à verdade uma primeira expressão, que devemos provisoriamente aceitar. A resolução das dificuldades aqui indicadas constituirá uma parte fundamental da análise da consciência do tempo.

Capítulo IX

A questão da diferença fenomenológica entre sensação e fantasma e a questão da relação entre percepção e fantasia

§45. *Referência à posição de Brentano: não há diferenças essenciais entre os conteúdos de apreensão: sensação e fantasma*

Antes de prosseguir devo ainda acrescentar algo que concerne à esfera dos problemas tratados até aqui. Restou uma lacuna em nossas apresentações: ainda não adentramos a fundo a questão da diferença fenomenológica entre sensação e fantasma. As investigações empreendidas por diferentes pesquisadores sempre trataram a questão de maneira a confundi-la com a questão da relação entre percepção e fantasia. No entanto, por mais que haja uma relação intrínseca entre uma e outra, uma separação clara é a condição para o tratamento eficaz desses problemas. Brentano nos apresenta uma discussão bem detalhada da primeira questão em seus cursos – a mais detalhada que conheço. E esta termina por recusar que haja diferenças essenciais entre sensações e fantasmas. Trata-se, de ambos os lados, de conteúdos sensíveis iguais em essência, não separados por abismos, não distintos por algum momento de gênero fundamentalmente diferente. Todas as diferenças que aparecem aqui são antes sempre mediatas. São principalmente diferenças de intensidade: os fantasmas são conteúdos sensíveis de intensidade extraordinariamente menor em comparação às sensações normais. Além da intensidade, são consideradas ainda outras diferenças relativas, especialmente a fugacidade, a variabilidade arbitrária, etc. Essas diferenças em seu encadeamento, no modo de sua conexão, fornecem a base empírica adequada para o atrelamento das diferentes apreensões e impedem-nos de alternar arbitrariamente entre apreensão perceptiva e de fantasia. No que diz respeito à diferença na própria apreensão, ela consiste, segundo Brentano, no fato de que as percepções são representações próprias e as representações de fantasia são impróprias, e isso quer dizer para ele representações indiretas, mediadas por relações ou conceitos. Brentano não levou a cabo uma fenomenologia mais aprofundada de ambas as apreensões, embora a simples concepção de que o modo de apreensão é diferente em ambos os lados já constitua um grande avanço. (Estranhamente ele recusa aqui qualquer diferença no modo de representar). Brentano encontra as principais razões para sua tomada de posição no fato de que a

vivacidade dos fantasmas pode aumentar até estes se transformarem em sensações e ilusões perceptivas. E, vice-versa, que as sensações podem se tornar tão fracas que ficamos em dúvida se ainda sentimos ou se apenas fantasiamos: quando, por exemplo, tarde da noite ouvimos atentamente as badaladas do relógio da torre e, iludidos pela expectativa antecipatória, acreditamos ouvir e ao mesmo tempo não sabemos se ouvimos, etc. O tique-taque do relógio de bolso.

No tocante ao método se poderá dizer em todo caso, que enquanto for possível encontrar uma solução sem que seja necessário o estabelecimento de uma diferença essencial entre sensação e fantasma, devemos ficar distantes dela; pois não é possível realizar uma comparação direta de ambas, embora elas estejam a todo o momento diante de nossos olhos. Em virtude da fugacidade e da variabilidade dos fantasmas e também da dificuldade de se abstrair das apercepções, que dão significado a eles e às sensações, não se chega a resultado concreto algum. Ao menos isto nunca foi possível de fato e não há *a fortiori* consenso entre os observadores.

§46. *Encetando a diferença entre sensações e fantasmas nos modos de apreensão. Discussão de uma insuficiência dessa teoria em Brentano e outros: a interpretação da vivacidade humana como intensidade.*

Dispomos agora de fato de um meio de diferenciação nos modos de apercepção, nos caracteres fenomenológicos por nós estudados, que se fundam sobre os conteúdos sensíveis. A diferença própria estaria nos modos de apreensão, e não nos conteúdos de apreensão. Dependendo das circunstâncias, o mesmo conteúdo poderia ser chamado ora de sensação, ora de fantasma. Assim, razões empírico-psicológicas seriam responsáveis pelo fato de que, em cada ocasião, um modo determinado de apreensão se realiza e seu oposto é impossível. Na melhor das hipóteses poderíamos admitir que os conteúdos sensíveis se dividem em dois grandes grupos: um relativamente muito vivaz, muito intenso, o outro claramente distinto deste no tocante à intensidade, um absolutamente insubmisso ao nosso arbítrio, o outro submisso a ele, etc. Conteúdos não faltam para transmitir a intensidade, a fugacidade, etc., mas na maioria dos casos momentos entrelaçados a eles cooperam para que um determinado modo de apreensão seja estabelecido, de sorte que só resta um pequeno número de casos em que são possíveis flutuações ou dúvida quanto à apreensão.

Eu mesmo preferi tomar essa posição, e as investigações sistemáticas da fenomenologia das intuições não me fizeram titubear. Recentemente passei a hesitar, mas talvez somente porque a forma como essa interpretação é conduzida apresenta dificuldades e porque, de qualquer modo, a teoria como um todo ainda não foi pensada suficientemente. Não me agrada em Brentano e em outros modernos a interpretação da *vivacity* humana, da vivacidade, como *intensidade*. É verdade que sensações muito suaves e fracas comumente fazem as vezes de sensações marcadas e intensas. Uma determinada melodia pode ser representada figurativamente como uma melodia forte, enquanto possui na verdade sons muito fracos em seu fundamento. Isso não obstrui a consciência da identidade, visto que o tecido das relações de tonalidade e intensidade que se fundem umas nas outras - a unidade da melodia - é de fato idêntica. O que me parece questionável é se também o *fantasiar* de uma melodia pode ser compreendido segundo esse esquema, sobretudo quando temos de lidar ao mesmo tempo com fantasias claras e vivas. Não posso aceitar o ponto de vista brentano com a mesma certeza de antes. De todo modo, não pretendo conceder ao pensamento que opera indiretamente com por substituição o mesmo papel que Brentano se vê obrigado a lhe conceder. E em alguns domínios sensíveis, no domínio da cor, por exemplo, teríamos que elaborar teorias específicas da intensidade. Pois o que significa intensidade no domínio da cor? Luminosidade certamente não. Teríamos de definir aqui a força e a vivacidade propriamente oscilantes dos fantasmas como intensidade.

(E o que significa intensidade no domínio do paladar? Um sabor picante é provavelmente muito intenso enquanto a ardência perdura. Se eu, sob certas circunstâncias, não represento a ardência como uma ardência intensa de maneira completamente intuitiva e exata, esta é então substituída por um análogo distante que nada teria de ardência? Mesmo nos momentos fugazes em que conseguimos ter uma representação viva?)

E isso vale *a fortiori* para as *representações de fantasia de fenômenos psíquicos*. Da mesma maneira que podemos ora perceber, ora fantasiar coisas físicas, podemos também ora perceber internamente e vivenciar efetivamente estados psíquicos, intenções, juízos, flutuações de dúvida, questões, volições, etc., ora meramente fantasiá-los. Em que consiste essa diferença? Também aqui temos de distinguir entre conteúdos de apreensão e atos de apreensão, e a mesma aparição interna deve se apresentar ora como presente, ora como não presente, imaginada, passada, etc. É evidente que a diferença geral é a mesma de ambos os lados. Um juízo efetivamente pronunciado dá a

impressão de ser mais vivo que um juízo meramente imaginado (*eingebildet*), um prazer efetivamente sentido mais intenso que um prazer meramente representado, etc. Em alguns desses fenômenos não se pode falar em intensidade no mesmo sentido que falamos em intensidade no caso das sensações. Por exemplo, no juízo. O que é um juízo mais intenso? Quiçá uma convicção mais viva? Neste caso, um juízo fantasiado seria uma convicção pouco viva. Mas quando represento um juízo do qual discordo absolutamente, estou minimamente convencido dele? Gradações de convicção não têm a ver, pelo visto, com a diferença entre vivido atual e fantasia pura. Brentano sabe disto tão bem quanto eu.⁸³ Por outro lado, não posso me dar por satisfeito com a opinião de que meras inadequações no representar devam ser a solução: podemos representar um juízo de modo perfeitamente intuitivo e não julgar ao mesmo tempo, como quando, por exemplo, o consideramos falso. Coloca-se também a questão: não é possível representar um querer de maneira intuitiva, ou seja, no mesmo sentido em que representamos intuitivamente um azul ou vermelho, ao passo que um querer atual não está absolutamente em questão?⁸⁴ Ou imaginar uma dúvida sem que duvidemos em absoluto, etc.? No caso dos conteúdos sensíveis, os problemas fundamentais não exigem tanto uma decisão como aqui no caso dos atos - dos conteúdos intencionais. No caso dos conteúdos sensíveis já não podemos nos dar por satisfeitos com a intensidade quando estão em jogo diferentes domínios da sensação. Talvez outra diferença análoga à intensidade venha a ser considerada, na medida em que tivermos de sustentar que os fantasmas se transformam gradativamente em sensações. Pode-se denominar essa diferença também intensidade, mas então haveria – a despeito de toda analogia – diferentes espécies ou dimensões da intensidade.

§47. *A dificuldade de compreender como é possível a diferença entre a fantasia de um ato psíquico e a efetuação atual deste ato. O momento da crença e o caráter impróprio do representar*

⁸³ Cf. Brentano, *Grundzüge der Ästhetik*, p.77. Brentano afirma acerca da diferença de intensidade entre os conteúdos da fantasia e da percepção: “neste caso um som forte representado não seria um “Forte”, mas um “Pianissimo”. Uma posição duvidosa!”(NT)

⁸⁴ Para Brentano, a fantasia de objetos externos, a memória, a expectativa e as representações da empatia consistem num representar impróprio, em que estão dadas “representações substitutas” (*Surrogatvorstellungen*): “estas contêm o fenômeno em questão, embora em conexão conceitual com outros momentos, ou o elemento próprio (intuitivo) não está presente em absoluto.” Cf. Idem, *ibidem*, p.82.(NT)

A razão para a incessante busca de diferenças abissais entre sensações e fantasmas reside no sentimento de que é necessário estabelecer uma diferença radical entre percepção e fantasia, para o que se aconselha em primeiro lugar que se estabeleça uma diferença radical entre os conteúdos de apreensão. E deste modo se espera desviar de algum jeito das enormes dificuldades no caso dos fenômenos intencionais. Na verdade, não é possível desviar dessas dificuldades mediante a prescrição de quaisquer diferenças nos conteúdos de apreensão. Para essas dificuldades é indiferente se estabelecemos diferenças de grau ou se as separamos por abismos.

Perguntar-se-á: mas de que tipo de dificuldades se trata aqui? Quando fantasio uma cor, tomemos uma fantasia clara, encontramos uma identidade de gênero na comparação do fantasma de cor com a cor vivida. De ambos os lados há cor. Que outras diferenças pode haver – o semelhante é representado pelo semelhante, algo é representado por algo do mesmo gênero.

Agora consideremos os atos psíquicos. Eu represento um juízo, uma vontade. Se eu posso fazê-lo intuitivamente, tenho então um fantasma de juízo, um fantasma de vontade, que correspondem à sensação de juízo, à sensação de vontade (i.e., ao julgar e querer realizados no modo atual) – de todo modo, algo é representado por algo do mesmo gênero. No fantasma, na imaginação de um juízo, eu encontro, portanto, o aspecto qualitativo que caracteriza um juízo como juízo, bem como todo o conteúdo real vivido. Julgamos de fato, quando representamos um juízo? Queremos de fato quando apenas imaginamos um querer? Julgar não é o mesmo que ter na consciência um vivido psíquico de tal ou tal gênero, construído com estas ou aquelas determinidades compreendidas precisamente pelo conceito de juízo? E não temos isso? Isto não se encontra realmente presente⁸⁵ no nexos da consciência de fantasia?

A grande dificuldade é, portanto, compreender como é *possível* a diferença entre a fantasia de um juízo e a realização atual de um juízo – uma diferença tão palpável e evidente, que ninguém jamais poderia duvidar de sua existência.

Esta evidência se manifesta para nós com clareza absoluta: realizar um juízo, querer atualmente, desejar realmente, estar realmente furioso é diferente de representar uma fúria, um desejo, um querer, um julgar. E esses últimos vividos não são complexos que conteriam em si os primeiros. Representar um juízo não é julgar e algo mais. Representar um querer não é querer e algo mais. Mas como isso é possível se a

⁸⁵ Realmente presente traduz “reel da”.(NT)

representação é por assim dizer uma *imagem* que representa todo o conteúdo do estado anterior, concordando com ela em todas as determinidades internas, do mesmo modo que a cor na fantasia também é cor.

É claro que diferenças de grau ou diferenças abissais não podem ajudar em nada aqui. Quando presentificamos na fantasia um erro há tempos corrigido, não erramos sequer num grau mínimo. Se disserem que não se trata do tamanho do erro, mas de uma escala fenomenológica que se refere a um análogo da intensidade, de nuances de força ou vivacidade, naturalmente rebateremos: se um juízo é mais ou menos vivo, mais ou menos pleno, se ele for um juízo, nós cremos, e assim *erraríamos* de fato sempre que representássemos um erro na fantasia. Na verdade, somente erramos quando nos lembramos do erro anterior e não apenas nos lembramos, mas ainda cremos no estado de coisas em questão, e não quando, tendo sido mais bem instruídos, ainda realizamos a presentificação e a rememoração, mas não a crença. Neste exemplo a diferença aparece com especial clareza. Se, ao presentificar de maneira intuitiva uma crença, a rememoração de uma crença passada contivesse esta mesma crença, se o fantasma da crença – dado que pertence à mesma espécie que a sensação de crença – pudesse ser equiparado a uma crença atual, então a diferença evidenciada não teria sentido: entre a rememoração de uma crença acompanhada de crença atual e uma simples rememoração da crença, desacompanhada de crença atual.

A dificuldade atual também não é eliminada se admitimos uma diferença abissal entre os conteúdos de apreensão da percepção e da fantasia. Isso só indicaria que algum momento do vivido, de um lado, *se transforma* num momento completamente diferente do outro lado, ou que aquilo que existe de um lado falta do outro, ao passo que deve existir um parentesco de conteúdo, o qual nos permite falar em imagem de fantasia. O juízo, com todas suas partes constituintes essenciais, sobretudo com seu momento de *crença* e sua relação ao estado de coisas em questão, deve ressurgir na imagem da fantasia, caso contrário a imagem não será imagem desse juízo. Nesse caso, há apenas uma distinção em relação à percepção e à fantasia de objetos externos: se nestas o conteúdo de apreensão e o objeto apreendido são diferentes, na percepção e fantasia de *atos*, eles coincidem. Eu simplesmente olho para um juízo pronunciado, percebendo-o internamente; na fantasia, ele paira diante de mim e eu o tomo também como uma simples presentificação, sem qualquer interpretação transcendente. A sensação e o objeto percebido são aqui uma coisa só, trata-se do *juízo atual*; já o fantasma e o objeto fantasiado são diferentes, embora coincidam em todo o essencial. Quando um juízo

para diante de mim numa presentificação clara, o momento da crença não é figurado ali por um momento da crença? De que outra maneira ele poderia ser figurado? Se quiséssemos lançar mão do *caráter impróprio* do representar para explicar este momento, desviaríamos da dificuldade. Mas então a presentificação não seria clara e de fato intuitiva, teríamos de negar que um juízo pudesse ser presentificado perfeita e completamente,⁸⁶ no mesmo sentido que uma coisa, a cor de uma coisa, um som, uma melodia podem ser presentificados com todos os momentos de seu gênero, com exceção apenas de diferenças graduais que dizem respeito ao mesmo gênero.

Por esta razão não se pode negar, naturalmente, que os caracteres impróprios têm grande importância aqui. Eles já o têm na percepção. Posso perceber a fúria sem estar minimamente furioso, por exemplo, a fúria de outra pessoa. Vejo a fúria em seu rosto, em suas falas e ações. Esta visão da pessoa em fúria, bem como a de uma pessoa feliz ou melancólica, etc., é, enquanto tal, uma visão imprópria, do mesmo tipo que a visão de outras determinidades não aparentes da pessoa em questão. A palavra aparição, tomada em sentido estrito, refere-se aos momentos da aparição física que são vistos propriamente. Todos os momentos psíquicos - tudo o que diz respeito à personalidade enquanto tal - são introduzidos na maioria dos casos indiretamente por intenções vazias amalgamadas na unidade da percepção. No entanto, não afirmaremos que os atos só podem ser presentificados por intenções vazias, ou que deles *não* pode haver uma intuição própria na forma de uma presentificação adequada.

§48. *Resolução da dificuldade: fundamentação da diferença entre apreensão perceptiva e de fantasia mediante o acréscimo da caracterização da consciência como “presente” ou “presentificada”*

De acordo com nossas análises, só nos resta a seguinte saída – provavelmente a única pensável - para contornar essas dificuldades: a diferença entre apreensão perceptiva e apreensão de fantasia não consiste e não pode consistir numa diferença entre dois gêneros ou classes de conteúdos. Pois tudo aquilo que é da ordem de um gênero – incluindo todas as diferenças possíveis em seu interior - pode ser encontrado tanto no modo da percepção quanto no modo da fantasia. São diferenças da consciência. A diferença não está, contudo, na objetivação comum a ambos os lados, em que se efetua a

⁸⁶ E do mesmo modo um desejar, duvidar, etc.(NA)

“aparição” do objeto, mas naquela *caracterização* que constitui a diferença entre presente e presentificado. Agora podemos conceber duas possibilidades: a diferença no caráter de apreensão não tem relação essencial com os conteúdos *em si*; isso implicaria que exatamente o mesmo conteúdo de vivido poderia sofrer, *em princípio*, uma ou outra apreensão e que a apreensão em questão não seria determinada por traços fenomenológicos, mas apenas por razões psicológicas. Com isso, não se afirmaria a possibilidade de arbitrariedade na mudança da apreensão.

Ou, como segunda possibilidade: na essência fenomenológica de um vivido já está prescrita sua apreensão, caracterizada, por um lado, como apreensão de algo presente ou como presentante de um presente, e, por outro lado, sua apreensão caracterizada como apreensão de algo não presente ou como presentante de um não presente.

Sob a pressuposição do primeiro caso teríamos de dizer: o juízo atual, que percebemos interiormente, e o mesmo juízo, que rememoramos ou meramente imaginamos distinguem-se pela caracterização. Haverá em geral ainda outras diferenças, mas não é necessário que estas existam, e no caso-limite de uma presentificação efetivamente plena e clara não há tais diferenças, ao menos diferenças *relevantes*. Não obstante, não dizemos que julgamos de fato no caso da fantasia. A simples presença de um vivido com tais ou tais determinidades, que atribuímos à essência própria do juízo, ainda não configura aquilo que chamamos de julgar atual. Se presumimos falar de algo presente, de uma presença atual, a objetividade em questão - no caso, o conteúdo psíquico na consciência do presente - terá de ser vivida e não, por assim dizer, figurada na consciência de fantasia. Uma consciência confere ao conteúdo o crédito da atualidade, a outra rouba-lhe esse crédito e confere-lhe o caráter do não *atual*, do meramente presentificado. Visto que isso vale para conteúdos e aparições de qualquer espécie, não costumamos frisá-lo expressamente. Não atribuímos essas caracterizações à essência conceitual de um objeto. Assim, essa caracterização também não pertence à essência conceitual de um juízo, visto que atribuímos a essa essência conceitual tudo aquilo que *é próprio* em geral a uma objetividade da espécie juízo. A objetividade constitui-se nessa aparição independentemente da caracterização. Percepção e fantasia clara têm em comum *esta* característica essencial. Mas é importante notar aqui que nem todo vivido que contém em si todos os momentos dessa característica essencial configura um juízo. Pois, juízo quer dizer simplesmente *juízo atual*, juízo efetuado, presente na respectiva consciência. Por conseguinte, o caráter modificador “não presente” não pode estar lá e desacreditar sua atualidade, conferindo concretude àqueles momentos essenciais. Isso

significaria, portanto, que além da essência conceitual também participa da concreção plena de uma consciência doadora da realidade sua caracterização como produtora do ser presente real. Ou deve estar lá a caracterização modificadora do não presente, e o que aparece é então irreal.

§49. *Novas dificuldades em relação aos atos presentes atuais e a questão do ser percebido interno e da modificação da presentificação de fantasia descredificante*

É assim que a coisa parece primeiramente se apresentar. Mas logo deparamos com uma terrível dificuldade. A caracterização como presente não é ela mesma um momento da consciência e aquilo que ela produz de concreto não é também algo presente? Teríamos aqui, portanto, uma caracterização de segundo grau e com isto um regresso infinito?

Assemelha-se a esta a seguinte dificuldade: fizemos uma contraposição entre juízo atual e fantasiar o juízo. Do mesmo modo, contrapomos a percepção atual à representação de fantasia desta percepção, etc. Mas tratamos, em vez disso, da diferença entre a *percepção* do juízo e o fantasiar do juízo; assim, ao que parece, tomamos de forma tácita os atos psíquicos presentes atualmente como percebidos internamente. A percepção tem para nós o valor de uma consciência, à qual o “presente” pertence por essência. Mas as percepções são elas mesmas atos, e atos presentes. Elas só seriam presentes em virtude de um perceber de segundo grau? E assim *in infinitum*. Encontramo-nos aqui num beco sem saída.

As dificuldades desapareceriam se decidíssemos dizer: o presente, enquanto presente primário e dado atualmente, se constitui intuitivamente no perceber. Mas a possibilidade ideal da apreensão perceptiva vai muito além da apreensão perceptiva efetiva, ela tem o mesmo alcance da consciência. Todo vivido concreto é *eo ipso* presente, ou seja, ele pode, idealmente falando, ser percebido. Mas todo vivido concreto, idealmente falando, pode também sofrer uma modificação⁸⁷ num apreender que o toma como

⁸⁷ *Todo vivido?* E somente razões empírico-psicológicas podem excluir esta possibilidade ou determinar qual vivido?! Não. Os vividos plenos e reais *nunca* podem ser apreendidos de maneira modificada, a representação real, o juízo real, etc., não apenas não são modificados, como também não podem ser modificados, a não ser na forma da figuração perceptiva. Portanto, *deve* haver uma diferença originária. Assim, posso apenas dizer: de acordo com uma possibilidade ideal, a cada vivido concreto corresponde uma modificação; ele é “em essência” o mesmo, mas possui o “caráter” de presentificação (a). Não temos apenas o “conteúdo” A e em acréscimo o “caráter de presentificação” como um novo vivido, mas “presentificação de A” correspondente à apresentação de A no tocante à “essência” A. O vivido presentificação de A possui ele mesmo o caráter de uma apresentação da presentificação de A.

presentificação. Deste modo, ele é, por assim dizer, desacreditado: ele não vale mais por si como presente, e sim como presentificação de algo outro. A presentificação é, portanto, ela mesma algo presente; se tivesse que valer como meramente representado, o vivido em que um conteúdo passa a ter o caráter modificador da presentificação teria, por sua vez, que portar um caráter de modificação relacionado a si mesmo.

Ao julgarmos, uma consciência de juízo refere-se a um estado de coisas. Desta consciência judicativa não temos uma percepção interna em virtude de uma ação a ela relacionada. Mas podemos vir a ter uma tal percepção, e isto ocorre excepcionalmente na “reflexão”. Julgamos de fato quando nada se dá além daquela simples consciência de crença. Julgamos ainda, quando olhamos perceptivamente para esta consciência: a percepção não modifica, ao contrário, nela se constitui intuitivamente a “presença” atual. Mas quando nos movemos na fantasia, quando tomamos uma consciência judicativa como representante de uma consciência judicativa igual, quando, em vez de simplesmente realizar o juízo ou simplesmente voltar o olhar para ele, representamos com ele algo outro no modo da simples consciência de fantasia, este juízo não é mais um juízo atual, mas representante de um juízo.

Por outro lado, o fantasiar de um juízo que efetuamos agora é, por sua vez, algo presente; trata-se, mais precisamente, de algo presente que contém uma consciência judicativa como fantasma; este fantasma enquanto tal, enquanto representante, é ele mesmo algo presente, porém combinado com o caráter de descrédito. Ele é presente em conjunção com esta consciência.

O mesmo valeria, naturalmente, para todas as fantasias e para todas as relações entre sensação e fantasma. Qual é a diferença entre o vermelho sentido e o vermelho da fantasia? Um vermelho sentido pode ser um vermelho simplesmente vivido, um vermelho ao mesmo tempo vivido e percebido, ou, por fim, um vermelho que aparece como conteúdo presentante numa percepção externa, por exemplo, na percepção de uma casa vermelha. Pois em todas estas complexos o vermelho permanece, por assim dizer, intacto.. Entretanto, quando o vermelho sofre uma caracterização de fantasia, quando com ele se constitui a consciência de um vermelho presentificado, ele não vale mais por si mesmo, ele está agora modificado, desacreditado. Então a consciência de

(a) Mas isto pode significar algo diferente do que: na reflexão o vivido é apenas apreensível como fantasia, como presentificação de algo? (NA)

presentificação da fantasia está pressuposta aqui!⁸⁸ Se um vermelho representasse outro em figuração própria, ou seja, em figuração perceptiva, ele não seria desacreditado, visto que também faria parte de uma apreensão perceptiva que manteria seu crédito.

Do ponto de vista genético, tal descrédito é extraordinariamente significativo. Uma vontade da fantasia desacreditada não desencadeia ações, um juízo da fantasia não desencadeia volições, etc. Algumas destas distinções implicam nexos de essência nos quais não podemos nos aprofundar aqui.

§50. *Casos em que atos psíquicos atuais e rememorados se referem à mesma base de representação*

Se indagarmos o que ocorre nos casos em que rememoramos uma alegria passada e ainda nos alegramos atualmente com a mesma coisa, em que rememoramos um juízo passado e ainda partilhamos da mesma convicção, em que rememoramos uma vontade passada e continuamos querendo a mesma coisa agora (tomamos uma decisão fundada na vontade), teríamos talvez de dizer: trata-se de fenômenos duplos que coincidem, mas que não poderiam ser compreendidos a não ser como fenômenos duplos. Consideremos os casos opostos: rememoramos nossa antiga alegria com a vitória de um partido que *agora* antes lamentamos, rememoramos uma convicção antiga de que não mais partilhamos. À consciência modificada da alegria atrela-se agora a consciência atual de um descontentamento, à consciência modificada de uma crença a atual descrença. Sempre referidos à mesma base de representação. Se se tratasse de meros vividos não modificados, tais relações não poderiam ser feitas (provavelmente com base em leis essenciais).⁸⁹ Um contentamento com A e um descontentamento com A – com o mesmo objeto, sob o mesmo ponto de vista – se excluem. A convicção de que algo seja A e a convicção de que algo não seja A – ambas as convicções juntas num único e mesmo ato – se excluem.

Por outro lado, a modificação de um ato não interfere em nada na realização atual do ato oposto não modificado. Ambos estão, por assim dizer, em dimensões diferentes.

Da mesma maneira, é impensável que o mesmo estado de coisas possa ser duplamente tido por verdadeiro, duplamente desejado ou duplamente agradável. Isso é

⁸⁸ Mas no caso “algo outro” é apresentado na fantasia - a não ser que eu queira representar algo na fantasia, e esta *ainda* conserve a intenção voltada a esta coisa pressuposta ou tida por real. Na fantasia simples, o intuído não apresenta nada além de si mesmo - mas de maneira modificada. (NA)

⁸⁹ Para pensar. (NA)

evidentemente impossível. Somos lembrados de que no campo visual cada parte só pode aparecer uma vez. Daí decorre a total coincidência dos campos de visão de ambos os olhos no que diz respeito a suas partes idênticas. Às partes correspondentes de ambos os campos de visão correspondem os mesmos vividos não modificados, e por esse motivo eles formam um vivido, e não dois. Mas tão logo a fantasia modificadora entra em ação, ela já cria também uma nova dimensão. Os fenômenos conceitualmente idênticos não se dão na intuição como exteriores ou justapostos um ao outro; mas em virtude da diferença das apreensões, eles exibem uma duplicidade em sua congruência. A satisfação atual com a vitória de uma boa causa coincide em sua essência conceitual com a rememoração de uma satisfação sentida anteriormente. No entanto, resta uma duplicidade: rememoramos a satisfação com a vitória e ainda estamos satisfeitos com ela. Da mesma forma no caso do juízo: rememoramos nossa crença em X e ainda cremos nele.

§51. Clarificação da concepção geral da percepção como oposta à fantasia: interpretação da representação como caráter modificador e da apresentação como o não modificado correspondente

Com isso nada se alteraria em nossa interpretação geral da percepção como oposta à fantasia. A cada uma atribuímos previamente um caráter. Apresentação e presentificação, como dissemos, são a diferença principal. Mas ainda não havíamos encerrado o assunto acerca da natureza dessa diferença, na medida em que esta se funda numa caracterização da consciência. Pelo contrário, referimo-nos ocasionalmente ao fato de que aqui restaram problemas. Podemos ainda dizer, de acordo com nossa última interpretação, que há uma diferença última e notável entre apresentação e representação. Nós a esclarecemos agora atribuindo à representação um caráter modificador e à apresentação o caráter não modificado correspondente. A percepção toma o que aparece como o ser ele mesmo, isto é, ela não modifica, ela não imagina nada com ele, ela o toma como ele mesmo. Uma mesma aparição pode servir de base para uma consciência de presentificação, que é uma modificação. Mas isso não deve ser compreendido como se a aparição se desse primeiramente de maneira não modificada e depois surgisse a modificação, que reinterpreteria figurativamente o dado presente como dado ausente. Isso não funcionaria. Nossas análises da fantasia excluíram essa possibilidade. O fantasma é um vivido, mas ele não é tomado primeiramente por presente, por ele mesmo

e depois por outro. Se tomamos o fantasma por algo presente, só o fazemos porque ele é uma parte da representação de fantasia, que é ela mesma algo presente. Não modificado quer dizer aqui tudo que não possui a função de fantasma numa fantasia.⁹⁰

§52. ... ou estipulação de duas apreensões equivalentes, apresentação e presentificação, e, de modo correspondente, de dois conteúdos de apreensão diferentes entre si, sensação e fantasma

A outra maneira de explicar essas relações consiste em instituir duas apreensões equivalentes ou modos de caracterização – apresentação e presentificação e, correlativamente, dois modos segundo os quais conteúdos do mesmo gênero podem se realizar na consciência. Se abstrairmos dos diferentes modos de apreensão, sensação e fantasma correspondente já são em si mesmos caracterizados diferentemente, sem prejuízo daquilo que têm em comum enquanto conteúdos . Pertence, portanto, à essência do fantasma que ele só possa funcionar de modo representativo.⁹¹

Quando julgamos, o julgar não é em geral percebido. Mas é sentido. Quando imaginamos um juízo, o vivido de juízo não é sensação, mas fantasma. Sensação de juízo e fantasma de juízo se distinguem no mesmo momento essencial que separa em geral a sensação do fantasma. Da mesma forma, quando percebemos, não percebemos novamente este perceber. Mas a percepção é um vivido, e um vivido de sensação. Quando, ao contrário, representamos uma percepção na fantasia, sua “imagem” presente é o fantasma de um perceber e não um vivido de sensação de um perceber.

Podemos sustentar esta opinião?

O que ocorre quando tomamos o próprio vivido de fantasia como algo presente? A fantasia deveria ser caracterizada como sensação e com isto o fantasiar seria objeto de uma percepção possível. Ele apareceria lá como presente. Mas o fantasma que surge lá

⁹⁰ Então o fantasma seria na verdade algo presente, o fantasma vermelho seria um vermelho presente, o fantasma som um som presente, ainda que em objetivação imanente (fenomenologicamente). O fantasma, desejo, crença, etc., estariam realmente lá, apenas dotados de um caráter suplementar chamado modificação descredificante. Mas mesmo se chamados assim, a crença e o desejo estariam dados realmente (reel). Tudo isto é manifestamente falso. (NA)

⁹¹ Pertence à essência da sensação que ela seja apreendida imediatamente e de maneira presentativa sem exceção (mediatamente apenas à maneira da figuração, representativamente). Por outro lado, pertence à essência do fantasma que ele só pode ser apreendido imediatamente de maneira representativa, isto é, numa apreensão modificadora, por exemplo, como a presentificação do vermelho, como a presentificação de uma casa vermelha, e assim por diante. A própria apreensão modificada, que se caracteriza como fantasma de apreensão, tem, contudo, caráter de sensação. (NA)

não pode ser percebido e aparecer como presente, ainda que no nexo desta aparição de fantasia?⁹²

(Já no sentido da outra teoria tudo se explica: o fantasma aparece como modificado quando é suporte de uma apreensão de fantasia. Se abstrairmos desta e considerarmos o fantasma uma parte do todo da apreensão de fantasia, então ele é algo presente. Mas ele mantém seu título de fantasma, visto que, embora possamos abstrair da apreensão de fantasia, não podemos simplesmente eliminá-la a nosso bel prazer. E isso vale especialmente para as aparições que resultam da interpretação transcendente dos conteúdos sensíveis. Não podemos, de maneira arbitrária, tomar aquilo aparece como presente, ou seja, não podemos por uma decisão arbitrária colocar no lugar de uma apreensão de fantasia que já está lá uma apreensão correspondente não modificada.)

⁹² Isso contradiria a presente teoria, que exclui a possibilidade de que um fantasma sirva também como presentante de uma percepção. Ou deveríamos dizer que isso só acontece de forma mediata? Que somente a sensação pode funcionar diretamente como presentante de uma percepção e que o fantasma só pode funcionar diretamente como presentante de uma fantasia? (NA)

Glossário

Abbild – imagem cópia
 Abbildung – afiguração
 bildliche Auffassung – apreensão figurativa
 Bildlichkeitsbewusstsein – consciência figurativa
 Bildlichkeitsvorstellung – representação figurativa
 Bildvorstellung – representação de imagem
 das Gegenständliche- as objetividades
 Deckung – coincidência
 Deutung – interpretação
 Erlebnis – vivido
 Erscheinung – aparição
 Gegenständliche gegenwart – presença objetiva
 Gegenwärtig – presente
 Gegenwartsauffassung – apreensão do presente
 objektivierende Deutung: interpretação objetivante
 perzeptive Imagination – imaginação perceptiva
 Phantasievorstellung – representação de fantasia
 Physisch bildlich vorstellung – representação figurativa física
 Präsentation – apresentação
 Repräsentation – representação
 Schein – aparência
 sinnliche Empfindungen – sensações sensíveis
 sinnliche Phantasmen – fantasmas sensíveis
 Träger – suporte
 Unwirklichkeit – irrealidade
 Unwirklichkeit – irrealidade
 verähnlichen – simular
 veranschaulichend – ilustrativo
 verbildlichend – figurativo
 verbildlichung- figuração
 Vergegenständlichung – objetivação
 Vergegenwärtigung- presentificação
 Vorspiegelung – simulação
 Wahrnehmungsvorstellung – representação perceptiva
 Wahrnehmungswirklichkeit – realidade perceptiva
 Widerspannung – antagonismo
 Widerstreit – conflito
 Wirklich – real
 Zwiespältigkeit – cisão

Bibliografia

Obras de Husserl:

- HUSSERL, E. *Erfahrung und Urteil*. Hamburg: Claassen Goverts, 1948
- _____. *Logische Untersuchungen. Zweiter Theil. Untersuchungen zur Phänomenologie und Theorie der Erkenntnis*. Halle: Max Niemeyer, 1901.
- _____. *Wahrnehmung und Aufmerksamkeit*. Texte aus dem Nachlass (1893-1912). Hrsg. von Thomas Vongehr und Regula Giuliani. Dordrecht: Springer, 2004
- _____. *Aufsätze und Rezensionen (1890-1910)*. Hrsg. von Bernhard Rang. The Hague: Martinus Nijhoff Publishers, 1979.
- _____. *Zur Phänomenologie des inneren Zeitbewusstseins (1893-1917)*. Hrsg. von Rudolf Boehm. Dordrecht : Martinus Nijhoff, 1966.
- _____. *Lições para uma fenomenologia da consciência interna do tempo*. Tradução, introdução e notas de Pedro M. S. Alves. Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- _____. *Phantasie, Bildbewusstsein, Erinnerung*. Hrg: Eduard Marbach. The Hague: Martinus Nijhoff Publishers, 1980.
- _____. *Idéias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica*. Tradução de Márcio Suzuki. Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2006.
- _____. *Husserl an von Hofmannstahl*. In: Briefwechsel/Die Brentanoschule, in: Husserliana, Dokumente, Bd. III, Teil 7
- _____. *Erinnerungen an Franz Brentano*, in KRAUS, O. *Franz Brentano*. München, Beck, 1919.

Literatura Secundária

- BRENTANO, Franz. *Psychologie vom empirischen Standpunkt*. Hamburg: Meiner Verlag, 1955.
- BRENTANO, Franz. *Grundzüge der Ästhetik*. Hamburg: Meiner Verlag, 1988.
- BROUGH, J. B. *The emergence of an Absolute Consciousness in Husserl's Early Writings on Time-Consciousness*. In Husserl Expositions and Appraisals, Elliston e Cormicj (Orgs). London: University of Notre Dame Press, 1977.
- _____. *Art and Artworld: Some Ideas for a Husserlian Aesthetic*. In: Edmund Husserl and the Phenomenological Tradition. Essays in Phenomenology. Edited by

- Robert Sokolowski. *Studies in Philosophy and the History of Art*. Volume 18. The Catholic University of America Press. Washington DC.
- CAEYMAEX, Florence. *Question sur la phenomenologie de l'image de Husserl*, in "Recherches Husserliennes", 6, p. 5-23
- CALI, C. *Husserl e l'immagine*. Centro Internazionale Studi di Estetica, 2002.
- CASEY, Edward. *Imagination and Phenomenological Method*, in *Husserl Expositions and Appraisals*, Elliston e Cormicj (Orgs). London: University of Notre Dame Press, 1977.
- CLAESEN, Luc. *Présentification et Fantasia*, in "Alter" 4, p. 123-159.
- DUBOSSON, Samuel. *L'imagination légitimée. La conscience imaginative dans la phénoménologie proto-transcendantale de Husserl*. L'Harmattan, 2004.
- DROST, Mark P.. *The Primacy of Perception in Husserl's Theory of Imagining*. In: *Philosophy and Phenomenological Research*, vol. 50, n.3 (Mar., 1990), 569-582.
- DUFOURCQ, Annabelle. *La dimension imaginaire du réel dans la philosophie de Husserl*. Springer, 2010.
- ENGLISH, Jacques. *Husserl en 1904 ou Protée et les deux Centaures*, in *Recherches Husserliennes* 6, pp. 25-90
- ELLIOT, Brian. *Phanomenology and Imagination in Husserl and Heidegger*. Routledge, 2005.
- FERENCZ-FLATZ, Christian. *Gibt es eine perzeptive Phantasie? Als-ob-Bewusstsein, Widerstreit und Neutralität in Husserls Aufzeichnung zur Bildbetrachtung*. In *Husserls Studies*, Springer, Published online 10 September 2009.
- FINK, E. *Vergegenwärtigung und Bild*. In: *Studien zur Phänomenologie*. Den Haag: Martinus Nijhoff, 1966.
- GUIRON, Valeria. *La teoria dell'immaginazione di Edmund Husserl. Fantasia e coscienza figurale nella "fenomenologia descrittiva"*. Venezia: Marsilio Editori, 2001.
- KONITZER, Werner. *Sprachkrise und Verbildlichung*. Würzburg: Königshausen und Neumann, 1995.
- MOURA, C. A. R. *Crítica da razão na fenomenologia*. São Paulo: Edusp, 1989.
- OLIVEIRA, I. "PERCEPTUM, FICTUM E IMAGINATUM – A IMAGINAÇÃO FÍSICA EM HUSSERL". In: *Revista Filosófica de Coimbra* — n. 36 (2009) pp. 315-364.

RICHIR, Marc. *Imaginación y Phantasia en Husserl*. Eikasía. Revista de Filosofía, ano VI, 34 *septiembre 2010. www.revistadefilosofia.com

RICHIR, Marc. *Phénoménologie en esquisses*. Nouvelles foundations. Grenoble: Millon, 2000.

SALLIS, John. *Spacing Imagination. Husserl and the Phenomenology of Imagination*, in P. van Tongeren et Al. (Orgs), *Eros and Eris. Contribution to a Hermeneutical Phenomenology*, Dordrecht-Boston_london: Kluwer, 1992. P. 201-215

SARAIVA, M. M. *A imaginação segundo Husserl*. Paris: Centro Cultural Calouste Gulbekian: 1994.

SARTRE, J. P. *A imaginação*. Trad. de Luiz Roberto Salinas Fortes. In: *Os Pensadores* v. 45. São Paulo: Abril, 1973.

SCARAMUZZA, Gabriele; SCHUMANN, Karl. (orgs) *Ein Husserlmanuskript über Ästhetik*, in „Husserl Studien“, 7, p. 165-177

SEPP, H. R. *Bildbewusstsein und Seinsglauben*. In: *Recherches Husserliennes*, 6, 1996, p. 117-138.

VAN EYNDE, Laurent. *Husserl et le rôle de l'imagination dans la complexification du système de l'intentionnalité et du champ phénoménal*, in „Recherches Husserliennes“, 11 p. 93-123.

VANDEVELDE, Pol. *Vergegenwärtigung et présence originale chez Husserl. Le rôle de l'articulation langagière*. In *Recherches Husserliennes*, vol 6, 1996. P. 91-116

VOLONTÉ, Paolo. *Husserls Auffassung der konstitutiven Leistung der Phantasie*. In *Recherches Husserliennes* 6, 1996, p. 139-160.

VOLONTÉ, Paolo. *Husserls Phänomenologie der Imagination. Zur Funktion der Phantasie bei der Konstitution von Erkenntnis*. Freiburg; München: Alber, 1997.

WARREN, Nicolas. *Imagination et incarnation*, *Methodos* 9 (2009), L'autre Husserl. <http://methodos.revues.org/document2148.html>. Acessado no dia 21 de dezembro de 2009.

_____. *Tamino's Eyes, Pamina's Gaze: Husserl's Phenomenology of Image-Consciousness Refashioned*. In: *Philosophy, Phenomenology, Sciences. Essays in Commemoration of Edmund Husserl*. Edited by Ierna, Jacobs, Mattens. Dordrecht: Springer, 2010.

_____. *Husserl and the Promise of Time*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.